

O CONHECIMENTO CIENTIFICO EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

*Lucilene Cury
Bruno Massola Moda (Orgs.)*



ISBN 978-65-88640-59-3
DOI 10.11606/9786588640593

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

*Lucilene Cury
Bruno Massola Moda (Orgs.)*

*Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo*

eca
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

USP



SÃO PAULO

2022

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

COPYRIGHT © 2022 DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



“É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas”

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

COMISSÃO EDITORIAL

CAPA E DIAGRAMAÇÃO ELETRÔNICA:

Mayara Kise Telles Fujitani

NORMATIZAÇÃO

Andreina Alves de Sousa Virginio

REVISÃO

Lucilene Cury

Bruno Massola Moda

ORGANIZADORES

Lucilene Cury

Bruno Massola Moda (Orgs.)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Diretora: Brasilina Passarelli

Vice-diretor: Eduardo Henrique Soares Monteiro

PARCERIA

Programa de Pós-Graduação Interunidades em
Integração da América Latina – PROLAM/USP

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

C749

O conhecimento científico em busca de novos caminhos [recurso eletrônico] /
organização Lucilene Cury, Bruno Massola Moda. – São Paulo: ECA-USP.
2022
PDF (135 p.)

ISBN 978-65-88640-59-3
DOI 10.11606/9786588640593

1. Ciências sociais. 2. Pesquisa científica. 3. Epistemologia. 4. Metodologia.
5. Teoria. I. Cury, Lucilene. II. Moda, Bruno Massola.

CDD 22 ed. – 300.72

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

» Como referenciar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

CURY, Lucilene; MODA, Bruno M. (Org.). O conhecimento científico em busca de novos caminhos. São Paulo: ECA, 2021. 1 ebook.
DOI 10.11606/9786588640593.

» Como referenciar o capítulo desta publicação, segundo ABNT N BR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) prenome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) prenome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) prenome(s). Título do capítulo.
In: CURY, Lucilene; MODA, Bruno M. (Org.). O conhecimento científico em busca de novos caminhos. São Paulo: ECA, 2021. 1 ebook. p. xx-xy.
DOI 10.11606/9786588640593

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PROPOSIÇÕES ATUAIS	18
<i>Lucilene Cury, Miriam Anyosa, Bianca Zapparoli Barbara</i>	
CAPÍTULO 2	
O CONHECIMENTO MÚLTIPLO COMO ELEMENTO PARA A PRODUÇÃO DO SABER	37
<i>Frederico Pecorelli de Oliveira, Jáder Hernando Mejía Cano, Roberta Cristina da Silva, Sueli Mattos de Souza</i>	
CAPÍTULO 3	
A DECOLONIALIDADE DO SABER: PELO RECONHECIMENTO DA INCOMPLETUDE DOS SABERES	54
<i>Andreina Alves de Sousa Virginio, Bruno Massola Moda, Flávio Maia Custódio, Vinicius Miranda David Paulino</i>	
CAPÍTULO 4	
A EPISTEMOLOGIA DO PENSAMENTO COMPLEXO E OS NOVOS PADRÕES CIVILIZATÓRIOS	76
<i>Adriana Kempe, Martha Raquel Rodrigues, Mayara Kise Telles Fujitani, Sérgio Godoy</i>	
CAPÍTULO 5	
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO SUL	96
<i>Karoline Silva, Rafael Rioja Arantes, Patrícia Constante Jaime</i>	
CAPÍTULO 6	
POR UMA EPISTEMOLOGIA DO TEMPO/ESPAÇO NA OBRA DE MILTON SANTOS	112
<i>Amalia Inés Geraiges de Lemos, Jeferson Hugo Rezende Pacheco, Alessandra Garcia Soares, João Carlos Teixeira Junior, Silas Santos de Amorim</i>	
CAPÍTULO 7	
GLOBALIZAÇÃO E CULTURAS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO DE HORTOLÂNDIA/SP	124
<i>Gabriela Guimarães, Gabriele Maniezo, Kelly Monteiro, Luiz Roberto de Almeida</i>	

**AGRA
DECI
MEN
TOS**

Agradecimentos

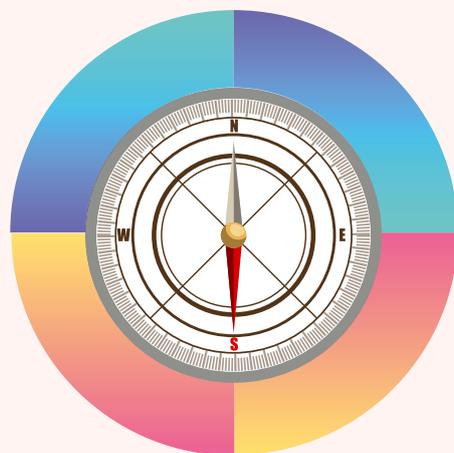
A realização deste livro, em época tão difícil quanto esta em que se encontra a humanidade, é fruto da participação de um grupo seletivo de estudantes de Pós-Graduação, reunidos na disciplina Epistemologia - Teoria e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais oferecida pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina – PROLAM – que pela sua própria natureza é de caráter interdisciplinar, uma vez que reúne diferentes Unidades da Universidade de São Paulo e propicia assim, a interação com outros estudantes de outros Programas de Pós-Graduação, aos quais agradecemos pelo comprometimento e motivação.

Também estivemos acompanhados pela presença sempre colaborativa da colega Professora Dra. Amália Ines Geraiges de Lemos, com a qual compartilhamos mais uma edição da disciplina, a terceira delas, que foi modificada em seu conteúdo por sugestão do doutorando Bruno Massola Moda, para que desta vez, contemplássemos a questão do SUL e assim o fizemos, para enfatizar a “mirada” necessária sobre uma ciência voltada à América Latina. Aos dois – docente e discente – nossos melhores agradecimentos pela parceria.

Aos colegas orientadores dos estudantes de outros Programas de Pós-Graduação, que indicaram aos mesmos nossa disciplina, muito obrigada, pois assim, ganhamos em matéria de diversidade de temas, teorias e outros exemplos de pesquisa. No âmbito dessa variedade de áreas em conjunto, foi possível contar com a atuação de duas alunas: Mayara Kise Telles Fujitani, do Curso de Design da FAU/USP e Andreyana Alves de Sousa Virginio, do Curso de Ciência da Informação da ECA/USP, para a Editoração do material deste livro. A elas agradecemos a maneira criativa, profunda, minuciosa e desinteressada com que se dedicaram ao trabalho.

Voltando agora, ao tempo difícil em que estamos todos mergulhados, agradecemos pela Vida! *Gracias a la Vida!*

Lucilene Cury



Caminante, no hay camino¹

Se oyó la voz de un poeta gritar
Caminante no hay camino, se hace
camino al andar

Golpe a golpe, verso a verso
Murió el poeta lejos del hogar
Le cubre el polvo de un país vecino
Al alejarse, le vieron llorar
Todo pasa y
todo queda
Pero lo nuestro es pasar
Pasar haciendo caminos
Caminos sobre la mar

Nunca perseguí la gloria
Ni dejar en la memoria
De los hombres mi canción
Yo amo los mundos sutiles
Ingrávidos y gentiles
Como pompas de jabón

Me gusta verlos pintarse de sol y grana
Volar bajo el cielo azul
Temblar súbitamente y quebrarse
Nunca perseguí la gloria
Caminante son tus huellas el camino y
nada más
Caminante, no hay camino se hace
camino al andar

Al andar se hace camino
Y al volver la vista atrás
Se ve la senda que nunca
Se ha de volver a pisar

Caminante no hay camino sino estelas
en la mar

Hace algún tiempo en ese lugar
Donde hoy los bosques se visten de
espinos

“Caminante, no hay camino, se hace
camino al andar”

Golpe a golpe, verso a verso
Cuando el jilguero no puede cantar
Cuando el poeta es un peregrino
Cuando de nada nos sirve rezar
Caminante no hay camino, se hace
camino al andar

Golpe a golpe, verso a verso

¹ Poema de Antonio Machado. Proverbios y cantares XXIX em Campos de Casilla, 1912

A PRE SEN TA ÇÃO

APRESENTAÇÃO

Tendo como meta traçar um percurso viável para o desenvolvimento do conhecimento científico, a partir dos trabalhos acadêmicos de pós-graduandos e de suas pesquisas em início de desenvolvimento, este livro busca congrega as três questões - a epistemológica, a teórica e a metodológica, num só contexto, voltado à globalização reinante e às manifestações culturais próprias do povo, no caso, as do povo latino-americano, que também pode ser tratado como do Sul, em contraste com o Norte dominante.

A experiência dos cursos de Pós-Graduação, com ênfase no Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP), foi determinante para o desenvolvimento deste trabalho que parte da disciplina denominada Epistemologia – Teoria e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, de caráter interdisciplinar, com estudantes de várias áreas do saber, interessados em seus diversos aspectos, com o fim último de encontrarem caminhos que fossem capazes de colaborar na sua empreitada de realizar suas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorados, nos Programas de Pós-Graduação a que pertencem.

Ainda que com a necessidade de trabalhar de modo remoto, dadas as condições que o mundo enfrenta desde o início do ano 2020, com uma persistente crise pandêmica, o trabalho foi muito produtivo, com ótimo desempenho por parte de todos os participantes, em número aproximado de 30 pessoas, entre docentes, discentes e assistentes, o que levou à ideia dessa publicação.

Assim, ficam aqui registradas as discussões ocorridas em aulas, as ideias apresentadas nos seminários realizados e os artigos feitos em grupos, entre alunos e professores, de acordo com os temas de maior interesse para cada um dos participantes.

Com a diversidade de assuntos tratados, chegou-se a uma composição que tem início com os textos mais amplos e destes, caminhando paulatinamente para os mais específicos e práticos, com a intenção de que, com esse caminho, possa ser possível mostrar as relações entre os aspectos da Epistemologia do Pensamento Complexo de Edgar Morin, as noções teóricas da Globalização de Milton Santos, as ideias sobre a Cultura, de Darcy Ribeiro, assim como as de vários outros pensadores, como se verá no decorrer da leitura, de acordo com as referências teóricas de cada área aqui contida, de maneira interdisciplinar e, conseqüentemente, com os dados observados em pesquisas já realizadas, que são a mola propulsora para o aprofundamento dessas mesmas teorias.

Neste sentido, nos parece conveniente fazer menção ao forte impacto das Artes, na sua ligação com as Ciências, de modo a incluir como epígrafe o poema de Antonio Machado, que além de ser

uma brilhante peça literária em si mesma, faz alusão à ideia do caminhar por entre as disciplinas, de modo autônomo, com o fim de se chegar ao desenvolvimento do método científico, através de vários caminhos, tal como se propõe este trabalho.

Assim, nessa tônica pela busca de caminhos viáveis para o desenvolvimento da ciência hoje, o capítulo inicial, **O Conhecimento Científico: Proposições atuais**, apresenta uma proposta de reflexão para o uso do método comparativo, bem como de suas dificuldades e, principalmente de como comparar, a partir da metodologia de estudo de casos aplicada às Ciências Sociais.

Dessa forma e, com o apoio dos autores selecionados para compor este texto, procurou-se tratar do método científico em suas versões atuais, de complexidade e de incertezas, através de metodologia compatível com a realidade das novas sociedades que se apresentam para análise, quer estejam ambientadas no contexto da globalização excludente, ou no estado emergente de deslocamento dos grandes blocos, com todas as consequências dessa nova realidade dos países ou dos grupos sociais e dos movimentos migratórios, que caracterizam alguns dos mais graves problemas destes tempos, juntamente com a questão da situação socioeconômica dos povos do globo.

O capítulo 2, **O Conhecimento Múltiplo como elemento para a produção do saber**, segue nessa trilha e busca elaborar uma análise entre o paradigma dominante – a racionalidade oriunda da ciência moderna e a interdisciplinaridade – como um caminho amplo de possibilidades na esfera do conhecimento e das questões metodológicas, imprescindíveis ao método científico.

Para isso, apresenta duas exemplificações de pesquisa científica na área das Ciências Sociais com evidência do método, da racionalidade e dos variados aspectos necessários para a realização de pesquisas e da fundamentação do aprendizado durante a própria investigação.

O conhecimento científico marcado pela nova racionalidade, até então dominante nas ciências naturais, estende-se às Ciências Sociais fundamentado pelos princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas, distinguindo-se por defender outras duas formas de conhecimento não científico - o bom senso e os estudos das humanidades.

A crise do paradigma dominante é resultante de uma pluralidade de circunstâncias sociais e teóricas e essa racionalidade presente na ciência moderna apresenta o ser humano como um ser que deixa de ser contemplativo da natureza, para tornar-se agente ativo e responsável por suas ações e pela busca do próprio conhecimento.

Assim, o texto propõe a interdisciplinaridade como um intercâmbio múltiplo formado por integrações recíprocas entre as disciplinas para compreender e explicar os fenômenos que ocorrem na sociedade, possibilitando a observação da realidade existente, que se torna cada vez mais diversa e complexa.

É sob esta perspectiva da complexidade que a próxima seção do livro debruça-se partindo de uma crítica à modernidade e aos paradigmas racionalistas. A modernidade nas suas múltiplas dimensões e como produto final organizador da sociedade contemporânea desenvolveu-se a partir da violência e da apropriação de subjetividades e materialidades, a fim de instituir uma dicotomia entre dominante e dominado. A existência, manutenção e reprodução desta dicotomia ocorre através de um processo de retroalimentação na qual para que exista o dominante é necessário existir o dominado, manter a dominação e reproduzir essa dominação no tempo e no espaço. Foi fundamental, portanto, a modernidade se apossar do campo do conhecimento e do direito. A relação simbiótica entre essas áreas foi uma receita certa para que o projeto colonizador desde a Europa se metamorfoseasse o suficiente, até se transformar no capitalismo financeiro globalizado do presente.

Nesta jornada de apropriações e violências, o dominado, ou seja, o colonizado foi extirpado de seus direitos, principalmente do seu direito de existir enquanto humano dotado de vontades e conhecimentos. As entidades colonizadoras, nas suas múltiplas formas, continuam se beneficiando desta realidade, daí a urgência do rompimento através de uma epistemologia desde o Sul que incorpore a diversidade dos saberes e os direitos dos oprimidos.

O Capítulo 3, ***A Decolonialidade do Saber: Pelo Reconhecimento da incompletude dos saberes***, reflete sobre a decolonialidade do saber e seus desdobramentos para um caminho epistêmico, a partir de um olhar do Sul global que considere as múltiplas subjetividades do sujeito cognoscente produtor de conhecimento sob as mais variadas manifestações do conhecimento e da cultura mediadas pelo que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e Meneses denominou de tradução cultural. Os autores partem da discussão sobre o que é esse Sul Global sob a perspectiva da epistemologia e da alteridade da pessoa migrante enquanto sujeito humano e não-humano, à mercê de um direito excludente e violento. Analisam, também, a cultura popular como instrumento de formação do sujeito cognoscente e, por fim, discutem a importância da resistência cultural como instrumento de reafirmação de identidades nos mais diferentes espaços.

Esta proposição se desenvolverá, ao longo do texto, como indicação de ruptura política e epistêmica, necessárias, principalmente em contextos cujos discursos defendem, de forma separada e polarizada o norte e sul, respectivamente.

Nesta mesma linha, o Capítulo 4, ***A Epistemologia do Pensamento Complexo e os novos padrões civilizatórios***, analisa, com uma visão desde o Sul, como a complexidade, a transdisciplinaridade, a importância da valorização dos conhecimentos múltiplos apontam para possíveis novos padrões civilizatórios. O ensaio, realiza um levantamento bibliográfico sobre a busca de caminhos para a construção epistemológica de um futuro para a humanidade, construído a partir da decolonização da América Latina, da valorização de nossos povos e culturas partindo da leitura atenta do livro “Para

um Pensamento do Sul: Diálogo com Edgar Morin”. Os autores propõem uma conversa inicial para problemas urgentes da humanidade, e que precisam ser discutidos a fundo, de forma epistemológica e complexa cujo norte seja uma política de civilização voltada, simultaneamente, para o ser humano e para as questões ecológicas, em direção a uma política de civilização planetária, preocupada com o desenvolvimento de uma consciência de caráter multidimensional e abrangente. Por conseguinte, isto implica na busca do equilíbrio do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o planeta, condição essencial para o exercício de uma democracia fundada na complexidade das inter-relações entre unidade e diversidade e compreensão das novas identidades emergentes a partir de uma perspectiva desde o Sul.

Por sua vez, o Capítulo 5, **Segurança Alimentar e Nutricional nos sistemas agroalimentares: uma perspectiva a partir do Sul**, trata das questões próprias relacionadas à segurança alimentar e nutricional, bem como à sustentabilidade, no contexto da configuração que este livro apresenta, de evocar o Sul como referência e, portanto, pode-se extrapolar as perguntas específicas da saúde a que se dedica o texto e refletir sobre os atuais arranjos dos sistemas políticos agroalimentares no Brasil e na América Latina, em geral.

Assim, trata do tema a partir da perspectiva do Sul Global, enquanto imposição cultural e com vistas a uma nova civilização, ou seja, busca evidenciar não somente as problemáticas que tangem o sistema agroalimentar global e, conseqüentemente, a saúde e nutrição, como também reconhecer no Sul, particularmente na América Latina, um *lugar* diverso e válido para a construção de conhecimentos plurais e de modelos sustentáveis na produção de alimentos, visando a garantia da segurança alimentar e nutricional à população brasileira e latino-americana.

Nesse sentido, é possível observar a homogeneização da alimentação, no que diz respeito à produção e ao consumo. Assim como os processos de intensificação de *commodities* e multinacionais que controlam as relações de uso da terra, estabelece-se um paralelo a partir do avanço dos produtos ultra processados, que tem orientado as políticas públicas que incorporam diferentes dimensões na construção de saberes.

A discussão sobre tempo, espaço e relações de consumo continuam no Capítulo 6, **Por uma Epistemologia do Tempo/Espaço na Obra de Milton Santos**. Os autores se dedicam a analisar dedicaremos como a concepção do tempo e do espaço, objeto de conhecimento nas Ciências Sociais, são valores não só da Geografia. Para isso, se voltam às categorias teórico metodológicas que o Professor Milton Santos desenvolveu ao longo de sua vida intelectual. Estas evidenciam conceitos que permitem a formulação de teorias e estas, por sua vez, ajudam a entender a realidade que vivemos. Isto porque em todos os conhecimentos ou etapas de estudos da sociedade, não podem existir sem a noção de tempo e sua materialização no espaço.

Esta concepção teórica combinada com a análise da evolução das técnicas desenvolvidas num determinado tempo-espaço permite apreender as diferenças entre as sociedades no que tange seu (sub)desenvolvimento. A relação espaço-tempo implica na delimitação de um território enquanto o *locus* das diversas interações entre humanos, culturas, políticas, classes e natureza. Os autores apontam os diferentes conceitos de territórios adotados pelas diferentes sub-áreas dentro da geografia e propõem uma análise considerando as transformações dos espaços e bens de consumo, sobretudo o consumo de artigos de luxo. Partem então, ainda amparados em Milton Santos, para uma outra globalização inclusiva e heterogênea pelos do Sul e desde o Sul.

Já o capítulo final, **Globalização e culturas locais: Um estudo de caso de Hortolândia/SP**, tem no Diálogo seu ponto nevrálgico, ao alinhar encontros, partindo das trajetórias particulares de pesquisa, produção acadêmica e artística, que se conectam entre si. Entrelaçam-se aí múltiplas perspectivas a respeito da obra de arte, especialmente de uma exposição realizada no município de Hortolândia (SP), da qual derivam-se as percepções dos autores que, enquanto expectadores, tecem suas considerações e, com isso, relacionam o trabalho artístico às suas próprias pesquisas científicas, com referencial teórico abrangente e conexões temáticas significativas.

A arte que convida à reflexão, ao olhar para o próximo com atenção e entusiasmo, é ainda, um caso em que se pode observar a experiência de transmissão de mensagens e sensações de uma produção totalmente manual, que hoje encontra a possibilidade de comunicar-se em ambientes digitais, na dimensão temporal e cognoscibilidade destes tempos. Percebe-se que é possível uma relação construtiva entre o “fazer artístico” e o “fazer científico” é um caminho possível nas estruturas globalizadas e globalizantes, de modo a atender às necessidades da complexidade humana na sociedade.

A linha traçada para a elaboração deste livro está subjacente a todos os capítulos, de modo geral, cada um com suas particularidades e características próprias, mas voltados a repercutir os trabalhos desenvolvidos em aula, durante o curso e a pensar nas possibilidades de novos caminhos e novas maneiras de realizar as pesquisas em Ciências Sociais, inclusive com referências de autores em comum. Espera-se, portanto, que a sua leitura possa ser feita de forma uníssona, ainda que com estilos diferentes.

Organizadores

CAPÍ TULO 01

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PROPOSIÇÕES ATUAIS

Lucilene Cury²

Miriam Anyosa³

Bianca Zapparoli Barbara⁴

A partir da observação inicial de que não existe uma lógica da comparação exclusiva da Ciência Política e uma diferente na Sociologia, na Economia ou nas demais disciplinas da Ciências Sociais, busca-se compreender a análise comparativa no contexto mais geral do método científico.

Primeiramente coloca-se a questão: por que comparar?

Em seguida vem a necessidade de tratar do seu aspecto conceitual, no sentido de pensar qual é o significado do termo para a ciência, uma vez que é importante trabalhar objetivamente com o arcabouço conceitual implícito nas teorias e com os dados resultantes da pesquisa, que se retroalimentam mutuamente para sua continuidade.

Depois, como comparar? Pergunta voltada, portanto, para o ponto de vista metodológico, que se inicia por selecionar os casos comparáveis, para que seja possível realizar a pesquisa.

Já, para o desenho do projeto, depois de verificado o problema que instiga o estudo, de ter sido organizada uma boa estrutura teórica e de feita a seleção das hipóteses (precisas e limitadas), faz-se necessário considerar o espaço, ou os casos que serão aprofundados, assim como o tempo, o período que a investigação vai abarcar.

Assim, para aplicar a metodologia de análise comparativa, já que não existe um modelo único a ser seguido e, tendo que estabelecer fronteiras para construir o(s) caso(s), é necessário conformar uma literatura que permita compatibilidade com a finalidade de explicar a realidade, para alcançar o emprego de uma metodologia contemporânea capaz de ser usada em diversas áreas, o que pode facilitar a aplicabilidade da metodologia comparativa nas ciências humanas, que é o próprio deste

² Profa. Dra. Associada da Escola de Comunicações e Artes - ECA USP - e do Programa Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo . E-mail: lucilene@usp.br

³ Doutoranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP. E-mail: miriamglenda@usp.br

⁴ Doutoranda- Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações-FEA/USP-Ribeirão Preto- Email: biancazapparoli@gmail.com

trabalho, pois, trata-se de metodologia que pode ser empregada como norteadora para as pesquisas que têm como alcance de estudo, resultados das comparações de realidades múltiplas e complexas do processo de desenvolvimento da sociedade atual em todas e quaisquer áreas que tenham como objetivo principal realizar estudos comparativos entre diferentes países, sociedades e culturas.

Na primeira parte deste estudo, enfatiza-se a metodologia de estudo de caso, suas características e aplicabilidade. Em seguida, trata de apresentar reflexões críticas ao cartesianismo aplicado às Ciências Humanas e Sociais, abordando a complexidade como fundamento do fim das certezas científicas e a necessidade de construção de dialogias entre as múltiplas formas que compõem o conhecimento científico.

CONSTRUINDO O SABER: A METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

Para melhor compreensão dessa abordagem da metodologia de estudo de caso, este estudo conta com o apoio de referências teóricas selecionadas para definir e construir um estudo de caso, como as oferecidas por Robert K. Yin, que considera esse tipo de estudo um método rigoroso de pesquisa ao afirmar:

[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (YIN, 2001, p.39).

Conforme essa definição, o *estudo de caso* é um estudo de natureza empírica, relacionado a um fenômeno contemporâneo, em tempo e espaço específicos, ou em outras palavras, que se utiliza de um acontecimento com o fim de entender determinado(s) fato(s) do mundo real e assumir que seu entendimento envolverá, com certa probabilidade, condições contextuais importantes e pertinentes à problemática da investigação.

Como o estudo de caso é utilizado de forma apropriada para tratar tanto de dados qualitativos, quanto quantitativos, é importante mencionar que em algumas situações o pesquisador deverá estabelecer suas fronteiras, especialmente quando estas não estiverem claramente evidentes, pois assim a metodologia pode ser mais bem compreendida, ao serem observadas as características pontuadas por Yin (2001), apresentadas a seguir:-

- a) É usada para responder a questões de pesquisa complexas ou desafiadoras;
- b) Trata-se de uma abordagem empírica para poder responder à pergunta da pesquisa;
- c) Deve envolver muitas variáveis, mas nem todas podem ser óbvias;

- d) Pode considerar abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas;
- e) A pergunta pode vir apresentada na forma de narrativa, para facilitar a resposta;
- f) Deve ter foco claro em uma unidade de análise.

É importante considerar a visão de um outro especialista em estudos de caso. Gerring (2017) complementa a visão de Yin (2001), no sentido de que o *estudo de caso* pode tratar intensivamente de um único caso ou de um pequeno número de casos com dados observacionais, com a possibilidade de lançar luz sobre uma população maior de casos.

Isso significa que é uma observação em profundidade do acontecimento selecionado para estudo, já que vários outros acontecimentos menores podem ser observados e assim contribuir para uma melhor visão do que pode estar acontecendo em escala maior, conforme complementado pelo autor.

Gerring, (2017), diferencia ainda duas formas de análise: a extensiva que atinge um número grande de objetos observados usando poucos parâmetros de análise e a intensiva que atinge um menor número de objetos observados, mas que é feita com maior profundidade. Pelo que se entende, ao escolher um caso, isso se dá porque há motivos suficientes para afirmar ou pensar que existam outros casos similares que fazem parte dessa realidade, ou seja, que é possível generalizar, desde a escolha até o resultado da análise e, para ambas as formas de análise, ao se construir o estudo de caso deve estar presente a ideia de que tudo pode ser um caso para análise, mas como é necessário delimitar, pode-se separar em dois tipos:

Objetos:

- Uma pessoa, exemplo: empresário, político, professor
- Coletivo, exemplo: grupo musical, professores de uma escola
- Uma organização, exemplo: uma escola, uma empresa
- Uma entidade, cidade bairro, organização do governo

Processos:

- Tipos de Política
- Tipos de Sistemas

Há muita literatura a ser usada para a construção da escolha de um estudo de caso e é importante que suas delimitações sejam determinadas da melhor forma possível, pois elas são relevantes para que os objetivos da pesquisa possam ser atingidos.

Segundo Coller, (2005), para a seleção da escolha do caso, devem ser observadas as seguintes características:

- significância;
- importância da problemática na categoria em que está inserida;
- possibilidade de resposta à pergunta da pesquisa;
- visibilidade no marco teórico em que esta está circunscrita;
- capacidade de estabelecer de forma clara as fronteiras necessárias à sua delimitação e a potencialidade de evidenciar a relevância da sua aplicabilidade em casos similares.

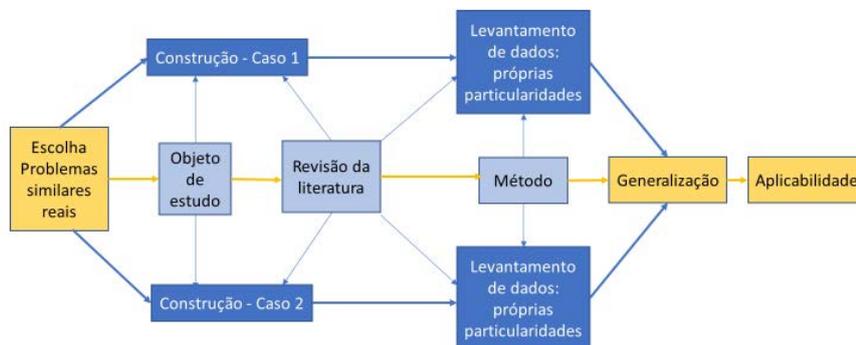
Os casos também podem estar classificados por tipos e, para alguns autores como Yin, (2001) pela função epistemológica, que podem ser: exploratórios, descritivos, explicativos; pela propriedade mais expressiva que podem ser: críticos, não usuais, comuns, reveladores, longitudinais.

Para Coller (2005), a classificação dos casos pode ser feita segundo os seguintes critérios:

- Objeto de estudo: Objeto, Processo;
- Alcance do caso: Específico, Genérico (intrínseco ou exemplar, instrumental);
- Natureza do caso: Exemplar, Polar (extremo), Típico, Único (pioneiro), Desviado (negativo), Teórico decisivo;
- Acontecimento: Histórico (diacrônico), Contemporâneo (sincrônico), Híbrido;
- Uso do caso: Exploratório (descritivo); Analítico: com/sim hipótese;
- Número de casos: Único, Múltiplo: paralelos, dissimilares.

Além das bases de classificação indicadas pelos autores citados, existem outras formas para classificar os casos havendo, portanto, uma abertura para que se agreguem a essas as de interesse do próprio pesquisador.

Quadro Ilustrativo da Metodologia de Estudos de Casos Comparativos



Fonte: Miriam Anyosa

Por todo o anteriormente exposto, observa-se que um caso não é uma amostragem, sendo uma das suas características a capacidade de ampliar e melhorar as hipóteses. É preciso ter presente que os estudos de caso, ao levantarem os dados empíricos têm “importância analítica” e não estatística, mas se entende também que o resultado pode vir a ser generalizado e assim, contribuir para melhorar o entendimento da realidade estudada, pela compreensão profunda do acontecimento, além do que a metodologia pode ser usada em casos similares, de modo a possibilitar a ampliação dos resultados.

Assim, o *estudo de caso* é um tipo de metodologia empírica para a coleta de dados, que pode se utilizar de vários procedimentos, com a finalidade de agregar diferentes categorias de análise, para comparar fatos que atravessam a sociedade num espaço e tempo determinados, sendo dessa forma capaz de responder à pergunta que Sartori (1999), um dos estudiosos mais relevantes do método comparativo faz como provocação. Por que comparar?

Se a comparação é para ele, uma forma de iniciar todo estudo científico, desde a escolha da problemática até a divulgação de seus resultados, para compreender, explicar, interpretar o que está implícito dentro das fronteiras de controle, já que isso facilita a compreensão do fenômeno estudado e que, sem esse mecanismo não poderia haver ciência, então, conforme as definições próprias do estudo de caso e, por conter as categorias necessárias para responder à pergunta, segue-se na provocação, em busca de respostas, o que é comparável nos estudos científicos, através da metodologia do *estudo de caso*?

Pode-se comparar as semelhanças que estejam em sistemas diferentes ou diferenças em contextos semelhantes, dentro de um tempo e espaço determinados, com a perspectiva de serem do interesse da pesquisa ao permitir identificar características comuns e assim, essa poderia ser uma resposta à indagação de como comparar.

É possível complementar a metodologia do *estudo de caso*, com a utilização da pesquisa de campo, a fim de analisar de forma mais intensa, ainda que exista um número grande de fatos com poucos parâmetros ou, um número pequeno com muitos parâmetros, com profundidade e, em qualquer circunstância, como verifica-se tanto na definição de Yin (2001), quanto na construção feita por Coller (2005) e, que são determinantes para a compreensão e escolha do *estudo de caso* para desenvolvimento da pesquisa científica, principalmente no âmbito das Ciências Sociais (que é a prioridade deste trabalho) voltado para o *bem fazer científico*.

Outro ponto importante a ser tratado na metodologia comparativa do *estudo de caso* é a escolha das variáveis sobre as quais se quer efetuar a comparação. Daí, a pesquisa deve voltar-se ao controle das hipóteses que é, na realidade, o coração do procedimento ou do método de análise comparativa.

Sobre o método comparativo, expõe Sartori (1994), que este é o saber comparado como chave para compreender, explicar e interpretar, quando afirma que o método comparativo se constitui como parte do método das ciências sociais, ou uma especialização do método científico.

Dessa forma, as reflexões aqui contidas compartilham com o autor essa ideia, principalmente quando se sabe que todo método científico é por definição, de tipo comparativo.

O pensador Edgar Morin, no ápice da sua sabedoria vai contribuir com essa visão, quando insere no contexto da Epistemologia da Complexidade, por ele definida como Epistemologia do Pensamento Complexo, a ideia de que comparar não é simples, mas também complexo, como tudo que se relaciona à ciência deve ser tratado.

Seguindo com a questão do conhecimento científico e, trabalhando agora com suas ideias, compreendidas na Epistemologia do Pensamento Complexo e divulgadas principalmente, a partir da década de 1970, encontra-se a noção de *paradigma* como um fio condutor para o que aqui se pretende discutir, ou a chave capaz de abrir este texto para outras discussões epistemológicas, teóricas e metodológicas que daí possam advir.

No quarto volume da sua obra – **O Método – As Ideias** (1998) o autor lança a pergunta que assola os pesquisadores e estudantes em geral: Mas o que quer dizer paradigma? (termo grego que oscila em Platão em torno da exemplificação do modelo ou da regra).

Sabe-se que o termo paradigma vem sendo muito usado como referência nas aulas das disciplinas que buscam estudar o conhecimento científico e, para tratar do assunto, Morin cita Thomas Kuhn (**A Estrutura das Revoluções Científicas**, publicado no ano de 1962), fazendo uma análise da sua formulação da seguinte maneira:

Na primeira edição do seu livro, o paradigma é constituído pelas 'descobertas científicas universalmente reconhecidas, as quais, durante algum tempo, fornecem a um grupo de

pesquisadores problemas tipo e soluções'. Na segunda edição, o paradigma adquire um sentido sociologizado e torna-se o conjunto das crenças, dos valores reconhecidos e das técnicas comuns aos membros de um determinado grupo. (MORIN, 1998, p. 266).

Criticamente, Morin classifica o termo paradigma dado por Kuhn, como forte e vago ao mesmo tempo e esclarece:

"forte, pois o paradigma tem valor radical de orientação metodológica, de esquemas fundamentais de pensamento, de pressupostos ou de crenças desempenhando um papel central, detendo assim um poder dominador sobre as teorias. Vago, pois oscila entre sentidos diversos, cobrindo in extremis, de modo difuso, a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo". (MORIN, 1998, p. 266)

Segue na sua crítica à insuficiência e imprecisão do termo, tal como proposto por Kuhn, abordando a noção de *episteme*, de Michel Foucault: "aquilo que define as condições de possibilidade de um saber", que segundo Morin (1998), tem um sentido mais amplo e mais radical, já que abarca o cognitivo de uma dada cultura, mas que também o faz de maneira simplificadora: "numa cultura, num determinado momento, há apenas uma *episteme* [...] e arbitrária (na sua concepção, na sua localização e na fixação da data dos cortes epistemológicos)" (MORIN, 1998, p. 267).

Por outro lado, explica ele que conserva a noção de paradigma apesar da sua obscuridade e por causa dela, por sua ambiguidade, já que esta remete a um emaranhado linguístico, lógico, ideológico e, mais profundamente ainda, de atividades cérebro-psíquicas e socioculturais.

Propondo uma definição para o termo, Morin apresenta a seguinte:

[...] um paradigma contém, para todos os discursos que se realizam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicações ou outras) entre esses conceitos e categorias. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem conforme os paradigmas neles inscritos culturalmente. Os sistemas de ideias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas (MORIN, 1998, p. 268).

Nessa linha de análise, ele apresenta 12 (doze) características do paradigma (MORIN, 1998, p.272-273-274 e 275), sendo interessante citar o contido na 11ª. característica, para auxiliar a atingir o objetivo deste trabalho, que caminha na busca do entendimento do que é importante para a ciência nos dias de hoje:

Um grande paradigma determina, através das teorias e ideologias, uma mentalidade, um mindscape, uma visão de mundo [...] uma revolução paradigmática transforma o mundo [...]. Mais amplamente, como bem observou Maruyama, um grande paradigma comanda a visão da ciência, da filosofia, da decisão, da moral [...]. (MORIN, 1998, p. 275).

De maneira didática, Morin explica a 12ª. característica do paradigma, que também se reproduz aqui, pela importância enquanto esclarecimento para os estudos da ciência, na teoria e na prática:

Invisível e invulnerável, um paradigma não pode ser atacado, contestado, arruinado diretamente. É preciso que apareçam frestas, fissuras, erosões, corrosões no edifício das concepções e teorias subentendidos, visto que as restaurações e reformas secundárias fracassa; é preciso enfim, que surjam novas teses ou hipóteses não mais obedecendo a esse paradigma e, depois, multiplicação das verificações e confirmação das novas teses onde fracassaram as antigas; é preciso, em suma, um vaivém corrosivo/crítico entre dados, observações, experiências nos núcleos teóricos, para que então possa acontecer o desabamento do edifício minado, arrastando na sua queda, o paradigma cuja morte poderá, como a sua vida, manter-se invisível [...] (MORIN, 1998, p.275).

Ao pensar em método científico, impossível não pensar em René Descartes, ou mais especificamente, no seu **Discurso do Método** (1990), onde está explicitado que a análise (geométrica) é essencialmente um método de invenção, de descobrimento (em contraste com o silogismo, que não pode ser método de descobrimento). Descobrimento esse, de prova, que é o ponto de partida do seu método novo. “Dada uma dificuldade, proposto um problema, é preciso considerá-lo em bloco e dividi-lo em tantas partes quanto se possa” (DESCARTES, 1990, p.20), que é a segunda regra do método. [...]. Na primeira regra estão resumidas, ou comprimidas, algumas das mais essenciais teorias da filosofia cartesiana, tais como a evidência como critério de verdade [...]. A análise desfez a dificuldade complexa em elementos ou naturezas simples. (DESCARTES, 1990, p.21).

De maneira geral e sem a intenção de expor o pensamento de Descartes neste trabalho, mas creditando a ele um valor extremo, no sentido de que aí tem início o desenvolvimento da ciência moderna, pode-se afirmar, sem muitas dúvidas, que o racionalismo cartesiano é reducionista e não serve mais aos tempos atuais, mas que sua famosa “dúvida metódica” reflete a situação real e histórica do momento em que o homem havia perdido suas convicções e não sabia a que ater-se, dela necessitando essencialmente.

Assim, tratando da gênese do conhecimento e do reducionismo da ciência no seu trabalho de compreender o mundo, através da racionalidade cartesiana ainda vigente, pode-se elencar aqui alguns autores capazes de dar continuidade à análise da situação da ciência, que navegou pelos mares de outrora e pelos de hoje, com a inquietude de pensar o amanhã.

António Damásio em seu célebre livro – **O Erro de Descartes** (2012) aponta como enfoque principal a relação entre emoção e razão, apresentando o argumento de que a razão não atua sozinha, mas em diálogo com a emoção, que é um marcador somático, como ele a descreve e, ao mesmo tempo, apresentando sua hipótese de que as emoções marcam certos aspectos de uma situação, sem as etapas lógicas do raciocínio.

Pergunta-se, portanto, a que erro de Descartes se refere António Damásio, o médico neurolo-

gista e neurocientista português, radicado nos Estados Unidos, onde é pesquisador, junto ao Departamento de Neurologia da Universidade de Iowa.

Desafiando os dualismos tradicionais do pensamento ocidental e reagindo à própria pergunta: Qual foi o erro de Descartes? Responde ele, que esse deve à mecânica de relógio como modelo dos processos vitais, numa clara alusão ao mecanicismo com que Descartes tratou a questão da racionalidade.

Para Damásio, a célebre expressão de Descartes “Penso, logo existo”, que surge pela primeira vez no Discurso do Método, em 1637, demonstra seu entendimento sobre o ato de pensar como uma atividade separada do corpo, que celebra a separação da mente (a coisa pensante), do corpo não pensante, o qual tem extensão e partes mecânicas.

O polêmico pensador português argumenta, então, afirmando:

[...]Antes do aparecimento da humanidade, os seres já eram seres. Com a complexidade da mente (evolução) veio a possibilidade de pensar e, mais tarde ainda, de usar linguagens para comunicar e melhor organizar o pensamento, portanto, no princípio foi a existência e só mais tarde chegou o pensamento. E para nós, no presente, quando viemos ao mundo e nos desenvolvemos, começamos ainda por existir e só mais tarde pensamos. Existimos e depois pensamos e só pensamos na medida em que existimos, visto o pensamento ser, na verdade, causado por estruturas e operações do ser. (DAMÁSIO, 2012, p.218)

Este é o que pode ser considerado o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente, como se essa fosse um programa de *software*, em contradição ao corpo, que pode ser entendido como *hardware*, para fazer a comparação no âmbito da Teoria de Informação e das redes eletrônicas cada vez mais relacionadas a esses termos.

Finaliza pensando e fazendo pensar: talvez seja melhor que o Erro de Descartes fique por corrigir, portanto, a proposta é seguir com essa indagação, como algo importante a ainda por esclarecer, como sugere o título deste Capítulo – **O Conhecimento Científico: Proposições Atuais**.

Por sua vez, o também português, Boaventura de Souza Santos em sua obra sobre a questão científica, que parte de **Um Discurso Sobre as Ciências** (publicado pela primeira vez em 1987), passa pela **Introdução a uma ciência pós-moderna** (1989) e caminha rumo ao sul, em **Epistemologias do Sul** (2018), faz uma reflexão epistemológica sobre a ciência, através da Filosofia da Ciência, desde Descartes, passando por Kant; Hegel; Husserl; pelo empirismo anglo saxônico e pelo sensualismo francês, com a ideia de entender a ciência enquanto prática social do conhecimento, uma tarefa que vai se cumprindo em diálogo com o mundo.

Reflexão essa que privilegia as ciências sociais e a partir daí recai sobre a ciência e a sociedade em geral, bem como sobre a fragmentação disciplinar e a interdisciplinaridade em sua relação com os demais saberes.

Esse seu caminhar reflete muito bem a crise da ciência, que é também a evidência de uma crise na Epistemologia, que acompanha a sociedade e o mundo em suas crises. Tudo de maneira interconectada e interdependente, quando uma produz a outra e vice-versa, em constante movimento.

Agora, a pergunta que importa evidenciar é a seguinte: o que é afinal a Epistemologia? Questionamento esse que perpassa todo o texto, no sentido de tecer considerações não conclusivas, muito mais indagativas, sobre a relação Epistemologia/Teoria/Metodologia, enquanto elementos essenciais do *fazer científico*.

Em - **Um discurso Sobre as Ciências** (1996) - que aborda o paradigma científico dominante, o da racionalidade e sua origem na revolução científica do século XVI, com base nas ciências naturais, que depois de um longo período, já no século XIX, inclui as ciências sociais emergentes e é adotado como seu modelo global preponderante. Mas, ainda que venha a admitir diferentes visões, a ciência ainda não considera o denominado *senso comum* e as humanidades ou os estudos humanísticos: história, filologia, direito, literatura, filosofia e teologia. Por ser um modelo global da racionalidade científica ele é totalitário, ao negar o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não sigam as regras metodológicas do método científico e aí parece residir o grande dilema, uma vez que o ser humano não é somente razão, como é evidente em qualquer visão do Sujeito que se tenha.

O paradigma científico ou a ciência moderna da época, tinha como instrumento de análise as matemáticas para poder encontrar o conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza e, decorrente desse pensamento houve algumas consequências importantes, tais como:

a) considerar o conhecimento como sinônimo de quantificação, por esta consequência as qualidades do objeto de estudo são relegadas a segundo plano, porque o mais importante é a sua indicação quantificada;

b) ter uma visão minimizada na complexidade que é o mundo, motivada pela divisão e classificação sistemáticas da natureza. Para isso a divisão mais importante é a que diferencia as condições iniciais e as leis da natureza, significando que para descobrir as leis da natureza é necessário o isolamento das condições iniciais importantes com o pressuposto de que o resultado se efetuará independentemente do espaço e do tempo em que se iniciaram as primeiras condições, assinalando, então, que para o paradigma científico, a posição, o tempo e a situação em si, nunca são condições relevantes para uma pesquisa.

Contribuíram para a crise do paradigma dominante:

a) a revolução científica iniciada com Einstein e sua teoria da relatividade, isso aconteceu quando este cientista descobriu que as leis de Newton não eram intocáveis como até então, dominando a astrofísica;

b) a mecânica quântica, quando mais uma lei de Newton que dominava a microfísica foi relativizada por Heisenberg e Bohr;

c) a rigorosidade das matemáticas, quando as pesquisas de Gödel demonstram que a lógica matemática estabelece limitações inerentes a quase todos os sistemas axiomáticos, chamado incompletude, e mais ainda com o teorema da impossibilidade;

d) na segunda metade do século XX o considerável avanço das pesquisas nas áreas da microfísica, química e biologia, tendo como exemplo a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem por meio de flutuações pelo cientista Ilya Prigogine.

Boaventura (1996) explica que a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais passou a ser inócua, de modo que o metabolismo que antes era somente atribuído aos seres vivos passou a ser atribuído como característica dos sistemas pré-celulares das moléculas.

Nesse mesmo sentido, afirma-se que no paradigma emergente não há dualidade do conhecimento, que se origina da superação de distinções tão óbvias que antes pareciam insubstituíveis, tais como a natureza e a cultura.

A constituição das ciências sociais tem como uma de suas vertentes a vocação antipositivista, que em meio a uma revolução científica e pós-moderna do paradigma emergente, tem como princípio filosófico o estudo da sociedade e ao mesmo tempo, uma concepção mecanicista da natureza, incompatíveis entre si.

Considera ele ainda mais, pois, por se tratar de um modelo de transição que ao aproximar as ciências sociais das ciências naturais, faz com que estas aproximem-se da humanidade, já que toda natureza quando afirma: “Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.” (SANTOS, 1996, p.44)

Como forma de quebrar as fronteiras em que a ciência moderna dividiu a realidade, é preciso criar categorias de inteligibilidade globais que se relacionem de forma matricial, de tal forma em que, por exemplo, a biologia possa falar do teatro molecular.

Ao traçar um paralelo com o estudo da administração das organizações, em empresas multinacionais é muito frequente o uso da estrutura matricial, pois esta permite que a tomada de decisão seja feita em conjunto por diversas áreas de modo que ao fazer o lançamento de novo produto, o gerente de produto dependa da aprovação da área de *marketing* e finanças quanto ao posicionamento, promoção e preço, antes de introduzi-lo ao mercado de determinado país e segmento em que está inserido, tendo essa estrutura como principal benefício e a melhora no fluxo de comunicação entre os times – vale lembrar que a “situação comunicativa” é existencial para a ciência pós-moderna.

A disciplinarização do saber científico fez do cientista um ignorante especializado, podendo ser citado como exemplo, o médico generalista que visou compensar a hiperespecialização médica e que pode ser convertido em um especialista ao lado de seus colegas.

Como explica Boaventura (1996), a fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Nestes últimos dois anos o mundo todo sofreu com a pandemia do coronavírus, podendo-se considerar que o coronavírus já era de conhecimento dos cientistas imunologistas que o estudavam, mas que não foi amplamente analisado como temática para uma pandemia, nem seus impactos visualizados pelo sistema de saúde, muito menos pelos seus efeitos no sistema socioeconômico – o que aponta para a urgência no emprego da transdisciplinaridade enquanto recurso necessário para se obter uma visão do todo, que acompanhe o ser humano em sua totalidade.

O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista, fazendo-se necessária a transgressão metodológica, que na aproximação das ciências naturais e das ciências sociais caberá especular se é possível, por exemplo, entrevistar um pássaro.

Boaventura caminha rumo ao sul, em **Epistemologias do Sul** fundamentando esse conceito que questiona a sustentabilidade do conhecimento técnico científico eurocentrista e também traz um aporte de contextualização cultural, na medida em que esta visão eurocêntrica ignora as experiências como a da utilização da natureza sem considerá-la como uma terra mãe, mas sim como um objeto, como solução a este problema ele indica a necessidade de se legalizar uma justiça cognitiva global, trazendo outros conhecimentos para dentro do conhecimento científico dando a oportunidade para dar voz à outros conhecimentos do sul global. Pode-se entender que ao falar desse Sul, ele se refere a todos aqueles que resistem ao colonialismo e ao imperialismo do Norte Global.

O momento do sofrimento humano é o momento de contradição entre a experiência de vida do Sul e a ideia de uma vida decente. É o momento em que o sofrimento humano é traduzido em sofrimento-feito-pelo-homem. (SANTOS, 2018, p.131)

Por sua vez, o prêmio Nobel de Química (1974), Ilya Prigogine afirma que a ciência, no século XX, passou por verdadeira transformação, uma mudança epistemológica que reinsere o mundo humano no mundo natural. Esse arcabouço teórico leva à reflexão sobre um novo entendimento da realidade, que contempla a natureza como essência e, a partir do estudo da temporalidade, surgem fundamentos que possibilitam uma nova aliança entre o homem e a natureza.

Assim, a visão de Prigogine (1996) destaca a “incerteza” como elemento intrínseco à ciência e, ao propor a irreversibilidade do tempo e o fim das certezas, vai caminhando na proposição de uma ciência alternativa às proposições cartesianas. Nesse sentido, as teorias do autor revelam possibilidades de valorização dos resultados científicos a partir das ciências exatas e da natureza em contribuição às ciências sociais. Ele destaca que o ser humano enfrenta um desafio contido na relação do

ser com o tempo, que envolve um problema existencial do conhecimento. Vive-se na terra em um tempo. Tempo de existência. Tempo de convivência, de deixar marcas. De conhecer. De registrar o conhecimento e de compartilhá-lo.

Em **O Fim das Certezas** (1996), Prigogine volta-se para a demonstração de que as Ciências Modernas precisam estabelecer o pensamento atual, de que as certezas contidas na complexidade do mundo não perduram e que, portanto, não podem existir.

A ciência é o lugar do diálogo entre o homem e a natureza, afirma Ilya Prigogine. Todavia, o pensamento ocidental moderno foi construído sobre a dicotomia entre essas duas instâncias: a natureza, passiva, mero objeto, e o homem, sujeito ativo, incumbido de conhecê-la e dominá-la, como se dela não fizesse parte. Esse é apenas um exemplo de outras tantas fronteiras criadas pelo conhecimento ocidental, racionalmente orientado. A ciência concebida a partir disso foi uma ciência fragmentada e descontextualizada, suprimindo e enfraquecendo as possibilidades de apreensão da complexidade da realidade, do tempo e do espaço.

Por último, mas não menos importante, busca-se chegar ao que propõe Alain Touraine em sua obra, quando parte para discutir novas formas de compreender o mundo de hoje: **Um Novo Paradigma para compreender o mundo de hoje** (2005); de pensar outramente, finalizando também com uma pergunta, título do livro: **Iguais e Diferentes – Poderemos Viver Juntos?** (1997).

Seguindo na linha traçada por este trabalho, a da separação entre razão e emoção, natureza e cultura, o pensador francês evoca a comunicação como sendo um instrumento capaz de reconhecer o outro e da diversidade, que dá a cada um o direito de combinar à sua maneira, instrumentalidade e identidade, razão e cultura e assim, o que pode contribuir para a recomposição de uma sociedade dissociada e herdeira da separação imposta pela protomodernização ocidental entre a razão e a natureza ou a afetividade (TOURAINÉ, 1997, p. 193).

Não é, portanto, coincidência que a ciência apresente essas mesmas separações, uma vez que ela tem como fim último compreender a sociedade, a partir de cada área do conhecimento, das disciplinas fragmentadas e tão separadas como se apresenta essa sociedade, numa verdadeira analogia com a separação verificada na ciência.

Finaliza Touraine com uma reflexão sobre a Educação, que interessa enfatizar aqui:

Se a modernidade e, desde a origem, a ruptura entre o mundo da ciência e o mundo da consciência, entre o universo dos objetos e o do sujeito, só existe sociedade moderna se for criado um princípio de integração ou de combinação entre estes dois universos” (TOURAINÉ, 1997, p. 354).

Assim, através de suas palavras: “a modernidade tornou-se problemática [...] e devemos efetuar uma mutação difícil se quisermos ser os atores de um mundo transformado”. (TOURAINÉ, 1997, p. 404 - 406).

Mundo esse globalizado e em vias de eclosão, com os países em crise e dispostos a seguir sua própria unidade, sociedades cada vez mais instáveis, buscando soluções no âmago de suas instâncias, de suas possibilidades, onde os problemas venham a ser resolvidos através das ciências que, conseqüentemente, também estão em crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, com base nos autores selecionados para trabalhar neste texto, procurou-se com estas reflexões tratar do método científico em suas novas versões, de complexidade, de incerteza, através de metodologia compatível com a realidade das novas sociedades que se apresentam para análise, quer estejam no âmbito da globalização perversa, como definiu Milton Santos em sua obra **Por uma outra globalização** (2020) ou em estado emergente de deslocamento dos grandes blocos, com todas as conseqüências dessa nova realidade, quer em âmbito geral, dos países envolvidos, ou dos grupos sociais, dos movimentos migratórios, que caracterizam alguns dos mais graves problemas destes tempos, juntamente com a questão da situação socioeconômica dos povos do globo.

À guisa de uma possível sistematização do que foi possível apresentar neste trabalho, em forma de síntese, pode-se afirmar que ele teve a intenção de fazer uma reflexão sobre a ciência que se propõe a atuar nestes tempos de grande complexidade da vida social, repleta de incertezas e, por isso mesmo, carente de mudanças estruturais, quanto: à questão epistemológica; à definição das teorias, que devem atuar sempre em caráter interdisciplinar; e à escolha de temas significativos e importantes para o bem-estar da sociedade e, portanto, quanto ao emprego das metodologias e procedimentos apropriados para o desenvolvimento das pesquisas que se fizerem necessárias, sejam elas de tipo individual ou, preferencialmente, de natureza colaborativa, que sejam cada vez mais divulgadas em plataformas digitais de acesso livre e aberto ao público em geral, tal como se expõe no artigo intitulado - **Por uma Nova Ciência a Favor de um Mundo Novo** - CURY *et al.* (2020)

Assim, a ideia básica proposta é a de uma ciência, de tipo novo, capaz de articular as competências especializadas para que seja possível compreender as realidades complexas, tal como elas são protagonizadas por Sujeitos Complexos que fazem parte de Sociedades Complexas, quer do ponto de vista social, governamental, político, público e privado. Que esteja, ao mesmo tempo voltada para a consciência planetária, de solidariedade, de humanidade, capaz de ligar os humanos entre si e à natureza terrestre.

Para o pensador Edgar Morin (2016), cuja presença é a grande motivação para a necessidade de desenvolver as ideias aqui expostas na realidade deste mundo tão incerto e tão maravilhoso, sempre com sua esperança inabalável, que o faz vivo e alerta para as necessidades destes tempos, através de

quem se pretende finalizar este texto, usando sua afirmação de que todo o planeta está em perigo, quando enfatiza que os cientistas, na sua maior parte, encerrados em suas próprias especialidades, não têm consciência da sua cidadania terrestre e ignoram o que as ciências dizem do mundo, lamentavelmente...

REFERÊNCIAS

- CODINA, Luís. **Estudios de caso: características, tipología y bibliografía comentada**. Disponível em: <https://www.lluiscodina.com/estudios-de-caso/>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- COLLER, Xavier. **Estudio de casos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277718680_Coller_Xavier_2000_Estudio_de_casos_Madrid_CIS/link/5c138ca9a6fdcc494ff2e48b/download. Acesso em: 02 dez. 2021.
- CURY, Lucilene *et al.* Por uma nova ciência a favor de um Mundo Novo: a ciência colaborativa. *In: Encontro Virtual da ABCiber*, 1., 2020. **Anais** [...]. São Paulo, online, 2020.
- DAMÁSIO. António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.
- DESCARTES, René. **Discurso del método: meditaciones metafísicas**. Madrid: Ed. Manuel García Morente, 1990. (Colección Austral).
- GERRING, John. **Case study research: principles and practices: strategies for social inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, s.d. (Depósito legal n. 97289/96).
- MORIN, Edgar. **O método: as ideias. habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998. 4 v.
- MORIN, Edgar. **O Ano I da Era Ecológica: a Terra depende do homem que depende da Terra**. Lisboa: Edições Piaget, 2016.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: o tempo, o caos e as leis da natureza**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do Sul: antologia Essencial para um pensamento alternativo de alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. 2 v.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SARTORI, G. *Comparación y método comparativo*. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Org.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget, 1997. (Série Epistemologia e Sociedade).
- TOURAINÉ, Alain. **Un nouveau paradigme: pour comprendre le monde aujourd'hui**. Paris: FAYARD, 2005.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021

CAPÍ TULO 02

O CONHECIMENTO MÚLTIPLO COMO ELEMENTO PARA A PRODUÇÃO DO SABER

Frederico Pecorelli de Oliveira⁵

Jáder Hernando Mejía Cano⁶

Roberta Cristina da Silva⁷

Sueli Mattos de Souza⁸

Em sua obra intitulada “Um discurso sobre as ciências” o autor Boaventura Sousa Santos (2008) defende uma posição epistemológica antipositivista e procura fundamentá-la à luz dos debates por ocasião do lançamento da edição portuguesa – quinze anos antes do fim do século XX. Ao fazer a defesa dessa posição, procura fundamentá-la com base nas discussões que então se travavam na física e na matemática. O autor se refere ao modelo de racionalidade que orienta a ciência moderna, a qual constituiu-se através da revolução científica do século XVI, que foi desenvolvido basicamente no domínio das ciências naturais e que só iria se estender às ciências sociais no século XIX, quando então se poderia falar em um modelo global de racionalidade científica.

Trata-se de uma obra que permite diálogos com outros autores como, por exemplo, (LAVILLE; DIONNE, 1999), quando se referem ao que consideram o enfraquecimento do positivismo. Esses autores, ao contestarem a hegemonia a que Santos (2008) se refere como paradigma dominante, citam, por exemplo, Claude Bernard, médico e teórico do positivismo para quem a abordagem positivista poderia ser aplicada a todos os objetos do conhecimento, tanto naturais quanto humanos. Segundo eles, nas ciências humanas isso não se daria sem problemas, já que as “ciências naturais e as ciências humanas tratam de objetos que não se parecem nem de longe.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 32)

Com o passar do tempo e a evolução natural do homem e das ciências, estabeleceu-se uma necessidade quanto à ação interventiva do homem no sentido de que este deixaria de ser ape-

5 Mestrando em Ciências Ambientais Rede ProfCiamb – Associada à Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: fredpecorelliprofciamb@gmail.com

6 Doutorando pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina -PROLAM/USP.
E-mail: jmejia1828@gmail.com

7 Doutoranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina -PROLAM/USP.
E-mail: robertasilvact@gmail.com

8 Mestranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina -PROLAM/USP.
E-mail: suemattos@gmail.com

nas um ser contemplativo da natureza para agir em benefício de sua aquisição de conhecimento. Um saber além da incumbência e finalidade dos recursos naturais, em busca de uma compreensão mais substancial que estivesse além de evidências, em um ambiente no qual existisse a possibilidade de observar e ou de estruturar provas concretas acerca do que se estivesse conhecendo. Conhecer de maneira efetiva para que o ser humano pudesse sobrepor além de seus questionamentos – fundamentais para qualquer aprendizado e investigação – as respectivas respostas do que se questionava.

Esse novo ambiente, sendo construído desde então até o momento atual, ainda estabelece significativas indagações sobre o conhecimento, aprendizado e observação que constituem um conglomerado composto por diferentes áreas, estudos e diálogos que permeiam o desejo incessante da construção de um mundo mais justo, educativo e aberto aos debates e ao alcance de igualdade entre os povos.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende elaborar uma análise entre o paradigma dominante, a nova racionalidade oriunda do período da ciência moderna, a interdisciplinaridade como um caminho amplo de possibilidades na esfera do conhecimento e das questões metodológicas, em vista da presença imprescindível do método científico nesse caminhar.

Por fim, o estudo aqui apresentado traz duas exemplificações de pesquisa na área das Ciências Sociais como referências o do usufruto do método, da racionalidade e de variados aspectos necessários para a realização das pesquisas e da fundamentação do aprendizado durante a investigação.

A NOVA RACIONALIDADE CIENTÍFICA

Os novos paradigmas estabelecidos pela ciência moderna, segundo SANTOS (2008, p. 17) remetem ao que ocorria em meados do século XVIII, quando essa:

[...] saída da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começava a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade."

Encontrava-se, portanto, em uma fase de transição quando a racionalidade iluminista atinge as ciências sociais, para trazer as bases do que seria esse novo paradigma, sobre o qual decorridos mais de duzentos anos, Santos afirma (2008, p.17) "somos todos protagonistas e produtos dessa nova ordem, testemunhos vivos das transformações que ela produziu." Nesse sentido, o autor irá buscar as indagações de Rousseau quanto à capacidade que este teve de formular perguntas simples, as quais citando Einstein, "só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma nova luz à nossa perplexidade."

Estamos dessa forma necessitados de nos perguntarmos sobre as relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. (SANTOS, 2008, p.18)

A nova racionalidade científica precedida pelo domínio das ciências naturais, só no século XIX irá se estender às ciências sociais consubstanciada por princípios epistemológicos e regras metodológicas, que se caracteriza por admitir variedade interna e se distinguir e defender de duas formas de conhecimento não científico que são:

[...]o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluam, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos). Assim como a que a antecedeu, também se trata de um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. Está portanto, posta a sua característica fundamental e a que, “melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precederam.” (SANTOS, 2008, p.21)

A matemática se consolida como sendo o “instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria”. (SANTOS, 2008, p. 26) As consequências advindas desse lugar que a matemática passa a ocupar na ciência moderna indica em primeiro lugar que “conhecer significa quantificar” e, “em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade”. (SANTOS, 2008, p.27)

A extensão da nova racionalidade científica analisada por Santos (2008) permite um diálogo com outros estudos que tratam dos impactos da penetração do positivismo nas ciências sociais, como na Economia conforme analisado por Pereira (2012), que apresenta uma abordagem crítica sobre a metodologia adotada pelo pensamento econômico ortodoxo conhecida como economia neoclássica. Segundo o autor, essa metodologia está baseada em uma opção que faz uso de instrumentos “ditados, pela mecânica clássica dos séculos XVII e XVIII” e suas relações com o positivismo e o falsificacionismo. Ao tratar da questão relacionada ao que se constituiu como método da economia neoclássica, o autor se reporta à análise feita por Prado (2009), sobre a síntese que este faz do “Discurso sobre o método” de René Descartes (2006), ou seja, sobre o reducionismo clássico, para o qual o todo era apenas a agregação de partes componentes totalmente autônomas, assim transcrito:

Desta forma, o método reducionista estabelece norma científica pautada na busca por desagregar o objeto de estudo e entender as propriedades e o modo de funcionamento das menores partes constituintes deste. Somente na medida em que isso é feito, as partes podem ser agregadas novamente para então constituir o todo, de modo que este não é nada além da soma das partes (PEREIRA, 2012, p. 3)

De acordo com Santos (2008, p. 28) , Descartes (2006) se refere a uma divisão primordial que distingue entre condições iniciais como o “reino da complicação, do acidente e onde é necessário se-

lecionar as que estabelecem as condições relevantes dos fatos a observar” e leis da natureza, estas identificadas como “o reino da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor.”(SANTOS, 2008, p.28). Dessa forma, Eugene Wigner (1970) *apud* Santos (2008, p. 26), essa distinção é arbitrária, mas segundo este, “é nela que se assenta toda a ciência moderna.”

O objetivo da ciência moderna pauta-se pelo estabelecimento de relações causais entre fenômenos, com vistas à proposição de leis, pretensamente universais, capazes de descrever regularidades observadas nos fatos naturais e sociais. Nesse contexto, os fatos sociais são tidos como naturais; a ergodicidade própria dos fenômenos físicos é transposta aos fenômenos sociais, fundando uma concepção mecanicista da sociedade. Consubstancia-se, assim, a incorporação da perspectiva positivista às ciências sociais, dando origem a uma “física social” cujo pressuposto básico assevera que as ciências naturais representam a concretização de um modelo de conhecimento universalmente válido. (PEREIRA, 2012, p. 22)

Essa concepção mecanicista da sociedade, conforme (SANTOS, 2008, p. 33-34) foi assumido em duas vertentes principais, sendo uma dominante, que buscava “aplicar à sociedade todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidiam o estudo da natureza desde o século XVI”, enquanto que a outra, hoje cada vez mais seguida, reivindica para as ciências sociais “um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza”

Para estudar os fenômenos sociais como se fossem fenômenos naturais, ou seja, para conceber os fatos sociais como coisas, como pretendia Durkheim, o fundador da sociologia acadêmica, é necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. (SANTOS, 2008, p. 35)

Em relação à primeira vertente considerada dominante segundo Kuhn (1962) *apud* Santos (2008, p. 37), nas ciências sociais, ao contrário das ciências naturais, não há o estabelecimento de um paradigma de consenso. A dificuldade das ciências sociais está em incorporar a racionalidade que permeia as ciências naturais, e esta seria a causa do atraso daquela em relação a esta, devido ao seu caráter “pré-científico”.

A segunda vertente, que reivindica para as ciências sociais um estatuto metodológico próprio, segundo Laville e Dionne (1999, p. 33-34), pode ser explicada na medida em que consideram os fatos humanos mais complexos que os fatos da natureza e que “a simples observação dos fatos humanos e sociais traz problemas que não se encontram nas ciências naturais”. Isso significa dizer que na química, por exemplo, é possível observar uma reação na combinação de dois corpos e o efeito de um sobre o outro ao se afastarem os demais fatores e, assim, se determinar uma explicação causal. Entretanto, o que se deve observar para compreender o fenômeno da evasão escolar no ensino fundamental? Uma crise econômica? A perseverança das desigualdades sociais no Brasil? Ou, ainda, para determinar os princípios do comportamento amoroso?”. O que está posto por essa abordagem é que no caso da reação de dois corpos químicos submetidos à uma experiência química reagrão

conforme sua natureza, que é previsível, ao passo que os seres humanos mesmo reagindo conforme sua natureza, não há garantia de uma reação previsível, “pelo menos não tanto e nem da mesma maneira.” E essa complexidade, continuam os autores, a ciência no século XIX não via em suas pesquisas sobre a natureza.

A SUBJETIVIDADE COMO CARACTERÍSTICA PRESENTE

A subjetividade como característica está associada à ciência social e, portanto:

[...] tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes das correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (SANTOS, 2008, p. 39)

Essa concepção da ciência social como uma ciência subjetiva, na análise de Santos (2008 p. 39 e 40) “reconhece-se numa postura antipositivista e assentada na tradição filosófica da fenomenologia, nela convergindo diferentes variantes, desde as mais moderadas (como a de Max Weber) até às mais extremistas (como a de Peter Winch).” Entretanto como apontado pelo autor, ainda que essa concepção considerada uma vertente que difere daquela então dominante, a qual aplicava ao estudo da sociedade todos os princípios que orientavam o estudo da natureza, revela-se a partir de uma reflexão mais aprofundada, “mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece” e, portanto, pode-se considerar que tanto uma quanto a outra concepção de ciência social “pertencem ao paradigma da ciência moderna, ainda que a concepção mencionada em segundo lugar represente, dentro deste paradigma, um sinal de crise e contenha alguns dos componentes da transição para um outro paradigma científico.” (SANTOS, 2008, p. 39)

Ao se referir à crise do paradigma dominante, Santos (2008, p.41) afirma que esta “é o resultado interativo de uma pluralidade de condições”. O autor distingue as condições sociais das teóricas e prossegue sua análise dando mais atenção às condições teóricas.

“A primeira observação que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda”. (SANTOS, 2008, p. 41)

A reflexão que o autor traz apresenta quatro condições teóricas da crise do paradigma dominante, tendo o “primeiro rombo” no paradigma da ciência moderna, sido proporcionado por Einstein, revolucionando as nossas concepções de espaço e tempo quando relativizou o rigor das Leis de Newton, no domínio da astrofísica (SANTOS, 2008, p.41). O mesmo efeito foi causado pela física quântica no domínio da microfísica, representando a segunda condição. Heisenberg e Bohr demons-

traram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar e, a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou”. (SANTOS, 2008, p. 43). A terceira está associada à quebra do rigor da matemática, enquanto “veículo em que a medição é expressa”. As investigações de Gödel e seu teorema da incompletude e os teoremas sobre a impossibilidade, que vieram “demonstrar que o rigor da matemática carece ele próprio de fundamento”. (SANTOS, 2008, p. 45). Uma quarta condição teórica da crise do paradigma newtoniano “é constituída pelos avanços do conhecimento nos domínios da microfísica, da química e da biologia nos últimos vinte anos” e sua importância está no fato de não ser um fenômeno isolado, pois encontra-se inserido como “parte de um movimento convergente, que atravessa as várias ciências da natureza e até as ciências sociais, um movimento de vocação transdisciplinar”. (SANTOS, 2008, p. 46)

OUTROS SABERES E A INTERDISCIPLINARIDADE DE MORIN

Nesse terceiro apartado do capítulo dialoga-se a interdisciplinaridade com outros saberes que estão além do paradigma dominante, do positivismo e da ideia de Modernidade “imposta” desde o Norte; porém, muito relevante considerando as circunstâncias de degradação em que se encontram a sociedade atual e o meio ambiente. A abordagem inicial amplia o que se entende pelo conceito de interdisciplinaridade neste estudo.

Etimologicamente, interdisciplinaridade significa, em sentido geral, relação entre as disciplinas. Partindo-se desta elementar definição, encerra-se a ideia fundamental que captamos deste conceito: a qual consiste em compreender que entre as disciplinas podem existir relações, diálogos e uniões que enriquecem qualquer âmbito do conhecimento.

Para os professores Naréssi e Oliveira Junior (2009, p. 22), a Interdisciplinaridade:

[...] busca a ampliação do olhar e da lógica do pensamento frente à realidade, tanto a partir dos conteúdos das disciplinas do programa, da elaboração de textos em conjunto, bem como da compreensão dos fenômenos em estudo como síntese de determinações de diferentes naturezas, e que, portanto, implicam contribuições teóricas diversas para aproximações à essência desses fenômenos.

Neste sentido, propõe-se uma observação detalhada da etimologia da palavra “Interdisciplinaridade” da seguinte maneira:

QUADRO 1: Detalhe etimológico

PARTE	SIGNIFICADO
Inter	Ação recíproca
Disciplinar	Termo que se refere às disciplinas
Dade	Qualidade, estado ou resultado de uma ação

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Assim é possível compreender a interdisciplinaridade como o intercâmbio mútuo e a integração recíproca entre as disciplinas para compreender e explicar os fenômenos sociais e a realidade, que é complexa e diversa, e ao querer acercar-se de seu entendimento, deve-se formular esquemas interdisciplinares de maneira estruturada.

A palavra interdisciplinaridade evoca a “disciplina” como um sistema constituído ou por constituir, e a interdisciplinaridade sugere um conjunto de relações entre disciplinas abertas sempre a novas relações que se vão descobrindo. Interdisciplinar é toda interação existente entre duas ou mais disciplinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das mesmas. Interdisciplinaridade é o conjunto das interações existentes e possíveis entre as disciplinas nos âmbitos indicados. (SUERO, 1986, p. 18 - 19)

Um desafio latente para o século XXI está em unir os conhecimentos, dialogar entre a ciência, o humanismo, a ética e os assuntos da sociedade como um todo. Atrás devem ficar as separações positivistas do conhecimento do século XIX e XX, onde os especialistas notáveis se consideravam únicos “donos” do conhecimento nas suas áreas específicas. Nesse cenário, Morin (2011) inspira a pensar na dialógica do viver e na reflexão sobre a educação humanista; entender que todos são cidadãos globais para o dever de fomentar a ética social. A interdisciplinaridade projeta o aprender de outras maneiras, o conviver e o relacionar-se conscientemente mediante as diferenças. Segundo Fazenda (2002),

A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, da abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. [...] A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza. (FAZENDA, 2002, p. 180)

Portanto, quando se pensa na interdisciplinaridade, além dos aspectos do saber por conhecer, ou seja, da discussão crítica sobre os problemas da humanidade nos quais estamos inseridos, também assevera-se que é necessário, de maneira complementar, explicitar outras relações, menos visíveis, mas igualmente relevantes para a compreensão da realidade em pleno século XXI, que são os dile-

mas relacionados com a complexidade, ou Epistemologia do Pensamento Complexo, considerando que pesquisar é complicado e, também, é complexo:

A partir desta complexidade, vemos que os problemas da civilização, no excesso de valorizar a objetividade, relegou a subjetividade a algo desnecessário de ser pensado e discutido em vários níveis. [...] A objetividade perante os problemas humanos, precisa alimentar-se da subjetividade, onde a emoção passa a ser elemento central e importante para as mudanças necessárias. Assim, a perspectiva da complexidade aponta para o ser humano integrado nas diferentes dimensões de sua existência, sem perder-se no relativismo, mas buscando as conexões entre os elementos que compõem sua vida. Como diz Morin (2015), a busca por estas mudanças seria bem mais que uma reforma ou uma revolução, mas seria uma metamorfose, na forma de pensar a humanidade. (SALLES FILHO, 2016, p. 142)

É nesse sentido que Morin (2011) descreve todo o processo de crise proveniente da modernidade e da racionalização do Norte, pois a partir do pensamento positivista e das práticas exploratórias do modelo econômico dominante, a vida planetária está em crise. E só mudando essas estruturas de pensamento haverá uma possibilidade de futuro, com esperança na solidariedade humana.

Esta ideia projeta um confronto Sul – Norte no sentido epistemológico. Cabe destacar neste ponto que o “Sul” não é só um lugar geográfico, é uma oposição à modernidade do Norte. Precisa-se de uma valoração do que o povo já sabe, além de criticar a lógica do consumo e do lucro como principais objetivos da sociedade. O Sul é um lugar simbólico que agrupa povos colonizados denominados de “terceiro mundo” e subdesenvolvidos.

Renunciar ao Norte e suas certezas não é tarefa simples. Ao longo da história, o Norte dita o modelo de ciência, a cultura e a economia para o Sul. Renunciar é uma tarefa de coragem que deve afrontar problemáticas transcendentais como: morte de jovens, pobreza, sofrimento, destruição dos recursos naturais, dentre muitos outros desafios. É necessário a construção de uma agenda Sul – Sul, que seja dialógica, considerando as nações, movimentos sociais e os cidadãos.

O paradigma dominante imposto pelo Norte está em crise, aquele Humanismo arrogante ou Antropocentrismo que determina o homem como dono e dominador da natureza deve parar. A ação cessante de exploração, conquistas e destruição da natureza é urgente. Este modelo é insustentável e isso está claro e comprovado desde o século passado. Agora, mais que nunca existe a necessidade de mudança para novas formas de pensamento que compreendam a interdisciplinaridade que existe, não só nas ciências, mas na vida como um todo. Este é o pensamento complexo de Edgar Morin.

A complexidade de Morin não despreza aquilo que o Norte já produz, ela é crítica e pensa na construção coletiva em favor da humanidade. Ela procura construir uma mudança que resgate as políticas e os serviços públicos de qualidade, valorizar a diversidade cultural e os conhecimentos ancestrais, descolonizar o pensamento e criar uma consciência planetária.

QUESTÃO METODOLÓGICA X TRANSGRESSÃO DO MÉTODO

Segundo Osterne, Brasil e Almeida (2013), historicamente, o campo científico, mesmo com sua natureza metódica, atravessa conflitos e contradições mediante várias tentativas de uniformizar procedimentos para a produção do conhecimento na área das Ciências Sociais. Assim, inúmeros são os questionamentos acerca da ciência e muito se debateu sobre a chamada “crise de paradigmas” no âmbito das Ciências Sociais.

Os autores (OSTERNE, BRASIL E ALMEIDA, 2013) afirmam ainda que polêmicas permeiam as Ciências Sociais e seus respectivos modelos teóricos, e que tal aspecto faz permite inferir que as controvérsias paradigmáticas são inerentes à natureza dessa área de conhecimento, porém elucidam que a referida discussão emergiu do campo da Física com embates na elaboração da intitulada Nova Filosofia da Ciência. Em meio a esse processo, no ano de 1962 Thomas Kuhn definiu o paradigma como uma “constelação que compreende globalmente leis, teorias, aplicações e instrumentos” e que possibilita “um modelo que engendra uma tradição particular de investigação científica”. (BOEIRA; BOEIRA, 2005, p. 8)

Os cientistas, ao apresentarem fatos como uma espécie de prova irrefutável da verdade da ciência, fazem de maneira alardeada, pois a convergência dos fatos pode, de certo modo, indicar o caminho certo, mas nem sempre conduz à verdade. (THUILLIER, 1994).

Segundo Thuillier (1994, p. 11):

[...] as teorias em geral, sendo baseadas em 'fatos' são tão falíveis quanto eles. A própria noção de teoria implica em incerteza e uma boa teoria não é uma teoria definitivamente irrefutável e absolutamente verdadeira, mas é uma teoria coerente e que possui certa eficácia nas condições vigentes. Para que possamos falar do conhecimento científico como verdade, deve-se salientar seu caráter transitório, histórico.

Na interação de pesquisa, certas vezes por longos períodos de tempo junto aos sujeitos em seus cotidianos, o pesquisador tem acesso privilegiado às práticas, circunstâncias e relações estabelecidas em determinados contextos, e assim coloca-se em debate a neutralidade do pesquisador que, por ser agente integrante do campo de atuação, de maneira não intencional, transforma o cenário. (QUEIROZ; VALL; SOUZA e VIEIRA, 2007). Assim, observa-se a subjetividade como elemento preponderante na validação das pesquisas na área das Ciências Sociais.

A utilização de metodologias variadas têm sido uma constante nos últimos tempos nas pesquisas em Ciências Sociais. Em pesquisa desenvolvida por Camayd e Freire (2020), foi possível constatar que a abordagem qualitativa-quantitativa tem servido como alternativa metodológica de complementação baseada no uso de variados métodos e técnicas que buscam maior controle das variáveis e da correção de erros típicos dos métodos. Outro ponto destacado pelos autores é o fato de que

há uma estreita relação entre a pesquisa social e a pedagógica, com evidência da singularidade da segunda no sentido da externalidade de eventos sociais, a complexidade dos fenômenos humanos, a influência temporal, a dificuldade de estabelecer projeções, e a transferência dialética de valores no processo de investigação.

Como a investigação é uma atividade que se realiza para descobrir algo que se desconhece até então, o procedimento investigativo ocorre pelo objeto de estudo a ser averiguado e tem por base o método científico. Entretanto, nas Ciências Sociais, esse desconhecimento refere-se à realidade social, e assim, a partir do evento social, é fundamental refletir acerca da forma da construção da ciência e de que maneira será realizada a investigação. Mais do que isso, questionar os conceitos epistêmicos, metodológicos e as práticas investigativas, com a perspectiva de um sistema com normas e configuração regulatória, mas não absoluta ou universal. (CAMAYD; FREIRE, 2020).

Portanto, deve-se buscar as respostas e/ou possíveis soluções para os problemas sociais por meio de estratégias metodológicas e métodos de pesquisa em Ciências Sociais que sejam úteis conforme o contexto do trabalho de pesquisa mediante posições qualitativas, quantitativas ou mistas. (CAMAYD; FREIRE, 2020).

O método científico, segundo Marconi e Lakatos (2003) é dividido em quatro estágios, sendo, conforme Quadro 2:

QUADRO 2: Estágios do método científico

ESTÁGIOS	DESCRIÇÃO
1. Observação	Realiza-se a execução dos questionamentos sobre o fato observado; formula-se uma hipótese que é uma possível explicação para o problema levantado
2. Experimentação	O pesquisador realiza experiências para provar a veracidade de sua hipótese;
3. Interpretação de resultados	Momento em que o pesquisador interpreta os resultados apurados;
4. A conclusão	Realiza-se a análise final e considerável sobre o fato em questão, para se evidenciar as constatações alcançadas

Fonte: elaborado pelos autores, 2021, com base em Marconi e Lakatos (2003).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o investigador que se proponha a utilizar esse método não precisa necessariamente cumprir todas as etapas, e que tampouco existem períodos de tempo pré-determinados para tanto em cada uma das etapas apresentadas no quadro acima; em vista de que Charles Darwin, a título de exemplificação, passou cerca de vinte anos tão somente analisando os dados colhidos em suas pesquisas e seu trabalho constitui-se basicamente da etapa investigativa, e que o mesmo não repousa sobre o estágio de experimentação, e que nem por isso seu trabalho se torna menos relevante e sério.

No entanto, tem-se como pressuposto que o método não se inicia na observação por ser precedido sempre de bases teóricas. Nesse sentido, é possível afirmar que o método científico se concretiza no pensamento de Descartes, que foi posteriormente desenvolvido, empiricamente, pelo físico inglês Isaac Newton. A proposta de Descartes para se chegar à verdade é a dúvida sistemática e decomposição do problema em pequenas partes, condições que definiram a base da pesquisa científica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Chizzotti (1991) acredita que o conhecimento científico é produzido por indivíduos que pensam, sentem e fazem, e que por essa razão, se faz necessário a superação da visão científica que considera a produção do conhecimento como uma esquematização sequencial rígida de regras que se inicia pela observação e termina pela conclusão, sendo esse conhecimento de âmbito científico ou não.

Silva e Oliveira (2017) afirmam que para se conquistar o lugar como pesquisador na elaboração do processo de produção do conhecimento é preciso que tanto as teorias quanto as críticas, conjecturas e hipóteses sejam passíveis de serem testadas permanentemente.

Sob a ótica de Descartes o pensamento é puramente racional. O racionalismo se baseia nos princípios da busca da certeza e da demonstração, com sustentação na razão, e não no conhecimento empírico. (SANTOS, 2008)

Mediante os aspectos relacionados e os autores apresentados, é possível inferir que existem frentes contrárias de estudiosos, porém isso não se menciona como um aspecto prejudicial à aquisição do conhecimento, em vista de que em todas as áreas sempre existiram e sempre existirão pensamentos controversos e tal fator não implica em verdades absolutas, mas na possibilidade da ocorrência de debates e discussões em prol da construção do conhecimento, do ato de refletir, investigar, indagar.

Sobremaneira, todos esses elementos corroboram para que o pesquisador possa investigar, conhecer teorias e estudiosos que ao longo do tempo auxiliam no despertar do aprendizado. Portanto, tais divergências nas Ciências Sociais, tendem a contribuir para que os acontecimentos na área que estão cada vez mais variados possam receber avaliações complementares, estudos ampliados e variadas maneiras interpretativas em busca de mitigar desigualdades e promover equidade.

Os diversificados métodos trazem vantagens ao pesquisador que amplia o seu conhecimento no momento investigativo para conhecer essa variedade e se apropriar do método que seja mais adequado ao objeto estudado. Apercebe-se desta maneira que a diversificação metodológica com abordagens qualitativa, quantitativa e mista promove um elenco de possibilidades ao processo pesquisador, tornando-o cada vez mais concreto, substanciado e capaz de validar a pesquisa realizada.

Indubitavelmente, sem metodologia não há pesquisa. Sem procedimentos metodológicos assertivos a investigação não terá sustentação.

4.1 EXEMPLIFICAÇÃO DE PESQUISA

A área das Ciências Sociais tem como especificidade, a elaboração de pesquisas que venham ao encontro da observação da sociedade nos mais variados âmbitos: social, étnico, de classe, de educação, de hábitos que permeiam culturas, moradias, vestimentas, entre tantos outros; como saúde, condições de sobrevivência, aposentadoria, qualidade de vida..

Neste certame, mais do que pesquisar, é preciso identificar alguma condição específica no que tange aos aspectos sociais, culturais, regionais, entre outros, mas que absolutamente retrate ou trate de algo vinculado à sociedade.

Portanto, no quadro apresentado a seguir constam duas pesquisas realizadas na área em questão, mas que possuem diferentes singularidades.

Quadro 03: Pesquisas desenvolvidas em Ciências Sociais

EXEMPLIFICAÇÃO 1	
Tipo de trabalho	Artigo
Título	Elementos de complexidade na economia do desenvolvimento de Furtado e Noyola
Autores	André Roncaglia de Carvalho; Fernanda Graziella Cardoso.
Fonte	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8665609
Resumo	O artigo faz uma revisão do pensamento conjunto de Celso Furtado e Juan Noyola Vásquez, desde uma perspectiva da abordagem da complexidade. Apresenta-se o esquema analítico dos autores, evidenciando a presença de elementos que remetem a mecanismos de retroalimentação que engendram propriedades emergentes do sistema econômico, tais como a baixa taxa de crescimento, o atraso tecnológico, a inflação persistente e o aprofundamento da desigualdade, contribuindo para a manutenção do resultado de armadilha do subdesenvolvimento.

EXEMPLIFICAÇÃO 2

Tipo de trabalho	Artigo
Título	Elementos de complexidade na economia do desenvolvimento de Furtado e Noyola
Autores	André Roncaglia de Carvalho; Fernanda Graziella Cardoso.
Fonte	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8665609
Resumo	O artigo faz uma revisão do pensamento conjunto de Celso Furtado e Juan Noyola Vásquez, desde uma perspectiva da abordagem da complexidade. Apresenta-se o esquema analítico dos autores, evidenciando a presença de elementos que remetem a mecanismos de retroalimentação que engendram propriedades emergentes do sistema econômico, tais como a baixa taxa de crescimento, o atraso tecnológico, a inflação persistente e o aprofundamento da desigualdade, contribuindo para a manutenção do resultado de armadilha do subdesenvolvimento.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021, com base nos autores apresentados no quadro.

O estudo apresentado na primeira exemplificação traz uma revisão do pensamento conjunto de Celso Furtado e Juan Noyola Vásquez a partir de uma perspectiva de abordagem da economia da complexidade. Este conceito se refere a um novo paradigma dentro da teoria econômica que a entende como um sistema adaptativo complexo, composto de múltiplas interações dos agentes diversos através de redes de evolução ao longo do tempo.

Os autores neste trabalho exploram uma pesquisa sobre as contribuições da abordagem da complexidade à economia do desenvolvimento, explicando que essa ainda é muito recente na economia o que lhe confere uma natureza ainda experimental especialmente do ponto de vista da instrumentalização e formalização de seus modelos teóricos. O trabalho propõe investigar como a abordagem da complexidade pode enriquecer o nosso entendimento sobre o desenvolvimento econômico e por que lançar mão de dois pensadores estruturalistas que escreveram em meados do século passado?

O subdesenvolvimento, a partir de uma perspectiva complexa, como, segundo o autor “nos brindam Noyola e Furtado, resulta da manutenção de instituições ineficientes para a geração de desenvolvimento no contexto de nações com problemas estruturais particulares e esse resultado emerge a partir da ação de grupos de poder que tendem a buscar justamente a manutenção de suas condições iniciais de privilégios.” (CARDOSO; CARVALHO, 2021, p. 110)

Tanto Noyola quanto Furtado contribuíram sobremaneira para a formulação do pensamento Cepalino e suas análises sobre a busca da estabilidade econômica, sem considerar a natureza dos problemas estruturais que enfrentam especialmente os países subdesenvolvidos; pode ser totalmente

perniciosa para o crescimento (CARDOSO; CARVALHO, 2021) e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, mesmo que estritamente econômico. O desenvolvimento não é consequência natural do crescimento econômico.

Ressalte-se que nesta publicação o autor se refere à particularidade da abordagem Furtadiana, presente em toda a obra, que é o seu aspecto interdisciplinar. Dessa forma, “Furtado não restringe sua análise a fatores estritamente econômicos”. Cita Cepêda (2008), para quem a interpretação de economia brasileira empreendida por Furtado conecta questões sociais e econômicas de maneira inédita no pensamento brasileiro. (CARDOSO; CARVALHO, 2021, p. 104)

A pesquisa apresentada na exemplificação 2 refere-se a uma proposição que visa discutir o planejamento do desenvolvimento no Brasil contemporâneo, a partir de uma visão, segundo a qual, o desenvolvimento contempla pelo menos três instâncias: economia, sociedade e espaço.

O autor já no primeiro capítulo realiza uma discussão de cunho epistemológico, teorizando sobre a própria ciência com o objetivo de perscrutar as matrizes científicas que informaram o planejamento na Modernidade. Nessa ambiência discursiva, discorrem acerca dos impactos da penetração do positivismo nas ciências sociais e, particularmente, na Economia, sobre a teoria do planejamento. A incorporação de um paradigma mecanicista pelo planejamento significou, pela análise apresentada, contraditoriamente, seu próprio fenecimento, uma vez que tal paradigma veio a legitimar o liberalismo.

O autor recorre ao pensamento de Souza Santos pela abordagem que este autor realiza sobre a tônica vigente na transição do século XIX ao século XX, de cunho liberal que se refletia e se sustentava no ideário do planejamento, embotado pela racionalidade positivista que edificava “um conhecimento causal que aspira à formulação de leis” (SANTOS, 2008, p.29).

Assim, é perceptível a semelhança entre ambos os estudos, que refletem certamente os distintos objetos investigados, as diferentes abordagens metodológicas utilizadas e os diversificados objetivos e assuntos contemplados nos trabalhos, por trazerem em comum a abordagem de elementos de economia política e tratarem da temática do desenvolvimento. Dessa forma, no artigo “Elementos de complexidade na economia do desenvolvimento de Furtado e Noyola” os autores se referem ao uso da ainda recente dos elementos de complexidade na economia, mas apontam que o aporte teórico-metodológico desta abordagem é capaz de fornecer elementos para uma compreensão mais robusta dos problemas reais relativos à temática do desenvolvimento. Por sua vez, no trabalho de dissertação citado, o autor se utiliza do conceito de planejamento cujo objetivo é colocar a ciência a serviço da humanidade, e nesse processo “engendrar mecanismos (científicos) de compreensão racional da realidade social e aventar instrumentos (políticos) que favoreçam a construção de uma realidade econômica, social e espacialmente mais homogênea, voltada ao bem-estar da coletividade; o que, em termos contemporâneos, é sinônimo da idéia de desenvolvimento”. (LINHARES, 2007, p. 12)

Portanto, como já mencionado, a diversificação do método científico corrobora para que as variadas condições/circunstâncias/evidenciações sejam validadas nas pesquisas em Ciências Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico marcado pela nova racionalidade até então premente ao domínio das ciências naturais se estendeu às Ciências Sociais fundamentada por princípios epistemológicos e regras metodológicas que admite variedade interna e se distingue por defender como duas formas de conhecimento não científico, o bom senso e os estudo das humanidades.

A crise do paradigma dominante é resultante de uma pluralidade de circunstâncias, distinguindo-se as condições sociais das teóricas. Em contrapartida, a nova racionalidade presente na ciência moderna expõe o ser humano como um ser que deixa de ser contemplativo da natureza, para se tornar agente ativo e responsável por suas ações e pela busca do seu conhecimento.

Resumidamente, interdisciplinaridade significa a relação entre as disciplinas. Assim, é possível subentender que a partir desta relação ocorrerão diálogos e uniões promoverão o enriquecimento da construção do saber nos mais variados âmbitos.

Nesse certame, compreende-se a interdisciplinaridade como um intercâmbio múltiplo formado por integrações recíprocas entre as disciplinas para compreender e explicar os fenômenos que ocorrem na sociedade, possibilitando a observação da realidade existente, que se torna cada vez mais diversa e complexa. Para que se possa alcançar o entendimento dessa realidade se faz necessário formular esquematizações interdisciplinares de forma estruturada e assertiva.

Na área das Ciências Sociais, a utilização de metodologias variadas tem ocorrido frequentemente, por intermédio de abordagens qualitativa, quantitativa e mista para uma validação abrangente acerca das variáveis e ações corretivas para os erros que são comuns nos métodos.

As diferentes metodologias contempladas e defendidas pelos inúmeros autores somam-se de maneira positiva à vontade de investigação do pesquisador, que buscará entre distintas opções metodológicas a mais mais adequada e eficiente para o objeto que estuda e o saber que se deseja alcançar.

A possibilidade de debates e reflexões relacionadas envolta às pesquisas desenvolvidas e aos variados métodos passíveis de utilização pelo pesquisador corrobora para o avanço da construção do conhecimento a abarca as inúmeras temáticas pertinentes às Ciências Sociais, que devem sobretudo, apresentar a realidade existente e propor melhorias à sociedade.

REFERÊNCIAS

- CAMAYD, Rad Y.; FREIRE, Espinoza E. E. Estratégias metodológica de investigação nas ciências sociais. **Revista Conrado**, v. 16 n. 77, p. 65-73, 2020. Disponível em: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/1568>so Acesso em: 25 nov. 2021.
- CARVALHO, André Roncaglia de; CARDOSO, Fernanda Graziella. Elementos de complexidade na economia do desenvolvimento de Furtado e Noyola. **Revista Economia e Sociedade**, v. 30, n. 01, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8665609>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Ícone Editora Ltda., 2006. (Coleção Fundamentos do Direito)
- FAZENDA, Ivani (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira, Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.
- LINHARES, Lucas Roosevelt Ferreira. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: o (sub) desenvolvimento sócio-econômico-espacial no Brasil e as possibilidades contemporâneas do seu planejamento**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-7BSPVH?locale=es>. Acesso em 27 nov. 2021.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Tradução Edgard Assis de Carvalho, Mariza Pessari Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NARÉSSI M., Divanir E.; de OLIVEIRA JUNIOR, Constantino R. Interdisciplinaridade e pesquisa. 2009. *In*: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Org.) **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.
- OSTERNE, Maria do Socorro F.; BRASIL, Glaucíria Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Revista**

Serviço Social e Sociedade, v.113, mar., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/x5rdG5hFMs8kdGck3jF4jdj/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez.2021.

PEREIRA, F. **A abordagem da economia em sistemas complexos compondo um paradigma alternativo à ortodoxia neoclássica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/160445/223813/sim2_mesa3_a_aborgagem_economia_sistemas_complexos.pdf/9ae2d0cd-2680-4596-984a-52c722b97256. Acesso em: 18 nov. 2021.

PRADO, E.F. Três concepções de complexidade. *In: Economia, complexidade e dialética*. São Paulo: IPE/USP, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/incs/download.php?i=532&file=../media/livros/file_532.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaína; SOUZA, Angela. Maria Alves; VIEIRA, Neiva Francinely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283. 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em 10 dez. 2021.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Educação para paz: um caminhar no pensamento complexo através de cinco pedagogias integradas e complementares. **Revista Polyphonía**, v. 27, n. 1, p. 137-153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v27i1.42291>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Para um pensamento do Sul: diálogos com Edgar Morin**. Coordenação geral: Edgar Morin. SESC. Departamento Nacional. Rio De Janeiro. Março/2011. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/ANAIS-para-um-Pensamento-do-Sul-Marco2011.pdf>. Acesso em: 27/11/2021.

SILVA, Kethelen Amanda; OLIVEIRA, Carlos Alexandre Rodrigues de. Método científico: o conhecimento como uma unidade em que todos os saberes estão conectados. **Revista Educação, Gestão e Sociedade**, v. 07, n. 25, fev., 2017. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs. Acesso em: 18 nov. 2021.

SUERO, Juan Manuel Cobo. **Inter disciplinaria à y universidad**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1986.

THUILLIER, P. **De Arquimedes a Einstein: a face oculta da invenção científica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAPÍ TULO 03

A DECOLONIALIDADE DO SABER: PELO RECONHECIMENTO DA INCOMPLETUDE DOS SABERES

*Andreina Alves de Sousa Virginio*⁹

*Bruno Massola Moda*¹⁰

*Flávio Maia Custódio*¹¹

*Vinicius Miranda David Paulino*¹²

INTRODUÇÃO

A modernidade, na sua configuração social, política, cultural, tecnológica e econômica, é sem dúvida o momento histórico que demarca mudanças profundas e substanciais nas relações humanas. Dentre as muitas modificações, especialmente no ocidente, citamos o colonialismo, momento histórico de expansão territorial, autogerado na sociedade europeia com vistas para a exploração de outros lugares e/ou continentes. Esse movimento, caracterizado pelo efeito sistêmico de dominação, é definido por Fanon (1968, p. 46) como “violência em estado bruto”. Uma violência estruturada com dinâmicas sincrônicas, cujos efeitos estavam e reverberam, ainda hoje, para além da exploração de bens primários, atingindo dimensões simbólicas de todo um povo invisibilizado pela ação dominante do “outro-estrangeiro” que inaugurava os processos de desigualdade em *locus*, antes constituído, em sua maioria, pelos ideais da coletividade e/ou unidade das populações originárias.

A dinâmica colonial, intimamente ligada à modernidade, não foi pontual. Ganhou expansão no tempo e no espaço, instituindo uma matriz de poder que encontrou ramificações desde o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, passando pelo conhecimento e pela subjetividade. Isto implica pensar na engrenagem da colonialidade como um sistema ordenado em estrutura ampla e complexa, cujo processo ganha força na proposição do controle, do apagamento, da invisibilidade e do enfraquecimento do patrimônio material e imaterial de um povo. Mignolo (2017) aponta que o marco da revolução colonial foi a implantação do conceito ocidental de natureza a partir do descarte do ideário construído, organicamente, pelos povos originários acerca do seu lugar. Esse foi,

⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes da USP. E-mail: andreinadocumentos@gmail.com

¹⁰ Doutorando pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina -PROLAM/USP. E-mail: bruno.moda@hotmail.com

¹¹ Mestre em Comunicação e Semiótica - PUC/SP. E-mail: flaviofmc@lwmail.com

¹² Pós-graduando em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ECA - USP, Universidade de São Paulo). E-mail: vinicius@mirandavid.com

possivelmente, o momento referencial de epistemicídio ou apagamento estrutural do conhecimento de um grupo social.

É aqui que reside a noção de colonialidade, a partir da multifraturação imposta pela colonização histórica e que não se dissipa com o advento da conquista e manutenção da soberania política e econômica de um Estado, mas que se propaga de maneira furtiva nas mais diversas manifestações sociais, culturais, políticas, econômicas e epistêmicas — a saber o próprio conceito de Estado-nação westphaliano imposto desde a Europa para seus territórios capturados. A sistêmica violência do projeto colonial, que gestou e, hodiernamente, sustenta o capitalismo global, perpassou o que Quijano (2013) definiu como colonialidade: uma particularidade que opera dentro do colonialismo, sustentada numa classificação étnico/racial para dominação de uma determinada sociedade sob outra. O fenômeno da colonialidade ocorre em concomitância com o da modernidade a partir da invasão do continente Americano, apoiado em dois planos, segundo Quijano. No plano da subjetividade, deu-se a criação de diversas identidades como o índio, o mestiço, o amarelo, o branco, e outras, e as geoculturais, em referência às características culturais encapsuladas dentro de da classificação dos territórios: América, Europa, Oriente e Ásia. Essas clivagens proporcionadas pela modernidade, através da colonialidade, se constitui no processo histórico como um dos primeiros e importantes passos para consolidar o que Quijano (2013) denominou de “[...] novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada” (Ibidem, p. 55).

Na tentativa de romper com o ciclo profundo da colonialidade, cujas teias amplas assentam-se em uma justaposição que firma os processos de dominação e que se impõem direta ou veladamente nos modos de ser, pensar e agir do subjugado/dominado, os estudos decoloniais¹³ aparecem como vias insurgentes a este movimento. Estas investigações, em específico a partir de uma perspectiva latino-americana, analisam a noção de poder e todas as suas imbricações da modernidade e da dinâmica do chamado “padrão de dominação global” (QUIJANO, 2013). Este modelo reflete as civilizações modernas, cujas origens perpassam pela tomada da América em sincronicidade com o modelo capitalista de produção.

Esse giro decolonial¹⁴ configura uma nova perspectiva, não só para as ramificações da matriz colonial do poder, citadas anteriormente, mas, sobretudo, de como pensar e refletir essas ramificações à lógica da modernidade/colonialidade, o que pressupõe uma virada epistemológica importantíssima, apontada por Mignolo (2009) como “desobediência epistêmica”, o desligamento de uma aparente “epistemologia do ponto zero”, ou seja, uma ruptura com a produção de conhecimento preconizada no eurocentrismo/ocidentalismo e em um ideário intrínseco à racionalidade moderna, tal qual Santos (2013) propõe através de uma ecologia de saberes.

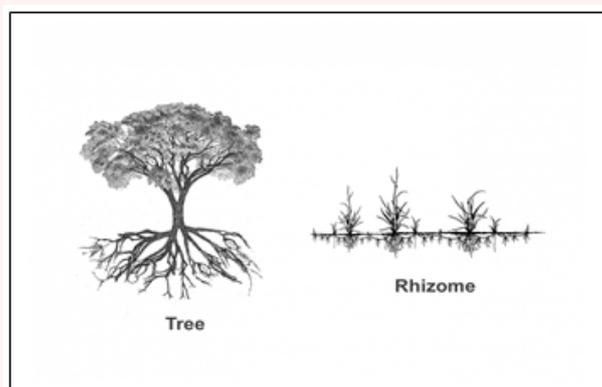
13. É compreendido aqui como conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a crítica e/ou rompimento com a colonialidade, como por exemplo: estudos subalternos e estudos pós-coloniais (fundamentados em perspectivas sul-asiáticas) e decolonialidade, termo utilizado neste documento sob a perspectiva latino-americana.

14. Termo cunhado, originalmente, por Nelson Maldonado-Torres em 2005.

Aqui, a crítica não está pautada na modernidade em si mesma, mas na análise da invalidação, supressão e apagamento de saberes - questionados e nulificados através dos processos hierarquizantes, universalizados e centralizados numa perspectiva unilateral de um saber e conhecer. São indiscutíveis os avanços e resultados advindos da racionalidade científica moderna, contudo é certo afirmar a coexistência de uma “práxis irracional da violência” (DUSSEL, 1994) como justificativa “do moderno” e do processo civilizatório apoiada na ocultação do outro e, como aponta Santos (2007), no chamado “pensamento abissal moderno”.

As proposições decoloniais avançam não apenas com o propósito de evidenciar essas deformações advindas da colonialidade, mas, sobretudo, de apontar caminhos e reflexões que reconheçam uma ciência decolonial, cuja tessitura reivindique a contextualização das categorias explicativas e normativas no bojo da naturalização e absolutização do saber hegemônico (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014). Santos e Meneses (2013) chamam essa contextualização de “tradução intercultural”, isto implica considerar outros repertórios e oportunizar a resignificação do conteúdo advindo de outros agentes/portadores e de seus respectivos saberes. Nesta mesma perspectiva, o conceito de “rizoma”¹⁵ dos filósofos Deleuze e Guattari (2002) nos ajuda a captar, no campo filosófico, a importância inter-relacional e tradutora desta epistemologia dos saberes, cuja compreensão está no reconhecimento de múltiplas entradas para a construção de “um apreender”, de “um interpretar” mediante realidades complexas e plurais. Ou seja, Deleuze e Guattari (2002) apresentam, como aponta Zourabichvili (2004, p. 52), um “antimétodo”, que questiona a visão arborescente do conhecimento, fundamentada na ideia de “raiz” por onde se ramificam e dependem as outras formas de saber. Na verdade, o sentido do rizoma, no viés filosófico, nos remete metaforicamente, para o caule que parece raiz, mas não o é, visto que dele partem raízes adventícias (nós, gemas, escamas) que representam territórios relativamente estáveis, numa perspectiva de complexidade frente aos múltiplos, assim como mostra a figura 1 abaixo:

FIGURA 1: Diferença entre raiz (perspectiva arbórea) e rizoma (perspectiva de múltipla raízes)



Fonte: Murray (2012)

¹⁵ Na Botânica, trata-se de um caule que cresce junto ao solo (horizontal), subterrâneo ou aéreo, com disposição regular. Desse caule partem raízes adventícias de onde se originam outras estruturas da planta que não da própria raiz. Essa estrutura apresenta: nós, gemas e escamas - reservas importantes para o suprimento e sobrevivência da planta.

Podemos, assim, apreender a visão rizomática deleuze-guattariana como uma via contrária aos processos de dicotomização, dualidade e binarismo na relação que se estabelece entre os saberes no bojo da colonialidade. Toda esta teia conceitual (MIGNOLO, 2009; 2017; QUIJANO, 2013; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014; SANTOS e MENESES, 2013; DELEUZE e GUATTARI, 2002), em conjunto com outras, que pontuaremos ao longo deste capítulo, nos ajudarão a refletir sobre a decolonialidade do saber e seus desdobramentos para um caminho epistêmico, a partir de um olhar do Sul global que considere as múltiplas subjetividades do sujeito cognoscente produtor de conhecimento sob as mais variadas manifestações do conhecimento e da cultura mediadas pelo que Santos e Meneses (2013) denominam de tradução cultural. Na primeira seção, discute-se o que é esse Sul Global sob a perspectiva da epistemologia e da alteridade da pessoa imigrante enquanto sujeito humano e não-humano, à mercê de um direito excludente e violento. Em seguida é apresentada uma reflexão sobre a cultura popular como instrumento de formação do sujeito cognoscente. Por fim, discute-se a importância da resistência cultural como instrumento de reafirmação de identidades nos mais diferentes espaços.

Esta proposição se desenvolverá, ao longo do texto, como indicação de ruptura política e epistêmica, necessárias, principalmente em contextos cujos discursos defendem, de forma separada e polarizada os “lugares do conhecimento” e os “lugares de cultura”, o norte e sul, respectivamente (MIGNOLO, 2021).

DESDE O SUL GLOBAL: EPISTEMOLOGIA E ALTERIDADE

A análise do desenvolvimento social e, por consequência, a produção do conhecimento no ocidente esteve por muito tempo sob a égide de uma epistemologia eurocêntrica. Santos (2010b) e Santos e Meneses (2013), propuseram diversos postulados filosóficos como, por exemplo, a “sociologia transgressiva”, o “pensamento abissal” e a “ecologia dos saberes” que buscam estabelecer uma reflexão crítica intitulada por Santos (2010b) de “epistemologia do sul”. A partir desta reflexão, Santos e Meneses (2013) identificam o Sul Global como um conceito metafórico e não necessariamente geográfico, que apresenta os efeitos do colonialismo, ao retratar o sofrimento humano causado pelo colonialismo enquanto sistema político e social no passado e enquanto sistema social no seio do atual capitalismo global.

Boaventura busca expor lacunas profundas observadas entre a teoria – conhecimentos produzidos na Europa para uma realidade europeia – e a prática – a realidade latino-americana com sua dinâmica própria. A relação chamada de “fantasmagórica” entre teoria e prática é fruto de um jugo colonial excludente no qual se reconhece como verdade absoluta o conhecimento externo, da metrópole, em detrimento ao local e tal fato é uma das variáveis componentes do que Boaventura

classifica de “colonialismo interno”. O autor propõe um distanciamento do eurocentrismo dada sua baixa capacidade de prover elementos críticos, sobretudo para análise da América Latina e outras regiões fora do eixo Atlântico norte. Esta iniciativa integra um fenômeno ainda mais amplo observado no campo da história social. Segundo Sangster (2008), a partir dos anos 1970 há um renascimento acompanhado de uma ampliação do escopo analítico da história social estimulado por novos movimentos sociais (feministas, negros, grupos étnicos, homossexuais, e outros.) que colocavam à prova os tradicionais credos da teoria crítica. Assim, a história social converteu-se nos anos posteriores em um “campo amplo e amorfo” (SANGSTER, 2008, p. 2014).

Os movimentos sociais, portanto, desempenharam papel crucial na revisão dos postulados teóricos que vigoraram sob a égide da modernidade europeia. A esse movimento desde baixo, ou desde o Sul, Boaventura chamou de cosmopolitismo subalterno onde grupos organizados ou não, colocam-se contra a globalização hegemônica *in voga*. O escopo deste cosmopolitismo aparece como uma expansão, num esforço de abarcar o que Van der Linden (2009), ao problematizar a história do trabalho, apontou sobre as organizações que não são necessariamente institucionalizadas, mas sim ajuntamentos coletivos de trabalhadores formais, informais, desempregados, mulheres, indígenas, grupos da terceira idade e camponeses. Boaventura (2010), ao se debruçar sobre a realidade latino-americana, apresenta as lutas desses grupos que englobam dignidade, respeito, território, autogoverno, bem viver, dentre outros, lutas essas ausentes no aparato teórico existente. Esses processos são claramente uma crítica à naturalização da sociedade liberal enquanto expressão máxima da modernidade, que segundo Lander (2011), passou por dois momentos: dimensão colonial/imperial de conquista do mundo, em especial a América, e luta civilizatória dentro da Europa, operacionalizada numa escala mundial, conforme avançava o sistema capitalismo de produção. Este processo sistêmico impactou, como já mencionado, o fazer-se do conhecimento. No campo do saber, as disciplinas científicas na academia ocidental estabelecem o binômio: a) metarrelato universal – sociedade industrial liberal como o modelo civilizatório mais avançado; b) as formas de conhecimento dentro desta sociedade se convertem em formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. Tornam-se “[...]proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta.” (LANDER, 2011, p.10). O que não for igual é atrasado ou tradicional. Desta maneira ocorre uma construção eurocêntrica que se reflete na organização colonial e imperial do mundo.

Daí a crítica ao sistema axiológico europeu excludente e a proposição das “sociologias das ausências”, ou seja, a busca pelo inexistente como uma alternativa viável para uma realidade posta, e não a ignorância da sociologia dominante que utilizando-se de um monoculturalismo absoluto e de estereótipos negativos renegou o local que negativamente passou a ser identificado como não-científico, místico, não produtivo, o atrasado. Outrossim, Boaventura (2010) propõe a “sociologia das emergências” que almeja investigar alternativas plausíveis em um futuro de “possibilidades plurais

e concretas.” no bojo da proposição de uma epistemologia do sul, cuja característica é a valorização das diferentes formas de produção de conhecimento, seja científico ou não e toda relação produzida entre grupos subjugados pelo capitalismo e pelo colonialismo. Dessa forma, Boaventura destaca a amplitude compreensiva e a diversidade do mundo como base metodológica de uma nova forma de conhecimento, formando assim, uma “ecologia do saber”, na qual se prevê intercâmbio e interdependência entre as diversas formas de conhecimento, considerando que não há ignorância ou conhecimento uma vez que toda ignorância é ignorante de certo conhecimento. Adicionalmente à “ecologia do saber” o conceito de “tradução cultural” é de extrema importância para gerar inteligibilidade entre as partes que se relacionam seja no campo prático (e suas gentes) ou do saber. Isto é, abrange os saberes e culturas e as práticas e os agentes que se relacionam através de diferentes movimentos fazendo de práticas não hegemônicas uma ferramenta contra-hegemônica. A tradução cultural enquanto abordagem não prevê a sobreposição de ideias de forma a gerar um novo pensamento hegemônico desde o sul, mas preza pela dialogia entres os múltiplos saberes.

No campo do saber, Boaventura destaca a “hermenêutica diatópica” que busca interpretar duas ou mais culturas a fim de identificar preocupações comuns entre elas e de verificar como as mesmas respondem aos seus desafios. Já no campo prático, a inteligibilidade gerada fornece condição para que diferentes movimentos utilizem práticas não-hegemônicas (gestadas localmente) de forma contra hegemônicas e anti-sistêmicas. Esta prática gera uma correlação entre movimentos semelhantes em diversas partes do mundo estando eles conectados ou não (ou seja, cientes um do outro ou não, compartilhando o mesmo espaço geográfico ou não), gerando o que Boaventura chama de “constelação de movimentos diversificados” (SANTOS, 2010b, p. 50) o que constitui, na perspectiva de Sangster (2008), “história social transnacional” que engloba as particularidades locais e o global.

A modernidade constituiu-se também no desenvolvimento dos direitos modernos, fazendo destes um instrumento de dominação dos dominantes sob os dominados. Se no campo do conhecimento, a modernidade inviabilizou tudo o que não era considerado científico de acordo com as imposições eurocêntricas, no campo do direito o mesmo princípio foi aplicado para determinar a legalidade e a ilegalidade, o direito e o não-direito inviabilizando tudo aquilo que se encontra do outro lado da linha, conforme apontam Santos e Meneses (2013). O Estado moderno é fruto do processo histórico colonial e, portanto, reflete a díade dominante-dominados, entre os metropolitanos e os colonizados, os civilizados e os selvagens, bem como toda a regulação da vida em sociedade que passa a ser fundamentada a partir da existência daqueles num estado de natureza hobbesianos e aqueles inseridos num contrato social lockiano. Locke e Hegel pregaram a construção da noção de universalidade formulada a partir da Europa fazendo com que emergisse uma universalidade radicalmente excludente. Segundo Lander (2011) este universalismo pretendido pela modernidade tanto na ciência, como também no direito, nega tudo que é diferente da ideia liberal eurocêntrica, incluindo leis e não-leis

daqueles colonizados que, para reforçar o poder do colonizador, se tornaram sujeitos sem direitos. A concepção do Estado-nação moderno é um exemplo da universalização do direito internacional que desenhou à força o sistema internacional contemporâneo. Esta linha abissal de poder, como apontam Santos e Meneses (2013), estabeleceu os sujeitos e os territórios passíveis de direitos respaldados num racionalismo científico que se utilizou da subjetividade e da materialidade para um projeto de poder. Equivale a dizer que essas dualidades do direito propiciaram a negação do outro ao retirar de alguns sujeitos sua humanidade para que a humanidade de outros existisse. A escravidão de africanos e índios nas Américas é calcado nesta dualidade do humano e não-humano para alimentar um projeto colonial dentro de um sistema imperialista.

O capitalismo enquanto evolução do projeto de colonização europeia desenvolveu-se sob as mesmas ideias da apropriação pela violência desapropriando camponeses das terras e forçando-os a vender sua força de trabalho. A mercantilização da vida tornou-se um fator chave na engrenagem do sistema produtivo moderno cujas vidas possuem valor de uso, valor de troca e não-valor, que são as vidas descartáveis. É nesse contexto que o direito legitima a violência contra algumas vidas sendo as dos sujeitos imigrantes aquela mais suscetível a menos direitos e, por conseguinte, à violência.

A ideia de deslocamento das pessoas como uma condição intrínseca e natural da natureza humana é invalidada quando se tenta comparar as muitas diásporas e fluxos migratórios do passado com aqueles que vem ocorrendo a partir do projeto modernizador das sociedades capitalistas. Isto porque, segundo Heidemann (2004), o ponto de partida de movimentos migratórios e deslocamentos em massa, principalmente a partir do século XIX, são frutos da imposição do sangrento e moderno sistema produtor de mercadorias que após excluir do homem seus meios de produção, em especial a terra, vem sistematicamente retirando valor da mercadoria trabalho relegando-o à dinâmica do mercado global cada vez mais especializado a partir do avanço dos recursos e das demandas tecnológicas – ao mesmo tempo em que aprisiona tais sujeitos a este sistema produtor de mercadorias. A violência do processo modernizador, portanto, é marcada por uma profunda retirada de capacidades tanto materiais quanto imateriais, haja vista a quase completa mercadorização da vida. Se a constituição do capital é a crise permanente, o projeto civilizatório cultiva a massa de despossuídos e deslocados que não mais se configuram como o exército industrial de reserva, segundo o conceito marxiano, haja vista o processo de desindustrialização e informatização dos processos produtivos, mas como marginalizados e flexibilizados na forma de sujeitos sujeitados. Marx (2013) apresentou primorosamente a formação do capitalismo a partir da quantidade de trabalho humano cristalizado e sua conseqüente formação de valor que o transforma numa mercadoria de duplo caráter seja de uso, para o sujeito trabalhador, seja de troca para o capitalista que retira desta força de trabalho um valor maior do que seu custo propiciando a formação do capital. Ao analisar este capital e seus efeitos enquanto sistema de produção observa-se diferenças da quantidade de trabalho (técnicas, ciência,

ambiente, clima, e demais especificidades de cada processo produtivo) que forma uma divisão social do trabalho aplicável a todo o sistema, isto é, ao mundo em que vivemos.

Desta forma, enquanto a maioria dos seres humanos são sujeitos-sujeitados na forma de mercadoria (trabalho), a parcela mais vulnerável do sistema busca, a partir da migração, uma superação da posição que ocupa no sistema. A dualidade também é parte das vidas migrantes enquanto emigrante e imigrante, numa abordagem metodológica complexa do ponto de vista dos estudos migratórios conforme apontou Sayad (1998) ao destacar a importância dos contextos vividos tanto na sociedade de origem quanto na de destino. Essa resistência ocorre, sobretudo, a partir do cosmopolitismo revolucionário mencionado anteriormente, que através da cultura, promove um movimento de defesa das múltiplas subjetividades do sujeito humano e de seu direito de serem e de estarem.

A CULTURA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Vivemos em uma sociedade capitalista na qual tradições e culturas sofrem com a globalização. Adaptar-se ou compreender nosso lugar enquanto indivíduo nunca foi tão urgente, principalmente em um mundo tão individualizado. Observar nossas brasilidades, ancestralidades e compreender esses respectivos percursos no presente, com seus recortes são escolhas importantes para que lancemos outros olhares para um futuro próximo e, ao mesmo tempo, distante.

Pensar cultura em um país continental é instigante, mas também é espantoso saber que ela é um dos principais nortes (ou suís) na construção de identidades por meio de suas manifestações culturais e saberes. Ao constatar seu poder enquanto instrumento social, precisamos perceber que, ao mesmo tempo que existe esse reconhecimento, devemos reconhecer legitimar que a globalização tem um grande poder e corrobora no esfacelamento da cultura.

Cultura é um conjunto diverso, múltiplo de maneira de produzir sentido, uma infinidade de formas de ser, de viver, de pensar, de sentir, de falar, de produzir e expressar saberes, não existindo, por conta disto, uma só cultura ou culturas mais ricas ou evoluídas que outras tampouco, gente ou povos sem cultura. Recusar portanto o etnocentrismo, está tendência de valorizarmos unicamente nossa maneira de ser e viver, enfim nossa cultura, é reorientar nosso olhar primeiramente em direção a uma vocação mais multicultural, no interior do qual possamos jamais perder de vista que as culturas humanas são diferentes, mais nunca desiguais. São qualidades diversas de uma mesma experiência humana, mas qualquer hierarquia que as qualifique é indevida. (BRANDÃO, 2008, p.17).

A globalização, em conjunto com o capitalismo, criaram um espaço de conflitos e de adaptações dentro destes campos e aparelhos culturais. Desta forma, estes saberes mesmo que impactados pela contemporaneidade essas culturas criam um dinamismo entre si e se estabelecem com a perpetuação dos saberes

(...) inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse

conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas. (SANTOS, 2003, p.50).

Perceber esses lugares de resistência onde os mesmos ocupam papéis formativos culturais é algo em que podemos ampliar grandes possibilidades por meio de seus percursos sociais, colocando-os sobre uma nova perspectiva de desenvolvimento social e humano sobre uma imagética construída a partir destas nascentes culturais. Ainda para o autor,

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido às suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos quem são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para os agrupamentos humanos que as vivem, são resultado de sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência (...). (SANTOS, 2003, p. 8).

Em A Feira dos Mitos Albuquerque Júnior (2013) afirma que essas lógicas culturais em uma sociedade moderna, muitas vezes, estão diretamente ligadas com a estereotipização da cultura como algo rural, artesanal, folclórico e tradicional. O historiador afirma ainda que a fabricação da cultura dita “nordestina” contribuiu para a construção da identidade cultural do Brasil. “Como toda realidade cultural e social, o convívio de múltiplas ideias, formas de vida e comportamento, a tensão entre distintos projetos também se faz presente neste universo das atividades culturais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 188).

IMAGEM 6: Personagens do brinquedo “Cavalo Marinho” (Zona da Mata/PE e PB) e “Maracatu” (Olinda/PE)



Fotos: Hugo Leonardo Muniz Dantas (2019 - 2021)

Neste sentido, entende-se que os processos culturais sofrem diretamente com a contemporaneidade em uma disputa que liga suas respectivas continuidades com sua preservação histórica e cultural, como também a disputa de interesses do capital. Observamos portanto os brinquedos e

movimentos como o Cavalo Marinho (Zona da Mata/PE e PB) e Maracatu (Olinda/PE) como manifestações que carregam em si essas resistências e lutas diárias para a manutenção destes saberes, que muitas vezes são esquecidas e apagada por parte grande da população. De acordo com Ferreira (2006),

o atual processo de globalização, propagado pelas mídias, encabeça mecanismos de alienação que estão presentes no caráter sedutor das mercadorias e das práticas de consumo em geral, pois preconizam a padronização e a uniformização de hábitos, valores e ideologias, interferindo fortemente nos processos identitários das pequenas comunidades. (FERREIRA, p. 66)

Compreender que esses processos culturais são bens imateriais e materiais e que são as riquezas de uma nação é uma conquista de qualquer movimento ou vertente cultural, sejam elas nas danças, nas artes plásticas, nos brinquedos e enredos multiculturais, no teatro ou na música e nas diversas formas de entender a arte como cultura identitária e formadora social. Para Freitas (2011, p.50), essa identidade se estabelece a partir de uma construção social no próprio grupo onde se é criada uma conexão de alteridade e que “necessita do outro para poder se definir, ou como se identifica um perfil identitário”. Como nos lembra a autora, os jovens são detentores do poder de continuidade destes saberes. Rubim (2007, p.123) ressalta que a cultura é um bem essencial e sua natureza é um “é cultivo espiritual e riqueza simbólica de povos e pessoas”. Contudo, Albuquerque Júnior (2013) questiona o papel das cidades como agentes fundamentais nessas propagações culturais, propondo um rompimento no dualismo entre cultura popular e cultura erudita, tornando-as em uma só cultura.

O Brasil é um país plural e conhecido por sua diversidade de saberes e tradições, somos uma nação que samba, faz gingar e que levanta a poeira do terreiro com forróbodó. Do fole ao xaxado somos ligados em lugares que transcendem nosso jeito de ser e viver. Ressaltamos, portanto, que apesar da globalização contribuir com a descaracterização e desmonte dos movimentos e manifestações culturais, nossas riquezas culturais e imateriais precisam de um cuidado maior tanto em sua manutenção, quanto na valorização de suas completudes e dos vínculos ali estabelecidos e que sejam vislumbrados dentro ou fora destes lugares considerados promotores e prospectores culturais.

A RESISTÊNCIA POR MEIO DA CULTURA

Os saberes tidos como globais levaram à destruição e ao silenciamento de povos e culturas submetidos à sua razão etnocêntrica/eurocêntrica. A América Latina é fruto de um celeiro cultural formado por influências nativas (indígenas), a colonização ibérica-europeia e a vinda do elemento africano. Como forma de resistência, a cultura desses povos misturou-se. É o que Serge Gruzinski definiu como mestiçagem cultural.

Misturar, mesclar, amalgamar, cruzar, interpenetrar, superpor, justapor, interpor, imbricar, colar, fundir, etc., são muitas as palavras que se aplicam à mestiçagem e afogam sob

uma profusão de vocábulos a imprecisão das descrições a indefinição do pensamento. A ideia a que remete a palavra 'mistura' não tem apenas o inconveniente de ser vaga. Em princípio, mistura-se o que não está misturado, [...], ou seja, elementos homogêneos, isentos de qualquer 'contaminação' (GRUZINSKI, 2006, p. 42)

A América Latina e o Brasil, aí incluído, (e Brasil) são exemplos desse celeiro de misturas: elementos díspares, que, aparentemente, não dialogam entre si, vivem em contínua harmonia e interação, propiciando ressignificação entre si.

Para Gruzinski (2006), quando temos justaposição de elementos, sem se misturarem, sem haver interação, a mestiçagem não acontece. Para que ocorra mestiçagem, é necessário que ocorra a mescla, a mistura de elementos. Entretanto, nesta mistura, não há perdas, uma parte não se sobrepõe a outra. Elas estão em permanente diálogo, em constante tensão, produzindo uma tradução complexa.

Existe mestiçagem sempre que duas ou mais referências, ações ou identificações sociais ou culturais autônomas se misturam ou interpenetram a tal ponto e de tal modo que as novas referências daí emergentes patenteiam a sua herança mista [...] pode, no entanto, ser igualmente mobilizada para projectos emancipatórios. (SANTOS, 2010a, p. 69)

Assim, o termo mestiçagem, diferentemente do que se dissemina popularmente, também refere-se às misturas culturais diversas. Importa considerar que a informação não respeita fronteiras, espaços territoriais definidos. Apesar desse processo depender de deslocamento e movimento étnicos, e do encontro da diversidade, a mestiçagem cultural não se aplica apenas a essa mistura. Podemos citar a América Latina como exemplo desse trânsito, mostrando um movimento de dupla assimilação pela confluência de várias culturas neste espaço.

A América Latina é um turbilhão mestiço. A verdade é o seguinte: a América Latina tem por um lado esse turbilhão barroco mestiço, de outro sofreu três invasões muito problemáticas e que são invasões que até agora atuam no modus vivendi do brasileiro e do latino-americano. Sofreu uma invasão formulada pelas ciências clássicas; sofreu uma invasão do discurso clerical-eclesiástico, reflexo das formas de ensino e conhecimento elaboradas na Idade Média pelo mundo católico; e, desde o começo de 1900, sofreu essa nova invasão tecno-capitalista ou publicitário-capitalista. Essas três invasões combinadas [...] fazem com que, às vezes, fique difícil conseguir ver o que é o Brasil e a América Latina. Às vezes, elas são transformadas, assimiladas. Outras vezes são posições. Somos identidade em trânsito. (PINHEIRO, 2008, s/p)

Na mestiçagem cultural, não há como supormos um conceito para 'identidade'. No pensamento corrente, supor que haja uma 'identidade', é supor também que haja um estagnação, uma rigidez, um padrão fixo no tempo e no espaço.

"Matriz", "autêntico", "raiz", "puro", "genuíno" e "origem" também são termos inadequados e insuficientes para pensar a mestiçagem cultural, pois não aceitam a ideia de mudança e de trânsito das tensões entre culturas diferentes presente em uma zona de confluência. Estes conceitos não possibilitam compreender e lidar com a diferença e a mobilização de tensões. (PINHEIRO, 2009, p. 34)

Neste processo, não podemos identificar uma hierarquia entre as diferenças, pois não há uma relação de poder. Não existe uma cultura que seja mais importante e outra que seja menos importan-

te. Os elementos entram em conexão, ampliando a capacidade de intercomunicação das diferenças.

No processo de mestiçagem cultural, não podemos definir quando começam ou quando terminam os elementos que foram misturados, tudo se transforma em um amálgama único. Esse processo, que é uma característica marcante das culturas latino-americanas, sempre esteve presente ao longo da história da humanidade. A festa do Natal, celebrada pela Cristandade em 25 de dezembro, é fruto de um processo de mestiçagem. Não se sabe precisamente a data de nascimento de Jesus. O que os primeiros cristãos fizeram foi definir a data do Natal na mesma data em que os pagãos romanos celebravam o nascimento do Deus Sol (*Sol Ivicto*), durante o solstício de inverno.

Esse processo de mestiçagem cultural pode ser percebido atualmente na produção das telenovelas brasileiras. Adaptadas do romance folhetinesco, essas narrativas sempre primaram pela associação entre diálogos, belas imagens, histórias próximas à realidade do telespectador. Entretanto, com a facilidade de acesso do público brasileiro às séries estrangeiras, sobretudo estadunidenses, é visível a influência deste gênero nas produções nacionais.

Se antes as telenovelas se pautavam basicamente pelos diálogos, atualmente é possível perceber a inserção de inúmeras cenas de ação ao gosto das séries. 'A força do querer'¹⁶, novela exibida em 2017, continha em sua narrativa, um núcleo ligado ao tráfico nos morros cariocas. Por mais de uma vez, cenas de ação da polícia carioca invadindo o morro fictício da trama foram exibidas, com troca de tiros, cortes de câmera rápidos, planos-sequência, algumas vezes lutas, em uma linguagem muito próxima de seriados estadunidenses de ação.

Os desfiles de escola de samba apresentam diversos elementos culturais que se misturam. No ano de 2020, antes da pandemia, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira apresentou a história de Jesus, transpondo a narrativa de sua vida para um morro carioca. E uma das imagens mais marcantes foi o "Cristo favelado", um jovem com cabelo pintado de loiro, tatuado, com brinco (ou *piercing*) bem ao estereótipo de um morador de comunidade, pregado numa cruz no estilo barroco.

IMAGEM 1: CRISTO FAVELADO



Fonte: *Jornal O Globo*¹⁷

¹⁶ Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/a-forca-do-querer/>. Acesso em 13 dez. 2021.

¹⁷ Disponível em <https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24268905-068-34a/FT1086A/xcristo-menino-mangueira.jpg.pagespeed.ic.cvGs9XkT2w.jpg>. Acesso em 13 dez. 2021.

IMAGEM 2: CRISTO FAVELADO 2



Fonte: Portal Hypesess18

Podemos observar outros exemplos de mestiçagem em desfiles de Escolas de Samba. Agora, utilizando a mesma matriz iconográfica duas interpretações foram possíveis.

IMAGEM 3: APARECIDA DE PORTA-BANDEIRA



Fonte: Portal Twimg19

18 Disponível em <https://www.hypesess.com.br/1/2020/02/oiro-pivete.jpg>. Acesso em 13 dez. 2021

19 Disponível em <https://pbs.twimg.com/media/EklgzGBXYAlcgpZ.jpg>. Acesso em 13. Dez. 2021

IMAGEM 4: APARECIDA DE BAIANA



Fonte: Portal Miro Medium²⁰

Em dois desfiles diferentes, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi misturada à personagem da porta-bandeira e à personagem da baiana.

Desde o início do processo colonial, os colonizados concentraram suas energias na adaptação e na resistência às imposições do Norte (SANTOS, 2010a). Existe uma pretensão de criar uma racionalidade universal que se preste a transformar as experiências hegemônicas/dominantes em experiências hegemônicas/universais. Estes saberes tidos como globais levaram à destruição e ao silenciamento de povos e culturas submetidos à razão eurocêntrica.

Nas obras de Boaventura até aqui analisadas, observa-se a necessidade de se renunciar a uma Epistemologia geral e buscar uma mudança de Paradigma. Essa mudança incide na busca de um paradigma cosmopolita que revalorize conhecimentos e práticas não hegemônicas que ficaram invisibilizados no processo de colonização do pensamento.

A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica conhece. E esta riqueza social está sendo desperdiçada. Como forma de combate desse desperdício, recorre-se aos procedimentos das ciências sociais tal como conhecemos. O pensador português Boaventura de Souza Santos critica este modelo e procura fundar a razão cosmopolita sustentado em

²⁰ Disponível em https://miro.medium.com/max/1400/1*oYlBr8A1tK_V6tuwl7jh9A.jpeg. Acesso em 13 dez. 2021.

três procedimentos meta-sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Para Santos (2010a), o trabalho de tradução é capaz de criar uma interação entre experiências possíveis e disponíveis.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, tal como são reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, sem pôr em perigo a sua identidade e autonomia, sem, por outras palavras, reduzi-las a entidades homogêneas. (SANTOS, 2004; 2010a, p. 123)

A tradução não se reduz aos componentes técnicos que obviamente tem, uma vez que estes componentes e o modo como são aplicados ao longo do processo de tradução têm de intelectual e um trabalho político têm de ser objecto de deliberação democrática. A tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. É também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática. (SANTOS, 2010a, p. 129)

Ainda conforme Santos (2010a, p. 124), o “trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e os seus agentes)”.

A tradução entre saberes é um trabalho entre duas ou mais culturas visando identificar as mesmas preocupações entre elas e as respostas fornecidas a elas. Não existe uma cultura completa em si mesma. As culturas devem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo embate que travam entre si.

O trabalho de tradução tanto pode ocorrer entre saberes hegemónicos e saberes não-hegemónicos como pode ocorrer entre diferentes saberes não-hegemónicos. A importância deste último trabalho de tradução reside em que só através da inteligibilidade recíproca e consequente possibilidade de agregação entre saberes não-hegemónicos é possível construir a contra-hegemonia. (SANTOS, 2010a, p. 126)

Já a tradução entre práticas sociais e seus agentes visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de ação. Tomamos como princípio que as práticas sociais envolvem conhecimentos, sendo assim práticas de saber. Essa tradução é a que acontece dentro do mesmo universo cultural.

A importância do trabalho de tradução entre práticas decorre de uma dupla circunstância. Por um lado, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências permitem aumentar enormemente o stock disponível e o stock possível de experiências sociais. Por outro lado, como não há um princípio único de transformação social, não é possível determinar em abstracto articulações e hierarquias, entre as diferentes experiências sociais, as suas concepções de transformação social e as suas opções estratégicas para as levar á prática. Só através da inteligibilidade recíproca das práticas é possível avaliá-las e definir possíveis alianças entre elas. (SANTOS, 2010a, p. 127)

O trabalho de tradução acontece sempre em zonas de contato: locais onde culturas distintas se encontram, chocam entre si e se misturam umas às outras, interagem-se.

As duas zonas de contacto constitutivas da modernidade ocidental são a zona epistemológica, onde se confrontaram a ciência moderna e os saberes leigos, tradicionais, dos camponeses, e a zona colonial, onde se defrontaram o colonizador e o colonizado. (SANTOS, 2010a, p. 130)

Cada prática cultural deve decidir os aspectos que devem ser selecionados pelo confronto multicultural. Em cada cultura, há aspectos centrais que não devem ser postos em risco nos embates na zona de contato; bem como outros aspectos que são inerentes a determinadas culturas que talvez sejam intraduzíveis. Traduzimos saberes e práticas que convergem sensações de carência, de inconformismo e da motivação para as superar de forma específica (SANTOS, 2010a).

Uma doceira que cresceu na zona rural consegue produzir doce de leite apenas com os saberes que foram transmitidos por sua mãe; e que sua mãe recebeu de sua avó e, assim, sucessivamente. Apenas com a experiência, ela consegue fazer a proporção leite *versus* açúcar; sabe o tempo de cozimento para que o doce fique pastoso e em ponto de corte. É que o tradicional é chamado de “ciência” que, em seu sentido conotativo significa saber, instrução.

Para que esse saber se perpetue, uma vez que a dinâmica social impõe outro ritmo para a vida juvenil, a Gastronomia passou a descrever o processo de produção do doce de leite. Ocorre aí um processo de tradução de um saber popular empírico para um saber científico: é necessário quantificar a quantidade de leite e açúcar, o tempo e a temperatura de cozimento para que se atinja o ponto correto. Indo mais além, muitas vezes é necessário definir o percentual de gordura do leite e, para tanto, é necessário uma alimentação específica para que o leite de determinado rebanho possua o mesmo percentual de gordura para que não interfira na qualidade de produção.

Aquele doce de leite que anteriormente era feito apenas baseado no conhecimento empírico da doceira, para que o processo se perpetuasse, necessitou ser traduzido cientificamente, adequando-se a uma lógica de produção industrial. Procedimento análogo também é utilizado em diversos restaurantes. Como o *chef* não consegue cozinhar para todos os clientes, criou-se uma Ficha Técnica, onde a quantidade dos insumos e a forma de preparo do alimento são descritas para que norteie os cozinheiros; no restaurante todos os clientes devem ter a mesma sensação gastronômica.

Podemos observar o processo de tradução no principal produto da televisão brasileira: a telenovela. Sua origem remete aos folhetins do século XIX que agradavam à classe burguesa. Com o surgimento do rádio, a narrativa seriada foi traduzida para este veículo. E, com o advento da televisão, nova tradução: para o audiovisual. Hoje, é o principal produto da televisão brasileira.

E, por fim, com a pandemia do COVID-19, os templos religiosos de todas as denominações foram fechados. O culto religioso é a reunião de pessoas: aglomeração. Para que os fiéis não perdessem o vínculo com a fé, diversas igrejas passaram a veicular as práticas religiosas por meio das mídias sociais: *Facebook, YouTube, Instagram*. Isso exigiu que as práticas fossem traduzidas para o veículo eletrônico. Não se trata apenas de uma questão de ordem técnica.

No caso do catolicismo, a linguagem do padre precisou ser adaptada para o veículo audiovisual.

No início da pandemia, as celebrações aconteciam com o padre, os auxiliares e o responsável pela transmissão, sem público. Gestos muito exagerados, conversas entre os ajudantes precisaram ser contidos. O *zoom* do equipamento maximizava tudo; na celebração com o público tais atitudes poderiam não ser percebidas pelos presentes.

IMAGEM 5: MISSAS TRANSMITIDAS



Fonte: os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade nas suas múltiplas dimensões e como produto final organizador da sociedade contemporânea desenvolve-se a partir da violência e da apropriação de subjetividades e materialidades, a fim de instituir uma dicotomia entre dominante e dominado estabelecendo o que Santos e Meneses (2013) caracterizaram de linha abissal. A existência, manutenção e reprodução desta linha, ou da modernidade, ocorre através de um processo de retroalimentação na qual para que exista o dominante é necessário existir o dominado, manter a dominação e reproduzir essa dominação no tempo e no espaço. A modernidade, de acordo com Santos (2013), impõe-se através de duas grandes searas: o campo do conhecimento e o do direito. A relação simbiótica entre essas áreas foi uma receita certa para que o projeto colonizador desde a Europa se metamorfoseasse o suficiente, até se transformar no capitalismo financeiro globalizado do presente.

Nesta jornada de apropriações e violências, o dominado, ou seja, o colonizado foi extirpado de seus direitos, principalmente do seu direito de existir enquanto humano dotado de vontades e conhe-

cimentos. A invalidação de todos os aspectos da vida das sociedades colonizadas permitiu e permite ainda a dominação por parte das entidades colonizadoras que se renova através de um processo de retroalimentação da violência e da apropriação. Romper esta lógica é urgente através de uma epistemologia desde o Sul que incorpore a diversidade dos saberes e os direitos dos oprimidos por meio do que Santos (2013) definiu por tradução cultural. Movimentos organizados ou não, corpos, conhecimentos e culturas subjugadas, mas conscientes dessa dominação, colocam-se como a via para um processo revolucionário de (re)afirmação de que a humanidade do sujeito importa.

A resistência dos povos colonizados face à pseudo-hegemonia imposta pelo Norte, no campo da cultura foi concretizada por meio de dois mecanismos: a mestiçagem cultural e a tradução intercultural. Pela tradução é possível que uma cultura complemente a outra num processo constante de diálogo e tensão, visando à manutenção de saberes e práticas sociais. Compreender que esses processos culturais são bens imateriais e materiais representados, outrossim, pela pluralidade de sujeitos, identidades, subjetividades e materialidades é fundamental para identificar a conexão de alteridades frente à homogeneização engendrada pela globalização neoliberal. Este empoderamento da diversidade é fundacional de uma epistemologia do sul constantemente incompleta levada a cabo pelos sujeitos historicamente subalternizados em busca de um conhecimento decolonial e revolucionário.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. *In: SILVA, René Marc da Costa (Org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro***. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- DANTAS, Hugo Leonardo Muniz. **Personagens do brinquedo**. 2019-2021. 1 fotografia.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- DUSSEL, Enrique. **1492: el encubrimiento del otro : hacia el origen del mito de la modernidade**. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- FERREIRA, Maria Nazareth e Colab. **Globalização e Identidade Cultural na América Latina**. Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (CEBELA): São Paulo, 1995.

FERREIRA, Maria Nazareth *et al.*. **Alternativas metodológicas para produção científica**. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2006.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: IBPEX, 2011.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. *In*: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

LANDER, Edgardo (Org.) **Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. Tomo I. Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político- epistemológicos à cosmovisão moderna. Porto Alegre, **Civitas**, v. 14, n. 1, jan./abr., 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica, pensamento Independente e liberdade decolonial. Paraná, **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.

MIGNOLO, Walter D. *Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom*. **Theory, Culture and Society**, [s. l.], v. 26, ed. 7-8, 2009. Disponível em: https://monoskop.org/images/c/cf/Mignolo_Walter_2009_Epistemic_Disobedience_Independent_Thought_and_De-Colonial_Freedom.pdf. Acesso em: 05 dez. 2021.

MURRAY, Kevin. **Rhizome city 2040**, 2012. Disponível em: <http://kjemurray.com/rhizome-city/2015/10/16/f0dhhzj22gyz9px4s32h3xyuonfx3w>. Acesso em: 22 dez. 2021.

PINHEIRO, Amálio (Org.). **O meio é a mestiçagem**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

PINHEIRO, Amálio. Mestiçagem latino-americana. **O Povo**, Ceará, 10 maio de 2008. Disponível em: <http://barroco-mestico.blogspot.com.br/2008/05/entrevista-do-amlio-para-o-jornal-o.html>. Acesso em: 23 jan. 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2007.

SANGSTER, Joan. *Historia Social*. **História Social**, n.60, 2008. p. 213-224. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159232/mod_resource/content/1/Sangster%20sobre%20Historia%20Social%2C%20Genero%20e%20Transnacionalidade.pdf. Acesso em 17 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: IIDS, 2010b. p. 25-51.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, v. 79, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, n. 1, jan./jun. 2009.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: IFCH, 2004.

CAPÍ TULO 04

A Epistemologia do Pensamento Complexo e os novos padrões civilizatórios

Adriana Kempe²¹

Martha Raquel Rodrigues²²

Mayara Kise Telles Fujitani²³

Sérgio Godoy²⁴

Do encontro de ideias, discussões, experiências e pesquisas pessoais surge este trabalho, que se debruça sobre a complexidade, a transdisciplinaridade, a importância da valorização dos conhecimentos múltiplos e os possíveis novos padrões civilizatórios através de uma visão desde o Sul. O ponto inicial do debate se apresentou durante a disciplina “Epistemologia - Teoria e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais”, ministrada pelas professoras Lucilene Cury e Amália Ines Geraiges de Lemos, do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), da Universidade de São Paulo (USP).

O presente artigo realiza um levantamento bibliográfico sobre a busca de caminhos para a construção epistemológica de um futuro para a humanidade, construído a partir da decolonização da América Latina, da valorização de nossos povos e culturas. Articulado, assim, a partir de uma epistemologia do Sul. Para tal, as reflexões partiram da leitura atenta do livro “Para um Pensamento do Sul: Diálogo com Edgar Morin”, transformado em um seminário apresentado durante a disciplina supracitada e propondo também um diálogo com autores e ideias presentes nas pesquisas das autoras e autor, culminando neste ensaio. Propõe-se uma conversa inicial para problemas urgentes da humanidade, e que precisam ser discutidos a fundo, de forma epistemológica e complexa.

GLOBALIZAÇÃO

A globalização, além de resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista, representa a hegemonia de um processo civilizatório, mas a pergunta fundamental é: de qual civilização?

21 Especialista em Direito Administrativo. Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná e à Red Iberoamericana Juvenil de Derecho Administrativo. E-mail: adrianakempe@gmail.com

22 Mestranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina -PROLAM/USP. E-mail: martharaquel.jornalismo@gmail.com

23 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. E-mail: mayara.kise@gmail.com

24 Professor de Relações Internacionais, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. E-mail: sgodoy@usp.br

Há um modelo de sociedade intrínseco ao nosso contemporâneo. Junto à globalização existe um padrão de Estado-nacional, de democracia, de direito e também de cultura. À sua imagem e semelhança as sociedades europeias difundiram padrões de socialização a partir de suas expansões para dentro e para fora da Europa. A colonização do mundo e o mercantilismo, que permitiram o acúmulo primitivo de capital (WALLERSTEIN, 1991), fundamentaram-se em valores que estabeleceram hierarquias entre as sociedades que se integraram entre os séculos XV e XVIII.

Como Quijano (2015) bem define, a colonização foi apoiada em padrões racistas que permitiram e legitimaram a escravidão, a ocupação e o genocídio de sociedades. Sob um padrão eurocêntrico de racionalidade subjugar-se centenas de civilizações, alegando-se a necessidade de evoluir o primitivo. O patriarcado também foi produto de exportação da colonização europeia: as relações de poder e a fundamentação jurídica para o estabelecimento dos Estados-nacionais, após as independências, foram sempre estruturadas a partir das formas de dominação patriarcais desenvolvidas pelas nações da Europa.

Mesmo após a colonização, Quijano (2015) afirma que a colonialidade do poder se manteve, e os padrões políticos, econômicos e culturais permaneceram. As elites pós-coloniais podem ter expulsado os colonizadores, mas seus paradigmas permaneceram, e reproduziram a hegemonia do mundo que estava se estruturando. A polarização entre oriente e ocidente, entre primitivo-civilizado, entre mítico e científico, entre irracional e racional, entre tradicional e moderno, seguiram orientando as novas e velhas civilizações, mesmo após o fim da colonização.

Esta polarização também foi o discurso unificador do ocidente durante a Guerra Fria. O mundo capitalista polarizado contra o fantasma do comunismo também se organizava em torno de um padrão civilizatório. Com a queda da União Soviética, esse padrão é o que se traveste de democracia global, vitoriosa e triunfante. Mas, no início do século XXI, as ilusões já tinham sido desfeitas e estava evidente que um outro mundo era necessário, e hoje, *“o que é se deshegemônico do Norte produz agora a cegueira a respeito da globalização e da crise da humanidade.”* (MORIN, 2011, p. 15). Esta globalização que vivemos é um projeto do Norte, e sob a lógica do Sul precisa ser desvendada e desconstruída. Somente assim pode-se iniciar um diálogo.

NORTE E SUL NÃO-GEOGRÁFICOS

A noção de Sul é, na realidade, relativa (MORIN, 2011). Parte historicamente dos processos colonizadores que estabeleceram o “Norte”, ou seja, as civilizações mediterrâneas, em sua hegemonia. A noção de “Norte”, oposto ao “Sul” surge a partir do desuso do termo “Terceiro Mundo”. Porém, é necessário entender os conceitos de Norte e Sul para além da perspectiva geográfica. O Norte repre-

senta no pensamento de Morin o hegemônico, o padrão dominador. Já o Sul a resistência dos dominados, o contra-hegemônico, as alternativas aos padrões impostos. Nesse sentido, deve-se observar criticamente o que caracteriza o Norte, ou seja, a racionalização, a técnica, a economia, a rentabilidade, a eficiência, para propor um pensamento do Sul a fim de deslocá-lo de sua imposta condição de “atraso” (em relação ao conceito de modernização e evolução impulsionado pelo Norte) para “trazer à consciência as qualidades e virtudes do Sul” (MORIN, 2011).

Criado pela visão do Norte e existente em contraponto ao que é declarado como primeiro mundo, o Pensamento do Sul ocupa, hoje, um lugar inglório, o não-Norte. Denominado de periferia, trata-se de um lugar simbólico dos povos colonizados, vistos como dependentes e subdesenvolvidos, considerados atrasados e de segunda categoria, os que foram chamados de pertencentes “Terceiro Mundo”.

O capitalismo, o neoliberalismo e o imperialismo impostos pelos países do Norte geram impactos nos demais países e têm como resultado o aumento da lacuna entre aqueles que mandam e os que são mandados. A hegemonia econômica e política ordena o referencial social e cultural, de forma a ignorar a diversidade dos povos e das nações do planeta.

O Pensamento do Sul somente é possível através da coragem de desafiar as ditas certezas e abrir mão das imposições vindas do Norte. É se jogar num mar que se pensa ser desconhecido, mas que faz parte da realidade de tantos povos. É necessário se abrir para a imensidão de referenciais culturais, saberes tradicionais e necessidades particulares existentes somente no Sul. É preciso compreender a importância do que vem sendo construído no dia a dia e sobre quais as suas reais demandas, necessidades e quereres.

A miséria, a violência, o machismo, o racismo, além da destruição dos recursos naturais, do meio ambiente e do Planeta Terra não podem mais ser tratados como modelo, já que este beneficia somente o Norte, que o disseminou. Num caminho civilizatório de fraternidade, é necessário que o pensamento do Sul seja construído pelo próprio Sul, numa perspectiva que permita o encontro e o debate entre os diversos “Suis”.

O conceito de Terra-Pátria, cunhado por Morin, engloba o respeito e a preocupação com todos os seres, humanos ou não-humanos, com o meio ambiente e com a vida na Terra. Ou seja, é preciso uma nova civilização que esteja a serviço do bem-estar dos indivíduos, da sociedade e do mundo, e que não esteja apenas ligada aos valores materiais, ao consumo desenfreado e à degradação do planeta. É necessário restaurar o singular e não dissolvê-lo no abstrato, integrá-lo no universal que liga a unidade à diversidade. É a mundialização da solidariedade e da compreensão.

Sendo assim, Morin (2011) descreve todo o processo de crise proveniente da modernidade e da racionalização do Norte, não no sentido de rejeitar tudo aquilo que vem do Norte “em bloco”, mas

no sentido de partir da crise para observar a possibilidade de mudança e reconstituição de um novo futuro, pautado na metamorfose, na esperança e na solidariedade. Essa possibilidade se faz possível pela problematização do mundo, do humanismo dominador, do real e da verdade absoluta, da nossa relação com a natureza e também da razão, que Morin descreve como “o próprio instrumento da problematização”. É importante ressaltar que a crítica ao Norte, partindo de Morin (2011) se dá pelo fato de que essa hegemonia constitui-se no planeta como um dinamismo científico-técnico-econômico que vem produzindo a degradação do planeta e da humanidade.

Em uma referência direta à Sigmund Freud (1930), Morin observa, a partir da crise do mal-estar da civilização, uma fratura irreversível entre a epistemologia do Norte e o modo de vida atual. Os problemas atuais da humanidade têm origem na hegemonia eurocêntrica sobre todas as civilizações e, as respostas produzidas pelo Norte, na verdade representam tentativas de reduzir problemas complexos a análises cartesianas e lineares, fragmentadas por falsas especializações. Para Morin (2011), essa especialização é cega e ignora a complexidade dos fenômenos e de seus contextos. Ignora a existência do inesperado e determina a fragmentação e a substituição dos seres humanos e da natureza como se fossem máquinas. Na contramão, propõe-se a complexidade, como uma forma de estabelecer vínculo entre unidade e diversidade.

Outro conceito importante para entender os impactos do mal-estar da civilização se dá na noção de *homo economicus*, que rege a civilização pelos interesses pessoais, desenvolvimentos egoístas e egocêntricos. Ou seja, a exaltação do individualismo e a degradação da solidariedade e da responsabilidade. Além desses, há outros pontos na construção teórica de Edgar Morin em que se elaboram críticas a determinados aspectos do chamado pensamento do Norte. Acerca das administrações públicas, por exemplo, o autor argumenta que a burocracia “gangrena a atividade gestonária” (MORIN, 2011, p. 17). A crítica fundamenta-se, sobretudo, na aversão à excessiva racionalidade característica do pensamento do Norte, que, consoante defende Morin, retira da vida a poesia, limitando-a à prosa (idem).

Todavia, é preciso consignar que, a despeito da relevância do argumento, é necessário especial cautela na aplicação dessa crítica ao contexto brasileiro. Isso porque o modelo de Administração Pública brasileiro, preconizado pela Constituição Federal de 1988, é precisamente um modelo burocrático criticado por Morin. Trata-se de um modo de administração pautado na impessoalidade, o que exige, por consequência, a existência de processos pré-definidos e regulamentados.

Ocorre que a burocracia, nesse caso, considera a construção histórica da Administração Pública brasileira, que preserva em suas raízes os traços característicos – especialmente, o patrimonialismo – de um espaço colonizado. Tem-se, então, que a burocracia constitui, no cenário administrativo brasileiro, não um instrumento de gangrena da atividade gestonária, mas sim um importante mecanismo

de controle e de garantia do bem comum.

A formação do Estado brasileiro, bem como das bases para o direito administrativo, são frutos da expansão dos padrões civilizatórios modernos socialmente construídos a partir da colonização. Como demonstra Sérgio Buarque de Holanda (1968), o processo colonial fundou o Estado-nacional que viria a se estabelecer durante as independências e a ruptura do colonialismo. Portanto, não foi suficiente uma independência política e jurídica para o estabelecimento de novos padrões civilizatórios, de certa forma reproduziu-se os padrões europeus por acreditar-se que era o caminho à modernidade. Daí a necessidade de estabelecer-se um processo de decolonização.

DE(S)COLONIZAÇÃO

Há uma diferença crucial entre os termos descolonização e decolonização. De certa forma, Morin (2011) parte da relativização dos conceitos Norte e Sul para entender as formas de problematizar o que a sociedade mantém como resquícios da colonização para entendermos os caminhos da construção do futuro. A colonização é o instrumento que tem como pano de fundo o progresso. A ideia de que existe uma sociedade mais avançada, e que esta deve dominar outros povos em prol do progresso. O que Morin (2011) denomina mundialização é o mote para a colonização. Frente à crise do futuro, devemos nos voltar ao passado.

Para que a problematização consiga atingir o cerne dessas estruturas, devemos diferenciar a descolonização, que seria o processo de “independência política das repúblicas latino-americanas” (TORRICO, 2020) que está relacionada com o processo histórico de colonização, da decolonização, que está relacionada com a libertação da colonialidade (TORRICO, 2020). Em suma, a colonização está relacionada com o avanço das potências europeias sobre as colônias e a destruição de suas sociedades e com o colonialismo, que é o controle e a dominação política e econômica de uma população sobre outra (QUIJANO, 2010). Já a colonialidade parte desse processo colonizatório, mas vai além e embrenha-se nas intersubjetividades, ou seja, determina o padrão das relações de poder das sociedades modernas (QUIJANO, 2010).

Neste sentido, decolonialidade representaria em primeiro lugar a identificação dos padrões organizadores das sociedades que foram introduzidos durante a expansão europeia e estabelecidos externamente às novas sociedades que se construíram nas terras coloniais. Não é possível mais retroceder e voltar às sociedades pré-coloniais, mas é preciso reconhecê-las. Quijano (2015) demonstra, com o conceito de colonialidade do poder, que as elites nacionais formadas com a independência dos países latino-americanos reproduziram as relações coloniais internamente, como um padrão organizador das novas nações.

O racismo, que foi fundamental para legitimar a escravidão e a hierarquia social entre povos brancos e europeus, povos negros africanos e povos ameríngios, foi usado no período pós-colonial para manter estas estruturas de dominação. Portanto, reconhecer o conhecimento, a cultura e o papel das sociedades pré-coloniais, representa o início de uma reparação histórica e também a real descolonização, uma descolonização epistemológica.

Mas, como dito, não é possível voltar ao período pré-colonial e não há como idealizar sociedades puras, especialmente após a globalização. Então, valorizar os saberes populares, socialmente construídos após as independências, mas renegados pelas elites nacionais, é um segundo passo para afirmar novos padrões culturais e epistemológicos (MARTÍN-BARBEIRO, 2020).

TRANSDISCIPLINARIDADE E A NECESSIDADE DE UMA COMUNICAÇÃO EM REDE

Surgida no século XXI, em razão do desafio da globalidade e do avanço do conhecimento e suas áreas, a transdisciplinaridade se apresenta como um pensamento organizador que transcende a colaboração das disciplinas entre si, de modo a destruir as fronteiras entre elas e gerar uma intercomunicação, sendo, assim, diferente da interdisciplinaridade, que se apresenta como um processo de ligação entre duas ou mais disciplinas a partir do comum. Uma nova visão de realidade e natureza é experienciada através da transdisciplinaridade, que tem como complemento a aproximação disciplinar de novas ideias e reflexões.

A compreensão do conhecimento de forma plural está no cerne da transdisciplinaridade, uma vez que se trata de uma corrente de pensamento que busca dar resposta ao método usual e tradicional. Com o rompimento das fronteiras das disciplinas, esta corrente desafia educadores e educandos ao trazer à tona a complexidade.

Pode-se dizer que a transdisciplinaridade representa a reintegração das diferentes áreas de conhecimento que foram fragmentadas pela epistemologia do Norte. Não estabelece hierarquia entre os saberes, não propõe verdades absolutas e não dissocia as diferentes visões sobre fenômenos ou problemas sociais. Deve ser incorporada como método de trabalho na educação pública, na pesquisa científica e em todos os processos de produção de conhecimento. A complexidade se faz presente no cruzamento entre globalização dos conhecimentos e preservação das particularidades, como afirmam Morin; Nicolescu & Freitas,

O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta por um novo olhar, sobre a relatividade das noções de definição e objetividade. O formalismo excessivo, a rigidez das definições e o absolutismo da objetividade comportando a exclusão do sujeito levam ao empobrecimento. (1994, p.: 2 e 3)

Uma das características da globalização é a comunicação em redes. Quando não intermediada e controlada por algoritmos, as redes possibilitam interações horizontais, sem hierarquias nos processos comunicativos. E, por isso, podem também funcionar como sistemas integradores de diferentes conhecimentos vindos de diferentes regiões do planeta. Com a difusão dos aparelhos eletrônicos de comunicação, é possível dar visibilidade para experiências locais de desenvolvimento, educação e cultura. Esta visibilidade, colocada em rede, permite trocas e construções conjuntas entre diferentes localidades.

Diferentes e pequenos anti-hegemônicos podem dialogar em rede, afirmar seus saberes e articulações locais, reintegrando-se em um todo por meio das redes. Não são somente comunicações com fins específicos, mas também encontros e diálogos que afirmam que outras visões de mundo são possíveis. Representam processos de reintegração, que no cotidiano vão produzindo novas possibilidades epistemológicas. São redes do Sul que têm potencial para integrar, articular e construir a partir de diferentes práticas, uma epistemologia do Sul.

Assim, a comunicação em rede pode e deve ser utilizada como ferramenta de contra narrativa da hegemonia centralizadora do Norte sobre o Sul. Neste sentido, a criação da Universidade Internacional de Comunicações (LAUICOM)²⁵ é um exemplo de iniciativa do Sul pelo Sul, uma vez que prevê o diálogo entre instituições, personalidades do mundo acadêmico, movimentos sociais e cidadãos. A instituição pretende ter formação técnica, pesquisa e também criar uma rede de comunicação popular na América Latina que faça frente ao neoliberalismo e ao imperialismo.

Numa experiência ainda embrionária, a Universidade se propõe a desenvolver novas alternativas de ensino, com novos métodos de formação e investigação, de forma que os saberes teóricos e da vida vivida sejam levados em consideração. Na experimentação e descoberta dessa nova tecnologia que permeia o Pensamento do Sul, é possível notar que os conhecimentos da vida vivida, que são tão importantes para o Sul, são sempre ocultados pela visão redutora de formação do Norte. A relação professor-aluno precisa, então, desafiar os moldes usuais e transformar -se numa relação de troca mútua, numa co-construção.

A Venezuela, país que está no centro da ofensiva imperialista, vem investindo na formação de comunicadores populares. O país tem feito alianças para a formação de uma rede de comunicação popular em todo o continente. No centro desta investida, está a LAUICOM lançada em 2019, em Caracas, com o apoio de países como Argentina, México e Cuba. A ideia do projeto é que a primeira sede seja em Caracas e com o tempo, ter campi nos demais países. A criação da instituição ocorreu em 05 de dezembro de 2019, um dia após o encerramento do Congresso Internacional de Comunicação, que aconteceu em Caracas entre os dias 02 e 04 de dezembro de 2019.

25 Universidade criada em dezembro de 2019 pelo governo da Venezuela como encaminhamento de resolução aprovada no I Congreso Internacional de las Comunicaciones. A proposta é colocar em rede diferentes instituições acadêmicas da América Latina que pesquisam sobre comunicação popular.

Com o lema “Agora Falam os Povos”, que dialoga diretamente com a proposta da universidade, o evento analisou a atual conjuntura latino-americana de manifestações sociais contra o neoliberalismo. Aprovada em assembleia do Congresso por 151 delegados de 38 países, a instituição tem como meta a formação de comunicadores sociais, alternativos e progressistas, que lutem pelas vozes dos povos da América e do mundo contra os ataques do capitalismo e do neoliberalismo.

A LAUICOM destina-se à formação técnica e política e à pesquisa de alternativas e mecanismos de enfrentamento aos processos de desinformação e colonização cultural por parte das grandes corporações midiáticas. O currículo universitário está voltado para a luta dos povos e, através de minicursos, busca-se modernizar o estudo da comunicação.

A universidade vem para questionar e reformular a forma de se construir a comunicação, uma vez que a troca entre aluno e professor está presente na metodologia da universidade. Essa é a primeira vez que os países da América Latina unem esforços para uma coordenação internacional para travar a guerra midiática em curso no mundo. Trata-se de uma tentativa de compreender como a comunicação popular pode ser uma ferramenta de enfrentamento ao imperialismo.

Além da experiência da LAUICOM, o Sul tem produzido e proposto diferentes organizações em rede com grande potencial transformador. Frutos da resistência e da luta de seus povos, as nações do Sul nunca deixaram de propor. As articulações em rede podem ser então práticas que promovem o diálogo transdisciplinar e que venham a subsidiar tanto a fragmentação epistemológica das universidades, quanto o seu distanciamento da realidade social. Reintegrar significa acima de tudo religar a produção científica com os fenômenos dos quais ela estuda e se alimenta. A transdisciplinaridade enquanto método não representa somente restabelecer o diálogo entre as áreas de conhecimento, mas também quem estuda e os objetos de estudo, e o processo de comunicação em rede é um dos meios possíveis para tal.

POR UMA OUTRA ECONOMIA

A epistemologia é uma abstração humana que permite conectar as ideias com o modo concreto de vida. Trata-se de compreender como produzimos nossas estruturas intelectuais e como estas refletem nas relações sociais. Não significa estabelecer hierarquia entre ideias e práticas, está muito mais relacionada com a práxis, ou seja, a percepção de que nos seres humanos o pensar e o agir são fruto do mesmo processo. Morin (2016) nos propõe pensar o ser humano integralmente, a partir de funcionalidades biológicas, cognitivas, sociais e ambientais.

Neste sentido, as relações econômicas precisam ser pensadas de forma transdisciplinar, complexa e integral. Como as demais ciências, algumas correntes de pensamento da economia têm-se afir-

mado sob o pressuposto da racionalidade universal e da neutralidade ideológica. Mas os resultados da implementação da economia política neoliberal estão diretamente ligados com a crise civilizatória que é objeto de discussão neste ensaio.

Partindo do pressuposto de que Morin (2011) considera que o que não se transforma tende a se degradar, a transformação do Sul se dá através do confronto permanente entre as incertezas e as certezas da modernidade. Existente por outra lógica, o Sul é a oposição à modernidade do Norte, já que o foco do Sul Global se dá na necessidade e não no ganho pela produtividade. Trata-se mais da valorização do que o povo já sabe, dos arranjos populares, do tradicional, do que sobre as lógicas de lucro e de consumo.

A Economia Solidária se constitui enquanto proposta alternativa ao modo de produção capitalista, caracterizada pela construção de relações igualitárias entre os trabalhadores – organizados de forma autogestionária – e pela posse coletiva dos meios de produção. Para Singer (1998), a Economia Solidária coexiste com o capitalismo, e, através de sua expansão, o modo de produção tende a, lentamente, se transformar no socialismo. Isso porque a livre adesão por parte dos trabalhadores ao cooperativismo na Economia Solidária poderia fazer com que os trabalhadores a escolhessem, resultando em um processo lento de revolução social (que Singer distingue da revolução política). Na Economia Solidária, as cooperativas aparecem como forma de organização dos trabalhadores, que de maneira democrática gerem o empreendimento.

No Brasil, frente ao grande desemprego que teve seu pico no final da década de 1990, início dos anos 2000 – período de crise econômica no país –, diversas formas alternativas de organização desses trabalhadores desempregados surgiram. Naquele momento, ganhou expressão a ideia da Economia Solidária e expandiu-se o número de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Da mesma forma como Morin (2011) fala sobre as capacidades de criação e geração que adormecem nas sociedades e são despertadas nas épocas de crise, a Economia Solidária também se fortalece nesses momentos de crise, de certa forma comprovando a importância dos princípios de solidariedade e responsabilidade que se fazem cruciais para que “os despossuídos”, utilizando o próprio termo do autor, apresentem novas formas de ver e fazer a vida.

Proposta como um horizonte de construção de uma outra sociedade, a Economia Solidária pode trazer um olhar para o desenvolvimento que parte do olhar do Sul (IRVING, 2011). Sua multidimensionalidade e o seu caráter de construção e organização que parte do processo de emancipação de trabalhadores, estabelece um conjunto de iniciativas que elucidam e traduzem o olhar do Sul, relacionando o bem viver com o pensamento de Morin (SIMÕES, 2011).

Por fim, a Economia Solidária se constitui como um modo de produção que centraliza a vida, e

não o lucro; uma cosmopercepção inserida também no conceito de Terra-Pátria, cunhado por Morin (2011), no sentido de entender para além do humanismo dominante; e uma forma de solidariedade humana que se estabelece entre indivíduos e a natureza. Assim, não mais nos entenderíamos como *homo economicus* que produzem e lucram, e sim como seres humanos em relações de sociedade entre si e com o ambiente em que vivemos, entendendo a natureza como condição de sua existência.

É imprescindível relacionar as diversas experiências apresentadas de forma transdisciplinar no sentido de olhar para as novas formulações e os processos de metamorfose dos diversos “Suis”, de forma a, assim como descreve Morin (2011), buscar os caminhos possíveis e construir uma nova sociedade, uma nova civilização.

PAPEL DA EDUCAÇÃO

Em diversas obras Edgar Morin afirma a centralidade da educação tanto para a consolidação da hegemonia do Norte, quanto para a elaboração de epistemologias que permitam sua superação. Na modernidade, é na educação que as bases para a produção e reprodução do conhecimento se estruturam. Assim, é essencial ao nosso diálogo um olhar sobre as experiências latino-americanas decoloniais, que dão as pistas para as possíveis epistemologias do Sul.

Maria Candida Moraes (apud MORIN, 2011) demonstra que a nossa educação continua apoiada em uma visão reducionista, fragmentada e unidimensional da realidade, em uma cultura escolar que dificulta a aprendizagem, que exclui a subjetividade e fragmenta a multidimensionalidade humana, a intersubjetividade presente nos processos de construção do conhecimento, negando a interferência de uma realidade social que precisa ser reconhecida e melhor trabalhada.

“Precisamos construir uma ciência e uma prática educacional fundada na complexidade e na transdisciplinaridade, que levem em conta os diferentes níveis de realidade presentes nas salas de aula, que reconheçam a importância do contexto, do saber local dialogando com o saber global, que reconheçam a importância da intuição feminina e a presença de uma racionalidade sensível, amorosa, atenta e cuidadosa” (MORAES, 2011, p.140).

O conceito de transdisciplinaridade é proposto por Edgar Morin (2011) como uma estratégia epistemológica para a reintegração do que o Norte fragmentou. É necessário, nos projetos políticos pedagógicos que fundamentam o ensino público, recompor a ligação entre os saberes tradicionais e pré-coloniais com o que a humanidade produziu. Esta recomposição fundamentalmente precisa produzir uma visão integral sobre sujeito-sociedade-planeta (MORIN, 2016), e isso evidentemente rompe com as hierarquias entre homens e mulheres, entre raças e etnias, entre sociedades e entre ser humano e natureza.

Inserir a Teoria da Complexidade nos sistemas educacionais e no cotidiano dos processos educativos representa reafirmar uma pedagogia que dê maior atenção àquilo que está nas fronteiras disciplinares, atenção aos saberes dos alunos, que os considere como referências cognitivas importantes, preces de experiência, vida, sabedoria e aprendizagem. Uma pedagogia que utilize a lógica do sensível, da intuição, da imaginação e da espiritualidade como operadores de um pensar complexo e transdisciplinar. As escolas do Sul, em verdade todas as escolas do mundo, precisam fomentar processos de aprendizagem que sejam ecológicos, sociais, justos, fraternos e solidários (MORAES, 2011).

Ana Cecília Espinosa Martinez (*apud* MORIN, 2011) descreve uma experiência importante no México. A universidade CEUArkos, em Puerto Vallarta, província de Jalisco, estruturou uma metodologia transdisciplinar para os cursos de graduação em Administração de Empresas Turísticas, de Contabilidade, Direito e Ciências da Comunicação e Marketing. Trata-se de uma instituição privada com cursos que dialogam com a demanda de mercado, mas têm função de inclusão social, com um público entre 300 e 400 alunos de classe média baixa. Para a implementação de uma pedagogia fundada na complexidade, a instituição reorganizou todo seu projeto político pedagógico, reunindo os professores, realizando uma grande formação transdisciplinar que os provocou a saírem da zona de conforto das suas áreas de conhecimento.

O conceito estabelecido pela CEUArkos foi o da metodologia da investigação-ação-formação transdisciplinar. Orientados por Galvani (2007), Nicolescu (1998) e Morin (2005), a Universidade estabeleceu aos e com os professores orientações pedagógicas baseadas em três níveis: nível teórico epistêmico, que propõe aos alunos métodos de pesquisa e investigação baseados nos três pilares da transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1998) e nos sete princípios da complexidade (MORIN, 2005); nível prático, que são projetos que integram as diversas áreas de conhecimento, materializando a epistemologia em atividades concretas; e, o nível ético e existencial, onde o conceito de antropo-ética de Morin (2005) é utilizado para expor aos alunos a função social do conhecimento e recompõe a relação sujeito-sociedade-planeta. Promovendo uma consciência coletiva capaz de reconhecer que a ecologia se converteu no contexto de grande parte dos problemas atuais: da educação, da política, do processo industrial, da urbanização, da economia, do direito, da saúde e da reflexão filosófica e religiosa (BOFF, 2011).

Evidentemente que experiências pontuais, por mais que honestas, coerentes e exitosas, não resolvem os problemas tratados neste artigo. Os projetos políticos pedagógicos precisam resultar de diretrizes nacionais, que orientem e coordenem todo o ensino nacional. E isto precisa acontecer em toda a América Latina para promover as bases de novas epistemologias do Sul. Mas a importância destas experiências, tanto da CEUArkos quanto da LAUICOM, é mostrar que há alternativas possíveis, e que o caminho decolonial é, para além de um projeto político e econômico, também um projeto pedagógico.

UM MUNDO EM CRISE

Em Morin (2011), as ideias para a construção do Pensamento do Sul são precedidas pela denúncia de um mundo em crise “*ante el fracaso del progreso como resultado inexorable de la modernidad, las consecuencias de una homogenización impuesta, la radicalización de las singularidades, la desvalorización de la condición humana, la ampliación de la miseria, la destrucción ambiental*” (SORIANO, 2011, p. 195).

A crítica possibilita, em primeiro lugar, a indicação de um paradigma civilizatório que conecta umbilicalmente o fenômeno da exploração do Sul ao desenvolvimento do Norte. Em segundo lugar, desvela os fundamentos e as características desse modelo hegemônico: a dominação, a conquista, a exploração e a manipulação da natureza como mera fonte de recursos aproveitáveis, comercializáveis, exploráveis. É a partir dessas constatações que se constrói a tese de Morin, porquanto a compreensão do paradigma do Norte desvela a sua inviabilidade e, simultaneamente, uma imperiosa necessidade de mudança.

Nessa linha, Simões (2011, p. 189) sustenta que “novos modos de pensar o mundo, novas relações entre os seres humanos e novas formas de produção material para a existência humana são potencialidades para um novo padrão civilizatório mais livre, justo e fraterno”. A construção desse pensamento, por sua vez, e segundo a linha teórica de Morin, é complexa, porque considera os aspectos aproveitáveis do pensamento do Norte, comungando-os com a “poesia” do Sul. Neste ponto, esclarecedora a síntese de Sotolongo (2011):

Pensar complejo es tener en cuenta todo lo que debe ser tenido en cuenta; y que un pensar crítico es pensar para no dejar que las cosas sigan igual,...sino para propiciar que las cosas cambien; o sea, un pensar para la acción, para actuar. Entonces un pensar complejo crítico es aquel que sabe tener en cuenta todo lo que debe ser tenido en cuenta para propiciar que las cosas cambien (SOTOLONGO, 2011, p. 201).

Pode-se dizer, portanto, que a mudança que se faz necessária é complexa, multidimensional, una e, ao mesmo tempo, diversa. E, nesses aspectos, conecta-se com ideias que a comunidade internacional debate desde, aproximadamente, a década de 1970. Fala-se do desenvolvimento sustentável, um conceito construído a partir de uma noção semelhante à preconizada por Morin: a de que o pensamento do Norte e o seu modelo de produção de vida são insustentáveis, mas não inteiramente descartáveis.

Em resumo, esse conceito, tal como ocorre com a Economia Solidária, combina o desenvolvimento puramente econômico e a sustentabilidade - e uma sustentabilidade multidimensional, que, repita-se, é um pensamento complexo e que leva em conta tudo que precisa ser levado em conta: o bem-estar humano, a preservação da natureza, a promoção da justiça social e da equidade de gênero e a garantia de uma justa e feliz fruição da vida.

É isto o consolidado, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, que impôs à República brasileira o objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º, II, CRFB). Há, portanto, no Brasil, uma ordem constitucional que vincula o Estado e seus poderes constituídos à realização da justiça social, dos direitos fundamentais e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O Estado brasileiro está, portanto, obrigado a esse novo pensamento. O registro da Constituição Federal impõe ao Poder Público o cumprimento e a atuação direta, através da execução de serviços e políticas públicas, para realizar os direitos fundamentais sociais e, por consequência, a igualdade, a dignidade, a expansão das capacidades humanas e, por fim, a felicidade do povo.

O CAMINHO PASSA POR AQUI

E diante da crise do futuro, da angústia do presente, o que sobra a não ser à volta às raízes, isto é, ao passado? O filósofo tcheco Jan Patočka formulou a visão mais correta acerca desse tema: “O devir é problematizado e ele o será para sempre”. Isso quer dizer que a aventura humana é uma aventura desconhecida. (MORIN, 2011, p. 13)

O livro *Para um Pensamento do Sul: Diálogos com Morin* (2011) reúne 37 artigos, de diferentes autores, que buscam a partir do pensamento do Morin debater uma questão central: “um pensamento do Sul para uma nova política de civilização”.

Parte-se então de uma polarização entre Norte e Sul, e de uma falência do projeto civilizatório proposto pela modernidade europeia. Considera-se como ponto de partida que este projeto civilizatório é, acima de tudo, epistemológico, e que sua superação inicia-se a partir de uma outra epistemologia, que reconheça os saberes, as práticas e as culturas do Sul como ponto de partida.

O Sul e o Norte não são lugares simplesmente, mas representam visões de mundo construídas a partir de padrões culturais e de relações de poder que são fundantes da sociedade globalizada e capitalista que marca nosso contemporâneo. Pode-se destacar alguns elementos dessa epistemologia do Norte:

O individualismo, é a racionalidade que fragmenta o ser humano e a natureza e, portanto, que fragmenta a sociedade, reduzindo o padrão de desenvolvimento à lógica do lucro e à meritocracia. **O patriarcado**, que produz e projeta sobre o mundo um padrão de relações de poder bélicas e fundadas na dominação de uns sobre os outros. **O racismo** que estabelece hierarquias globais entre as nações e etnias, e que legitimou a colonização e a escravidão como fundamentos da acumulação primitiva de capital. E, **o capitalismo** como modo de produção hegemônico.

Podemos mesmo dizer que as conquistas do Norte, tão importantes no plano do individualismo, ao permitirem a autonomia da vida, produziram, ao mesmo tempo, desenvolvimentos egoístas e egocêntricos ligados à degradação das solidariedades tradicionais e do sentimento de responsabilidade em relação ao todo do qual somos partes. (ibidem, 2011, p. 16).

Mas não é o ódio e a dominação que devem prevalecer como resposta, Morin (2011) ressalta que devemos orientar a resposta e a superação à essa epistemologia do Norte. É preciso que o diálogo seja a base inicial de um novo padrão civilizatório. A partir desse diálogo, pode-se sistematizar uma agenda epistemológica para futuro:

- Valorização da diversidade, valor das distinções - a globalização não pode ser revertida, mas transformada. Em vez do padrão civilizatório baseado em um modelo único e homogeneizante, devemos superá-lo a partir do diálogo entre diferentes;
- Unidade na diversidade - a globalização e a ideia de humanidade precisa então consolidar o espaço para as diferenças;
- Concepção complexa de humanidade, transdisciplinaridade - o diálogo entre Sul e Norte só pode ocorrer a partir de uma nova epistemologia, que represente uma visão complexa e integral entre sujeito-sociedade-planeta;
- Ressignificação da racionalidade, relação dialógica com a paixão, razão integradora - a ideia de que as paixões humanas devem ser afastadas e que existe uma razão universal, absoluta e neutra tem sido o elemento central da epistemologia do Norte, é preciso restabelecer o conceito de racionalidade;
- Recomposição de um todo - a compreensão ética e política de que o ser humano é um ser biológico, cognitivo e social, que só existe em sociedade, e se desenvolveu em integração com a natureza;;
- Fim do silenciamento e reconhecimento das tradições pré-coloniais e afro-descendentes - representa o reencontro civilizacional e a religação entre tradição, ciência, entre conhecimento científico e socialmente construído;
- Centralidade da solidariedade - na antropo-ética, o sentimento de espécie e de consciência planetária levam à necessidade da solidariedade como fundamento organizador da coletividade;
- Fim das desigualdades sociais - o capitalismo é estruturalmente concentrador, e dirige toda a economia para o lucro, é preciso restabelecer a função principal da economia, que é o abastecimento das necessidades materiais humanas, para isso é necessária uma economia política do comum;
- Soberania popular - as relações capitalistas, patriarcais e racistas produziram formas específicas de dominação que são produtoras e reprodutoras da epistemologia do Norte, uma epistemologia do Sul deve então apoiar-se em novos padrões de relações de poder,

- Papel da educação para estas transformações - a educação é o principal espaço da construção social dos seres humanos, é na educação que se edifica e se materializa a nova epistemologia do Sul e os novos padrões civilizatórios acima citados.

Com o conceito de arquipélago, Mauro Maldonato (2011) propõe um modelo de integração na globalização, que permita novas relações de poder entre as sociedades, baseado no reconhecimento e na valorização da diferença e da solidariedade. É que “a ideia da poliarquia está perfeitamente presente na metáfora do arquipélago, e precisamente na ideia da coexistência dos diferentes”. Nessa linha,

“a busca de novos nexos entre Norte e Sul não significa que as antigas fronteiras nacionais estejam borradas, mas que elas agora são atravessadas, no pensamento e na prática, por zonas de contato intermediárias que favorecem o surgimento de entendimentos plurais da realidade, desenhando uma configuração de poder plural e diversificada.” (MARTINS, 2011, p. 122).

Conclui-se que uma política de civilização deve estar voltada, simultaneamente, para o ser humano e para as questões ecológicas, em direção a uma política de civilização planetária, preocupada com o desenvolvimento de uma consciência de caráter multidimensional e abrangente. Isso exige uma tomada de consciência, em termos de responsabilidade planetária, capaz de garantir os mesmos direitos a todos os seres vivos, incluindo a Mãe Terra.

Dessa forma, a prioridade de uma política de civilização deve, sem dúvida, ser a mesma prioridade da agenda educacional brasileira, não apenas no que se refere às questões relacionadas à aprendizagem e aos processos de construção de conhecimento, mas, simultaneamente, às questões afeitas à sustentabilidade ecológica, à cidadania planetária e ao restabelecimento dos vínculos com a Terra e com a vida. Uma vida autossustentável, o que implica a busca do equilíbrio do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o planeta, condição essencial para o exercício de uma democracia fundada na complexidade das inter-relações entre unidade e diversidade e compreensão das novas identidades emergentes.

Por fim, as provocações de Edgar Morin nos levam a uma religação entre o pensar e o fazer. A busca por uma Epistemologia do Sul é, ao mesmo tempo, uma revisão crítica sobre como a *práxis* hegemônica é a fonte dos principais problemas da humanidade e uma busca por novos saberes que possam apoiar a construção de soluções coletivas aos dilemas contemporâneos. Efetivamente, trata-se de compreender que não serão metas internacionais de redução das emissões de carbono que salvarão a humanidade de um desastre climático, mas sim uma reorganização completa do modo de vida que construímos. Perceber as múltiplas causas e efeitos da ação humana e estudar suas origens e consequências de forma complexa não é somente uma questão acadêmica.

Quando Milton Santos (1996) afirma que a humanidade vive atualmente sob um meio técnico-científico-informacional, isto quer dizer que o espaço sob o qual vivemos é socialmente construído.

Edgar Morin nos mostra que a construção desse modo de vida, dessa cultura que fundamenta a construção do espaço e do nosso jeito de viver, é fundamentada em visões de mundo. Visões essas que estão longe de ser neutras e que, na verdade, carregam e perpetuam consigo estruturas de dominação falseadas de tecnicismo. Portanto, buscar novas epistemologias é revelar os paradigmas que fundamentam essas estruturas e depois reconhecer as contribuições que outras sociedades, com outros pontos de vista, podem dar ao futuro da humanidade.

A Epistemologia do Sul precisa materializar-se em novos padrões civilizatórios, que integrem as sociedades sob relações horizontais e democráticas, considerando a diversidade como fundamento para análises complexas dos fenômenos sociais. E, para essa materialização, a Epistemologia do Sul precisa desdobrar-se em questões concretas que orientem os Estados e a elaboração de políticas públicas, revisando as relações de poder e produzindo novas bases para os serviços públicos, para o Direito, para a Educação e para a Economia. Trata-se de fazer da diversidade e da integralidade da existência humana a grande matéria prima para provar que somos melhores enquanto espécie.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *¿Qué significa ser y sentirse tierra?* Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/relat/253.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GALVANI, P. Methodology. In: FOURTH WORLD UNIVERSITY RESEARCH GROUP. *The merging of knowledge: people in poverty and academics thinking together*. [S.l.]: University Press of America, 2007, p. 09-30.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

IRVING, Marta de Azevedo. Inspirações do sul para uma nova política de civilização. In: MORIN, Edgar *et al.* **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MALDONATO, Mauro. Rumo ao Sul. In: MORIN, Edgar *et al.* **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2010.

MARTINS, Paulo Henrique. Contribuição dos estudos “descoloniais” para os desafios propostos por Edgar Morin para a organização do pensamento do Sul. In: MORIN, Edgar *et al.* **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MARTÍNEZ, Ana Cecilia Espinosa. *Una experiencia transdisciplinar de auto-eco-organización de una universidad del Sur*. In: MORIN, Edgar et al. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MORAES, Maria Cândida. Contribuições “para um pensamento do sul”. In: MORIN, Edgar et al. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; FREITAS, Lima de. **Carta da transdisciplinaridade**. Portugal: Convento da Arrábida, 1994. Disponível em: <http://cetrans.com.br/assets/docs/CARTA-DA-TRANSDISCIPLINARIDADE1.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Madrid: Editorial Gedisa, 2005.

MORIN, E. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

MORIN, E. **O ano I da era ecológica: a Terra depende do homem que depende da Terra**. Lisboa: Edições Piaget, 2016.

NICOLESCU, B. **La transdisciplinariedad, una nueva visión del mundo: manifiesto**. Paris: Ediciones Du Rocher, 1998.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização (1930)**. São Paulo: Cienbook, 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIMÕES, Carlos Artexes. Pensamento do Sul: Construindo uma nova civilização In: MORIN, Edgar et al. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Editora Vozes, 1998.

SORIANO, Luz Inmaculada Madera. Pensamiento del Sur y humanismo latinoamericano en la trama de lo universal. In: MORIN, Edgar et al. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

SOTOLONGO, Pedro Luis Codina. Hacia un pensamiento complejo y crítico del Sur. In: MORIN, Edgar et al. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.

TORRICO, Erick. Decolonização comunicacional: entrevista com Erick Torrico. [Entrevista cedida a]

Alison Rodrigues. **Teorizadah**, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@teorizadah/decoloniza%C3%A7%C3%A3o-comunicacional-entrevista-com-e-45de2c2852c6>. Acesso em: 20 dez. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice; MILIBAND, Ralph; GIDDENS, Anthony. ***El sistema mundo, las clases y la cultura***. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1991..

CAPÍ TULO 05

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS SISTEMAS AGRO-ALIMENTARES: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO SUL

Karoline Silva²⁶

Rafael Rioja Arantes²⁷

Patrícia Constante Jaime²⁸

INTRODUÇÃO

As reflexões e proposições do geógrafo e escritor, Darcy Ribeiro (1922 - 1997), bastante contundentes e oportunas em seu tempo, permanecem ainda atuais no ano de 2021. As lentes aplicadas para observação dos fenômenos da constituição do povo brasileiro, assim como das semelhanças e diferenças entre os latino-americanos, também podem ser utilizadas para estabelecer pontes com outros campos do conhecimento. Na gênese de seu pensamento estão as principais tensões e componentes sociais, políticos, econômicos e culturais que compõem o espaço latino-americano e, dentre alguns caminhos, uma de suas proposições é categórica ao afirmar que: “na América Latina, só temos duas saídas: ser indignados ou resignados” (NEPOMUCENO, 2014, p. xix) e como ele mesmo anunciava, não se resignaria, jamais (NEPOMUCENO, 2014).

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2010) discorre sobre o processo de colonização, não só da região da América Latina, como também de todo o chamado Sul Global. Para esse autor, o colonialismo foi também uma forma de dominação epistemológica, isto é, uma relação extremamente desigual de *saber-poder*, que levou à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos colonizados, relegando-os ao lugar de subalteridade e sub-humanidade (SANTOS, 2010). Esse lugar foi marcado pelas duas únicas saídas enunciadas por Darcy Ribeiro.

Sendo assim, o que ocorreu ao longo dos séculos de colonização e *colonialidade* no Sul Global e, posteriormente, de imperialismo e neocolonialismo, foi uma universalização epistemológica imposta, que marginalizou práticas sociais de conhecimento que contrariam a epistemologia dominante e os interesses a que serve, reduzindo, assim, a diversidade epistemológica, cultural e política do mun-

²⁶ Mestranda no Programa Interunidades Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) / Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) / Universidade de São Paulo (USP) | karoline2.silva@usp.br

²⁷ Mestrando no Programa Nutrição em Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde NUPENS/USP | rafaelra@usp.br

²⁸ Pós-Doutora em Epidemiologia Nutricional pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde - NUPENS/USP. Professora titular do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) | constant@usp.br

do (SANTOS, 2010). Neste contexto, abre-se um campo fértil para indagações e reflexões a partir do pensamento desses dois autores. Primeiramente, o que constitui esse lugar América Latina? Adicionalmente, se indignar ou se resignar ao quê e a quem exatamente? De certo, tais ponderações não ecoam sem contextos ou respostas, vide a produção de Darcy Ribeiro e Boaventura de Sousa Santos ao longo dos anos, que sistematizam de forma contundente a construção de um conhecimento a partir da América Latina e do Sul Global.

Do mesmo modo, pode-se extrapolar tais perguntas e emprestar as lentes para refletir sobre as questões postas no campo da segurança alimentar e nutricional, bem como da sustentabilidade, aplicadas aos atuais arranjos dos sistemas agroalimentares no Brasil e América Latina. Sendo assim, o objetivo deste texto é refletir acerca desses campos do conhecimento, a partir da perspectiva do Sul Global, tomando como base o pensamento de Darcy Ribeiro e Boaventura de Sousa Santos. Isto é, busca-se evidenciar não só as problemáticas que dizem respeito ao sistema agroalimentar global e, conseqüentemente, à saúde e nutrição, como também reconhecer no Sul, particularmente na América Latina, um *lugar* diverso e válido de construção de conhecimentos plurais e modelos sustentáveis de produção de alimentos, com vistas a pautar a garantia da segurança alimentar e nutricional para toda a população brasileira e latino-americana.

Um primeiro ponto a se destacar é que, ao situar a América Latina como um espaço, não apenas geográfico, mas político e cultural, Ribeiro (2014) traça uma linha de quais são as tensões, questões e interconexões postas, entre esse espaço e aqueles outros espaços para além da América Latina. Em paralelo, resgatando a origem dessas tensões político-culturais nos espaços latinos, Santos (2010) apresenta a ótica do colonizador sobre os territórios colonizados da América do Sul e Latina, os quais eram vistos como uma *terra nullius*, espaço considerado juridicamente vazio, pois, estava ocupado por indivíduos que não correspondiam à concepção de humanos e à civilidade do pensamento eurocêntrico. Por conseguinte, esses eram considerados indivíduos sem direitos, como *anima nullius* – animal sem alma, animal vazio. Esse pensamento justificou toda a invasão e ocupação dos territórios indígenas e dos povos autóctones da América Latina (SANTOS, 2010).

Dessa maneira, segundo Ribeiro (2014), a América Latina se consolidou como um conjunto de povos relativamente homogêneos, porém, singular frente às outras regiões do mundo, seja por ordem dos processos de colonização quanto das posteriores tensões políticas e econômicas, que se constroem no cerne das sociedades e dos Estados latino-americanos. Contudo, essa relativa homogeneização de povos e territórios tão plurais se deve, especialmente, àquela dominação epistemológica ou ao *epistemicídio*, provocado pelo pensamento hegemônico, de uma *racionalidade econômica*, que tem suas raízes no capitalismo europeu ocidental e, posteriormente, estadunidense, imposta a quase todo globo terrestre (RIBEIRO, 2014; SANTOS, 2010).

Sendo assim, o avanço dessa racionalidade econômica sobre o Planeta (SANTOS, 2010), em conjunto com a ciência moderna positivista e cartesiana, foi imprimindo diversas dicotomias da vida na Terra, nos imaginários e consciências humanas, sendo a mais evidente delas, a separação sociedade-Natureza (KRENAK, 2020; MARRAS, 2020). A dicotomia estabelecida entre esses dois conceitos, tende a colocar o humano (moderno, ocidental) em oposição à Natureza, como se fossem coisas à parte e distintas uma da outra, “cada qual dizendo respeito a um suposto domínio já agregado e circunscrito em suas próprias formas e forças” (MARRAS, 2020, p. 128).

Neste contexto, a cultura ocidental seria então sinônimo de progresso, de desenvolvimento e civilidade, ao passo que todo o resto - o Sul Global -, seria de selvagens, primitivos, os *outros* exóticos, os quais deveriam ser “salvos” do paganismo e conduzidos ao desenvolvimento unilinear capitalista pelos “homens brancos ocidentais” (KRENAK, 2019; MARRAS, 2020).

*Esse pacote chamado de **humanidade** vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, **vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade**, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos [...] Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e **nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra** (KRENAK, 2020, p. 6, grifos nossos).*

Desse modo, essa separação entre domínios do que é humano e do que é natural foi bastante conivente à dominação e à exploração desenfreada do *hábitats* e ecossistemas naturais. Contudo, em decorrência dessa racionalidade econômica e dicotômica, a humanidade vem se deparando com o colapso ambiental, que se torna ano a ano mais evidente e feroz neste início do século XXI (KRENAK, 2020; MARRAS, 2020). Haja vista, a pandemia de COVID-19 que assola o mundo, a qual é um reflexo direto do desequilíbrio ecológico causado pelo avanço desmedido das estruturas urbanas, industriais e agropecuárias sobre os ecossistemas, bem como da perturbação da vida silvestre (MARQUES, 2020).

Dessa forma, a exportação do pensamento ocidental para todo o globo, criou modelos produtivos insustentáveis, como as monoculturas de *commodities*, que se instauram no Brasil, na América Latina e no Sul Global, especialmente, a partir da década de 1960 com a chamada “Revolução Verde”. Neste sentido, a antropóloga Anna Tsing (2015) discorre sobre o modelo de produção das *plantations*, o sistema monocultural baseado na força, no controle excessivo e na alienação das pessoas em relação à terra, seus meios de vida e subsistência. Segundo a autora,

*As *plantations* são sistemas de plantio ordenado realizado por mão de obra de não proprietários e direcionados à exportação. As *plantations* aprofundam a domesticação, reintensificando as dependências das plantas e forçando a fertilidade. Tomando de empréstimo da agricultura de cereais promovida pelo Estado, **investiu-se tudo na superabundância de uma só lavoura**. Mas faltou um ingrediente: **removeu-se o amor**. Ao invés do romance conectando as pessoas, as plantas e os lugares, **os monocultores europeus nos apresentaram o cultivo pela coerção**. As plantas eram exóticas; o trabalho era realizado à força por meio da escravidão, de contratos e de conquista. **Apenas por meio de ordenamento e controle extremos algo poderia frutificar dessa maneira**; mas com hierarquia e antagonismo administrado em campo, lucros enormes (e misérias com-*

plementares) puderam ser produzidos. **Como as plantations formataram a maneira como o agronegócio contemporâneo é organizado, tendemos a pensar em tais arranjos como a única maneira de praticar agricultura.** Mas esse arranjo teve de ser naturalizado até que aprendêssemos a levar em conta a alienação das pessoas em relação às suas lavouras (TSING, 2015, p. 189, grifos nossos).

Chegado à época contemporânea, o modelo de produção hegemônico do agronegócio vem ocasionando diferentes impactos ambientais nos ecossistemas terrestres e marinhos (WEINTRAUB; RODRIGUES; TABAI, 2021). Os sistemas alimentares, de modo geral, utilizam cerca de 70% da água doce do planeta, representam 24% das emissões de gases de efeito estufa e geraram um impacto na ordem de 60% na perda da biodiversidade terrestre (WEINTRAUB; RODRIGUES; TABAI, 2021). Somente a produção de *commodities* – como soja, óleo de palma, carne bovina, papel, energia e minérios - é responsável por 40% do desmatamento mundial (GLOBAL FOREST WATCH, s/d). Todavia, ainda assim, no Brasil e na América Latina, é o agronegócio, seus representantes políticos e econômicos, bem como as multinacionais do setor alimentar, que ditam as políticas, os incentivos, isenções e mesmo as legislações ambientais no que tange o cenário da produção de alimentos.

Além disso, esse modelo de produção de alimentos, centrado em apenas uma dezena de plantas (soja, cana-de-açúcar, milho, laranja, café, algodão, arroz, feijão, tabaco e trigo) vem reduzindo, significativamente, a diversidade alimentar da população e, conseqüentemente, a qualidade nutricional da dieta (EMPERAIRE *et al.*, 2021). Isto é, a homogeneização imposta aos povos latino-americanos se dá também sobre suas lavouras e culturas alimentares, que tendem a se tornar cada vez mais globalizadas (SANTOS; GARAVELLO, 2017; TSING, 2015).

Neste sentido, é também possível observar uma homogeneização da alimentação no que diz respeito não apenas à produção, mas também em relação ao consumo. Assim como os processos de intensificação de *commodities* e multinacionais que controlam as relações de uso da terra, um paralelo se estabelece a partir do avanço dos produtos ultra processados. A experiência brasileira em relação à classificação *NOVA*, conduzida por Monteiro e colaboradores (2016), acerca do nível de processamento dos alimentos, entre *in natura*, minimamente processados, processados, e ultra processados, está refletida no Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Ela significou uma importante mudança de paradigma na ciência epidemiológica e nutricional, contemplando o entendimento dos alimentos de uma forma mais sistêmica, assim como subsidiou o Guia Alimentar enquanto instrumento orientador de políticas públicas que incorpora diferentes dimensões na construção de saberes.

A HEGEMONIA DO SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL E OS IMPACTOS NA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O modelo do agronegócio, que vem dominando o território brasileiro, além de ser insustentável à resiliência da terra, causando grandes impactos socioambientais aos ecossistemas e aos povos tradicionais, rurais e às camadas sociais mais pobres da sociedade, também se mostra ineficiente para garantir segurança alimentar e nutricional para toda população brasileira. Ribeiro (2014) discorre sobre o amplo fenômeno da fome que assolava o Brasil dos anos 90 e início de 2000, ainda que fosse um país “onde se plantando tudo dá” (RIBEIRO, 2014, p. 65).

Respeitadas as proporções, o Brasil de 2021 volta a enfrentar a fome e a insegurança alimentar de forma contundente, mesmo que tenha tido na primeira década do século XXI um conjunto de políticas e equipamentos públicos para o enfrentamento da fome, garantia da renda mínima, acesso à água potável, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros. Esse conjunto está englobado e assegurado pelas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e executáveis através do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006).

Entretanto, esses aparatos político-econômicos passaram a ser duramente enfraquecidos nos últimos anos, especialmente, a partir de 2014 com a promoção de um Estado neoliberal e uma agenda política centrada na austeridade e redução do papel do Estado frente aos direitos sociais e à população brasileira. Segundo o Inquérito Nacional VigiSAN e o Relatório “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil”, ambos realizados em 2020, é estimado que 19 milhões de pessoas se encontram em estado de fome no Brasil atual e 59,4% vivem em algum grau de insegurança alimentar, ou seja, em risco de fome (GALINDO *et al.*, 2021; PENSSAN, 2021).

Neste sentido, revela-se um aparente paradoxo da situação agrária e alimentar no contexto brasileiro e regional. A América Latina é uma região de grande produção de alimentos, sendo o Brasil, somado a mais seis países (Argentina, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Tailândia e Estados Unidos), responsáveis por 55% das exportações de alimentos do mundo. Entretanto, parcelas significativas de suas populações vêm vivenciando a fome e a desnutrição. Além disso, um grande contingente de latino-americanos não pode arcar com dietas saudáveis e de qualidade. Pois, a América Latina é também a região mais cara do mundo para se alimentar com produtos saudáveis, como dos grupos de alimentos *in natura* - hortaliças, frutas, verduras, tubérculos, etc. - e minimamente processados (FAO *et al.*, 2020a; GRISA, 2020).

Em 2017, o custo de uma dieta saudável na América Latina foi estimado em U\$D 3,98 por pessoa por dia, enquanto na Europa e América do Norte ficou em torno de U\$D 3,21. Em 2019, mais de 104 milhões de pessoas não podiam acessar uma dieta saudável, sendo levados a optar por alimentos

menos nutritivos e com maiores teores de açúcares e gorduras, o que acarreta riscos à saúde, possibilitando ocorrências de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, pressão alta e câncer (FAO *et al.*, 2020a, 2020b; GRISA, 2020). Esse contexto evidencia também a Sindemia Global - obesidade, desnutrição e mudanças climáticas - que a região enfrenta, decorrente do modelo hegemônico do sistema agroalimentar global (FAO *et al.*, 2020a; 2020b).

No cenário nacional, estima-se que o número de pessoas que não possam acessar uma dieta saudável aumente, ainda que os grupos de alimentos dos cereais e leguminosas, ou seja, o “arroz e feijão”, que compõem a cultura alimentar brasileira, continuem mais acessíveis do que nos demais países da América Latina. Porém, em decorrência de um cenário político e econômico já fragilizado e somado aos impactos da crise sanitária de COVID-19, essa estimativa vem sendo corroborada pela redução na ordem de 85%, no consumo de alimentos saudáveis durante a pandemia, especialmente em domicílios que se encontram em situação de insegurança alimentar, o que está relacionado, majoritariamente, à falta e/ou diminuição de renda das famílias (GALINDO *et al.*, 2021).

Segundo Ribeiro (2014), os colonizadores e, mais atualmente, o que seriam os representantes dos conglomerados financeiros do ramo agropecuário e alimentar, organizaram os países da região para seu “próprio enriquecimento e gozo” (RIBEIRO, 2014, p. 76). Isto é, prioriza-se a maximização dos lucros ainda que custem saúde, direitos e meio ambiente. Ribeiro (2014) cita, por exemplo, fábricas de automóveis, eletroeletrônicos, remédios, cigarros, e no campo da alimentação, os refrigerantes.

No Brasil de hoje, as indústrias de refrigerantes e de agrotóxicos, por exemplo, recebem incentivos fiscais por meio de isenções e/ou concessões de créditos para aumentar sua lucratividade, mesmo que elas deixem como rastro o comprometimento da saúde da população e dos ecossistemas (SOARES; CUNHA; PORTO, 2020). Neste contexto, Ribeiro (2014) chama atenção para o que ele apresentou como o “movimento verde”, o qual encontra eco nas discussões ambientais e das mudanças climáticas, mas, especialmente, em uma das tensões que o autor classificou como um *sistema produtivo catastrófico*, no qual “os homens” estão destruindo e consumindo os recursos naturais.

Nesse ponto, pode-se avaliar a resposta ao questionamento inicial sobre se indignar ou resignar em relação “a quem” ou “ao quê”? Parecem ganhar forma alguns atores desse campo sociopolítico, econômico e cultural da América Latina. São aqueles “homens brancos ocidentais”, ou pode-se dizer aquilo que é praticado por eles, por meio de empresas multinacionais e outros arranjos privados, que têm como objetivo fim a geração de lucros de forma maximizada e predatória. Dando cara e nome aos “quem” e aos “quês”, abre margens para refletir sobre qual o conjunto de contrapontos, dos campos do conhecimento, das práticas e dos saberes que se apresentam como as indignações frente ao modelo hegemônico e predatório perpetrado nos diferentes espaços por esses “homens” e suas instituições.

A maior ameaça que pesa hoje sobre a humanidade – ameaça que, felizmente, não é fatal nem inevitável – é, pois, a de mergulhar mais ainda na penúria até a exaustão, numa era de fome e de estupidificação. Tudo isso apenas para que os povos ricos fruam a riqueza acumulada e reativem uma civilização obsoleta, sem causa, sem missão nem apetite senão o de enricar. Sua última grandeza será a de endurecer os corações e tapar os ouvidos para assistir, impávida, à humanidade morrer de fome (RIBEIRO, 2014, p. 125).

Ribeiro (2014) é também categórico ao enunciar as assimetrias das disputas e das relações de poder, assim como mencionado por Santos (2010). Desta forma, o autor coloca que: “é evidente, entretanto, a desproporção entre aquelas forças destrutivas e as fracas mãos que se alçam contra elas” (RIBEIRO, 2014, p. 117). Neste contexto, e estabelecendo os paralelos com as tensões postas atualmente no campo alimentar, pode-se dizer que desde a governança macro até o que se encontra na ponta das cadeias, é que uma alimentação adequada, saudável e sustentável, vem se tornando o caminho mais difícil para a população e povos, especialmente, os latino-americanos.

Os produtos ultra processados, que comprovadamente comprometem a saúde, são estimulados de diversas formas, assim como o uso de agrotóxicos. Já a transição agroecológica, baseada na comida de verdade, *in natura* e minimamente processada, por exemplo, não recebe as mesmas formas de incentivos. Como resultado, vemos um comprometimento da qualidade da alimentação da população, assim como o esgotamento dos recursos naturais.

Desta maneira, por um lado, estão as problemáticas socioambientais de ordem física, que alcança níveis extremos de degradação dos *hábitats* (terrestres e aquáticos) e da habitabilidade terrestre (humana e de não-humanos), como, por exemplo, a perda da regulação do clima, aquecimento global, aumento do nível do mar, perda em massa de biodiversidade, fome, desnutrição severa e outras. Por outro lado, implosões da ordem do simbólico e imaterial, no âmbito de disputas ideológicas, políticas, sociais e culturais, poder de consumo e criminalização da pobreza, em relações de *saber-poder*, ainda hoje, assimétricas (MARRAS, 2020; RIBEIRO, 2014; SOUSA, 2010).

ALTERNATIVAS A PARTIR DE UMA ECOLOGIA DE SABERES E DO SUL GLOBAL

Muitos autores, tais como Darcy Ribeiro e Boaventura de Sousa Santos, ao longo das últimas décadas, vêm chamando a atenção para outras formas de construção do pensamento e de conhecimentos, que vão na contramão do pensamento dominante positivista e cartesiano, bem como na contramão do modelo hegemônico de produção e exploração capitalista. Sendo assim, é urgente a emergência de um pensamento ecológico, de uma racionalidade ambiental, e para Santos (2010), um caminho para isto pode se dar através do que ele chama de *ecologia de saberes*. O autor parte do princípio de que o mundo é epistemologicamente diverso, isto é, as possibilidades de ser, pensar e fazer mundo são diversas e múltiplas. Assim como são os povos latino-americanos, ainda que dentro de uma homogeneização imposta (RIBEIRO, 2014).

Desta forma, a ecologia de saberes, como um diálogo horizontal entre conhecimentos e saberes, aparece sob a ótica da emergência de um pensamento pós-abissal e da(s) epistemologia(s) do Sul.

*O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma **ecologia de saberes**. É uma ecologia, porque se joga no **reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos** (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles **sem comprometer sua autonomia**. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o **conhecimento é interconhecimento** (SANTOS, 2010, p. 44-45).*

Portanto, buscando superar as dicotomias do pensamento ocidental hegemônico, à luz de uma ecologia de saberes, propõe-se o reconhecimento e legitimação de outras cosmovisões de mundo, de outros saberes. Ou seja, trata-se, aqui, da urgência de reconhecer na subalteridade e na sub-humanidade, particularmente da latino-americana, um espaço de conhecimentos e práticas plurais, de formas legítimas e válidas para se integrar à ciência moderna e vice-versa, a fim de fazer emergir novos sistemas agroalimentares que se encaixem “num modelo que pode ser o da Terra, e não imprimir na Terra um modelo antropocêntrico” (KRENAK, 2019, p. 9).

Desse modo, ao buscar a integração de conhecimentos, nesse diálogo horizontal de conhecimentos e saberes, busca-se também descolonizar o imaginário com novas narrativas de mundo, que desconsidere as *plantations* e o agronegócio como o único caminho possível e que considere humano e natureza não como seres dissociados, mas integrados e partícipes de um mesmo domínio (KRENAK, 2020; MARRAS, 2020).

Neste contexto, pode-se versar a respeito dos Sistemas Agrícolas Tradicionais, que são compreendidos no conjunto do chamado *conhecimento ecológico tradicional* (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS, 2021). Esses sistemas agrícolas correspondem a uma diversidade de modos de vida e organização social, desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais, em diferentes regiões da América Latina e do globo. Os saberes, que conduzem as práticas, são aprendidos a partir de memórias inscritas em seus territórios; dos vínculos e relações estabelecidas com os ambientes sociais, econômicos e culturais; e com a vivência e situações concretas de cada povo (EMPERAIRE *et al.*, 2021). A partir de uma cosmologia de mundo, na qual a Terra é parte integrante dos modos de vida e da essência humana (KRENAK, 2020), os territórios são espaços coletivos de criação, reprodução e integração, regidos pela auto governança dos povos (EMPERAIRE *et al.*, 2021).

Por conseguinte, o conhecimento ecológico tradicional é acumulado ao longo dos séculos de engajamento criativo entre tradição e inovação, de adaptação e transformação aos ecossistemas naturais (EMPERAIRE *et al.*, 2021). É a partir desse conhecimento, constituído por práticas sociais, memórias, valores, crenças, mitologias, técnicas, inovações e vivências, que se define todo o protocolo de produção e manejo das espécies vegetais e animais do sistema agrícola, o qual visa, primariamente,

o *bem-viver* das comunidades. São os povos tradicionais, através de suas práticas agroextrativistas, desenvolvidas a partir desse amplo conhecimento ecológico, que “de modo global, [...] asseguram a existência da maior parte da agrobiodiversidade do país” (BUSTAMANTE, 2021, p. 30).

Vale ressaltar que o indicativo “tradicional” nos termos diz respeito somente ao fato de serem conhecimentos herdados do passado, transmitidos de geração em geração. Contudo, esses sistemas agrícolas e o conhecimento ecológico são dinâmicos e englobam inovações ao longo do tempo, determinadas pelas situações presentes, incorporando novas tecnologias, técnicas, práticas e saberes de acordo com as transformações e relações em seus espaços socioeconômicos e culturais. Portanto, ainda que diante do senso comum e do pensamento desenvolvimentista unilinear do agronegócio e do Estado, que enxergam os povos tradicionais como arcaicos, primitivos e selvagens, é incorreta a prerrogativa de anacronismo e/ou atraso desses sistemas agrícolas tradicionais (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS, 2021). Com efeito,

Cada forma de agricultura [tradicional] está ancorada num sistema social singular que articula força de trabalho, acesso à terra e aos recursos, transmissão de saberes, processos de inovação, padrões de circulação de plantas, direitos fundiários e direitos sobre as plantas, relações entre plantas e seres humanos, usos, etc. [...] **cada uma sendo única pela sua trajetória e pelas suas formas de adaptação às condições atuais, produzem recursos biológicos [...] investidos de valores culturais e sociais.** [...] contribui para a diversidade das micropaisagens domésticas, **formando espaços contrastantes de vida e de produção [...].** Esses espaços podem ser multifuncionais e combinar produções vegetais e animais (EMPERAIRE et al., 2021, p. 20, grifos nossos).

A partir desses espaços e paisagens multifuncionais, criados e recriados através das práticas agrícolas, e frente aos desafios das mudanças climáticas, os povos e comunidades tradicionais, ainda que em um lugar de marginalidade, tornam-se cada vez mais centrais para o debate e ações práticas para assegurar a sobrevivência humana na terra, com possibilidades de inspirar novas formas, não só de produção, como também de ser, pensar e fazer mundo (BUSTAMANTE, 2021; EMPERAIRE et al., 2021; MARRAS, 2020).

Neste sentido, pode-se citar, a fins de exemplificação, o Sistema Agrícola Tradicional Quilombo-la das comunidades do Vale do Ribeira – SP. Esse sistema agrícola foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2018. O registro do sistema, junto ao Iphan, é também uma estratégia política de luta pelos direitos territoriais e culturais dos quilombolas e pelas suas soberanias de produzir a seus modos. Porém, a luta pelos seus territórios e modos de vida perdura por séculos de colonização, *colonialidade* e austeridade do Estado. Em contrapartida, as forças de resistência também se manifestam em seus modos de produção, que há séculos produzem alimentos saudáveis e de qualidade com a floresta Atlântica em pé (PASINATO; ANDRADE; KISHIMOTO, 2017).

As comunidades quilombolas englobadas no Sistema Agrícola Quilombola do Vale do Ribeira – SP produzem uma ampla gama de alimentos *in natura* e/ou minimamente processados, a partir da diversidade de espécies e variedades manejadas, como a mandioca, milhos, feijões, batatas, inhames, arroz, banana, cana-de-açúcar, entre tantas outras espécies de tubérculos, frutas, ervas, frutos e hortaliças, que compõem a paisagem de suas roças tradicionais. Segundo levantamento do Instituto Socioambiental, realizado em 2017, foram encontradas mais de 240 variedades de plantas para fins alimentícios, manejadas nas roças e quintais quilombolas (PASINATO; ANDRADE; KISHIMOTO, 2017).

As práticas agrícolas estão ancoradas nos princípios de: diversidade alimentar; rodízio das áreas manejadas; territórios coletivos; uso controlado do fogo como técnica de abertura de clareiras e nutrição do solo; e autogestão das comunidades. (PASINATO; ANDRADE; KISHIMOTO, 2017). Dessa maneira, o modo tradicional de fazer a roça de “coivara” (como é denominada pelas comunidades) é o eixo estruturante do modo de vida dos quilombolas do Vale do Ribeira. As práticas são regidas pelos saberes locais e pelo profundo conhecimento ecológico dos ecossistemas da região. Esses saberes e práticas extrapolam os aspectos relacionados somente à produção, plantio, cultivo e colheita, pois, estes se interconectam também à toda sociabilidade dos indivíduos e das comunidades, incluindo mitos, ritos, festividades, trocas, redes de reciprocidade e solidariedade (PASINATO; ANDRADE; KISHIMOTO, 2017).

Diante da pandemia de COVID-19 e da crise alimentar que se instaura, novamente, no Brasil desde 2020, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira têm conseguido abastecer com comida saudável e sustentável inúmeras famílias em situação de insegurança alimentar, a partir da iniciativa que ficou conhecida como “Da roça quilombola à mesa da favela”. Desde maio de 2020 foram doadas 254 toneladas de alimentos a mais de 31 mil pessoas das zonas periféricas da grande São Paulo, como na favela do Jardim São Remo, e outras cidades do interior paulista (FERREIRA, 2021). Deste modo, percebe-se a grande potência desses modelos de sistemas agroalimentares, de base agroflorestal, para garantir a segurança alimentar e nutricional, não só das próprias comunidades que os desenvolvem, como também da população brasileira como um todo, especialmente, frente a gestões políticas neoliberais de redução do papel do Estado e negligência de problemas estruturais e históricos, como a fome no Brasil.

Além disso, sob a perspectiva dos aspectos de governança, é imprescindível citar que no Brasil, a construção dos marcos reguladores nas últimas décadas contou com participação ativa da sociedade civil e de movimentos organizados, tanto na proposição como no monitoramento das referidas políticas (SILVA *et al.*, 2018). Como marcos desse processo, têm-se a aprovação dos principais instrumentos normativos, a Lei nº 11.346 de 2006, que definiu as bases da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006), e a aprovação da Emenda Constitucional nº 64 de 2010, que promulgou o Direito Humano à Alimentação Adequada (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o entendimento da alimentação enquanto direito é, não apenas uma conquista, mas um elemento central em disputa, seja de forma explícita ou velada. Ele se contrapõe com a visão hegemônica produtivista da alimentação enquanto mercadoria e lucro, justamente estabelecendo paralelos com o pensamento de Darcy Ribeiro e de Boaventura de Sousa Santos.

Adicionalmente, assim como os marcos normativos supracitados, o Guia Alimentar para a População Brasileira ganhou reconhecimento nacional e internacional, especialmente, pela abordagem qualitativa da alimentação, e na incorporação das dimensões socioambientais. Oliveira e Jaime (2016) avaliaram a intersecção entre saúde e o desenvolvimento rural sustentável a partir dos textos do Guia Alimentar Brasileiro, e correlacionaram quatro dimensões com um conjunto de temas e suas respectivas ocorrências nas páginas e capítulos específicos. Na perspectiva dos diferentes “fazeres e saberes” que envolvem a ciência e a prática, o Guia se insere como um instrumento que se propõe a incorporar as dimensões e perspectivas aventadas na construção das epistemologias do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, vale ressaltar aqui a importância de se distanciar de uma visão romântica, utilitarista e reducionista sobre os Sistemas Agrícolas Tradicionais de povos e comunidades tradicionais, como dos quilombolas do Vale do Ribeira - SP, bem como das inúmeras outras iniciativas que eclodem em todo Brasil e América Latina, que visam a promoção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis ecológica e socialmente. Com efeito, por diferentes razões, essas alternativas, ainda hoje, apresentam inúmeras dificuldades e obstáculos para definirem suas próprias diretrizes de desenvolvimento, de modernidade e de serem reconhecidas e legítimas em nível nacional, regional e internacional (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS, 2021).

Esses obstáculos estão, principalmente, relacionados ao avanço do capitalismo, do agronegócio e do Estado sobre os territórios dos povos tradicionais, em relações assimétricas de poder, assim como pela ineficiência de políticas públicas de base interdisciplinar, deficiência de direitos territoriais e sociais e baixo incentivo à soberania alimentar, bem como a medidas que visem a promoção da segurança alimentar e nutricional de maneira acessível a todos os indivíduos (EMPERAIRE *et al.*, 2021; PASINATO; ANDRADE; KISHIMOTO, 2017). Isto é, esses obstáculos são postos, particularmente, por aqueles “homens” e seus arranjos privados, detentores das multinacionais do setor agroalimentar global, que visam o lucro em detrimento da saúde, da vida humana e do ambiente.

Entretanto, tratar sobre esses obstáculos detalhadamente foge ao escopo deste texto, que teve como foco refletir sobre os sistemas agroalimentares, pautando-se pelo campo da segurança alimentar e nutricional, com vistas a evidenciar as problemáticas decorrentes da hegemonia do sistema global,

bem como reconhecer na América Latina as potencialidades e alternativas a esse *sistema produtivo catastrófico* (RIBEIRO, 2014). Desta maneira, legitimar outros modos de vida e de viveres pode ser a via para, além de enfrentar o colapso climático do século XXI, construir o interconhecimento numa perspectiva da ecologia de saberes e um pensamento do Sul, representados aqui através da perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2010).

Vale destacar que a busca da legitimidade de conhecimentos considerados pela lógica da modernidade como não científicos não implica no descrédito do conhecimento científico moderno. Implica, simplesmente, na sua utilização contra hegemônica. Isto é, não se trata aqui de um apagamento ou esquecimento da ciência moderna, mas sim de integração para um interconhecimento (SANTOS, 2010). Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2010), apresenta a ecologia de saberes como um convite à reflexão acerca da diferença entre a ciência moderna, como hegemônica e dominante, e a ciência como partícipe de uma **ecologia de saberes**.

Sendo assim, buscou-se neste texto ter em mente que novas narrativas, passíveis de emergir da pluralidade de ser, pensar e fazer na Terra, na América Latina e no Brasil, especialmente ao que tange os sistemas agroalimentares e os modelos produtivos, não são exclusivas dos centros urbanos e/ou das academias letradas, dotadas de tecnologia e recursos financeiros. Essas novas narrativas podem e devem surgir também de indivíduos, comunidades e povos, que estão nas florestas e nas zonas rurais, que estão plantando, caçando, coletando, pescando, ou seja, aqueles que estão vivendo a seus modos, com suas diferentes tecnologias e seus recursos de viver (KRENAK, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

BUSTAMANTE, P. G. O Sistema de conservação de recursos genéticos da Embrapa. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021, 351 p. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021, parte I e II, seções 3-8. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

EMPERAIRE *et al.* Gerar, Cuidar e Manter a Diversidade Biológica. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021, 351 p. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FAO *et al.* **The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome: FAO, 2020a, 320 p. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CA9692EN>. Acesso em: 13 mar. 2021

FAO *et al.* **Regional overview of food security and nutrition in Latin America and the Caribbean 2020**. Santiago: FAO, 2020b, 42 p. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CB2330EN>. Acesso em: 13 mar. 2021

FERREIRA, C. Projeto leva produção de quilombolas no Vale do Ribeira à periferia paulistana. São Paulo: **Folha de São Paulo**, de 21 de out. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/comida/2021/10/projeto-leva-producao-de-quilombos-no-vale-do-ribeira-a-periferia-paulistana.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2021.

GALINDO, E. *et al.* **Refubium**: efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GLOBAL FOREST WATCH. **Commodities**. s/d. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/topics/commodities/#intro>. Acesso em: 12 dez. 2021

GRISA, C. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus. [Entrevista cedida a] **Revista IDEAS**, v. 14, [s.i], 2020, p. 01-19.

KRENAK, A. Entrevista. In ALTBURG, A.; MENEGUETTI, M.; KOZLOWSKI, G. (Org.). **8 reações para o depois**. Riobooks, 2019.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, L. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil? **Ciência, Saúde e Sociedade: Covid-19**, Campinas, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas>. Acesso em: 23 ago. 2021

MARRAS, S. O Brasil e os brasis no antropoceno: bifurcações à vista. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 77, p. 126-142, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p126-142>. Acesso em: 07 nov. 2021.

MONTEIRO, C. *et al.*, NOVA. *The star shines bright. Food classification. Public health. World Nutrition Journal*, v. 7, n. 1 - 3, 2016, p. 28-38. Disponível em: <https://worldnutritionjournal.org/index.php/wn/article/view/5>. Acesso em: 10 dez. 2021

NEPOMUCENO, E. Prefácio. In. RIBEIRO, D. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

OLIVEIRA, N. R. F. de; JAIME, P. C. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Saúde Soc.** v. 25, n. 4, dez. 2016, p. 1108 - 1121. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016158424>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rxSMnh5fj88TJTv67XDpHvN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PASINATO, R.; ANDRADE, A. M.; KISHIMOTO, A. (Org.). **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, SP – volume I**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2017, 105 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-sp-vol-1>. Acesso em: 21 dez. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **VigiSAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2021, 66 p. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

RIBEIRO, D. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014, 152 p.

SANTOS, B. Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Portugal: Editora Almedina SA, 2010, cap. 1, p. 21-73.

SANTOS, K. M. P. dos; GARAVELLO, M. E. de P. Segurança Alimentar de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. *In*: Instituto Socioambiental (Org.). **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, volume II**. São Paulo: ISA, 2017, cap. 4, p. 148 - 156. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-sp-vol-2>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SILVA, A. C. F.; RECINE, E.; JOHNS, P.; GOMES, F. da S. FERRAZ, M. de A.; FAERSTEIN, E. *History and challenges of Brazilian social movements for the achievement of the right to adequate food*. **Global Public Health**, v. 13, [s.i], 2018, p. 875 - 883. DOI: 10.1080/17441692.2018.1439516 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2018.1439516>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SOARES, W. L.; CUNHA, L. N. da; PORTO, M. F. S. Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável. **Relatório produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva ABRASCO**, 2020. Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Abrasco-Desoneracao-Fiscal-Agrotoxicos-17.02.2020.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

TSING, A. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Tradução Pedro C. B. Silveira, Thiago M. Cardoso. **Revista Ilha**, v. 17, n. 1, p. 177-201, jan/jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177/30606>. Acesso em: 16 set. 2021.

WEINTRAUB, K. H.; RODRIGUES, C. G. de O.; TABAI, K. C. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a conservação dos ecossistemas: a intersectorialidade nas políticas públicas. **Revista Faz Ciência**, [s.i], v. 23, n. 37, 2021, p. 56 - 78. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v23i37.27010>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/27010>. Acesso em: 12 dez. 2021.

**CAPÍ
TULO
06**

POR UMA EPISTEMOLOGIA DO TEMPO/ESPAÇO NA OBRA DE MILTON SANTOS

Amalia Inés Geraiges de Lemos²⁹

Jeferson Hugo Rezende Pacheco³⁰

Alessandra Garcia Soares³¹

João Carlos Teixeira Junior³²

Silas Santos de Amorim³³

O ESPAÇO COMO ACUMULAÇÃO DESIGUAL DOS TEMPOS

As categorias teórico metodológicas que o Professor Milton Santos desenvolveu ao longo de sua vida intelectual, evidenciam conceitos que nos permitem formular teorias e estas, por sua vez, nos ajudam a entender a realidade que vivemos. Neste trabalho nos dedicaremos a analisar como objeto de conhecimento nas Ciências Sociais, a concepção do tempo e do espaço, como valores não só da Geografia.

Todos os conhecimentos ou etapas de estudos da sociedade, não podem existir sem a noção de tempo e sua materialização no espaço. Embora alguns estudiosos considerem o espaço como palco, para os geógrafos, ele é produto das ações de um tempo social. Milton Santos, em seu livro “Por Uma Geografia Nova” (HUCITEC- EDUSP, 1978) diz:

[...] a consideração da noção do tempo nos estudos geográficos não é coisa nova, tanto na Geografia Histórica como na Geografia retrospectiva, que é sobretudo um terreno de eleição dos historiadores, não foi além da apresentação de problemas sem lhe fornecer uma solução aceitável. (SANTOS, 1978, p. 203).

Também podemos concluir que não chegaram a resolver o problema pela ausência de um conhecimento e conceito de tempo social. Ainda na obra citada, o autor revela que tal interesse não se

29 Professora Sênior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FLLCH) e do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo. Doutora em Geografia (Geografia Humana). E-mail: amain@usp.br

30 Doutor em Geografia Humana PPG-GH (DG - FFLCH-USP) e Professor do Curso de Estética e Gestão de Moda da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). E-mail: jeferson.rezende@gmail.com

31 Doutoranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP. E-mail: alessandra.soares@usp.br

32 Mestrando pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP. E-mail: joaacarlosteixeiraj@gmail.com

33 Pós-Graduando em Digital Business - Universidade de São Paulo (USP) / Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). E-mail: silas.amorim@usp.br

materializou por não se relacionar com a teoria de difusão das inovações. A preocupação principal de procurar modelos dedutivos, não permitiu aos estudiosos continuar a avançar na teoria das inovações. As teorias apresentadas entre as décadas 1960 e 1980, não foram aceitas por não responderem às questões próprias da modernidade.

Em 1978, Milton Santos, no livro “Por Uma Geografia Nova”, no subtítulo denominado “O enfoque espaço-temporal e o tempo empírico”, desenvolve o seguinte raciocínio: “Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado, ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes” (SANTOS, 1978, p. 205).

Santos nos apresenta ainda sua concepção metodológica e diz que “para compreender qualquer situação, necessitamos um enfoque espaço-temporal”. Segundo ANUCHIN (1973, p.52) informa, “a lógica do tempo reúne os dois aspectos da existência da matéria, isto é, o tempo e espaço. Mas, a noção de espaço-tempo como categoria de análise geográfica foi objeto de inúmeras confusões e dessa maneira não pôde contribuir para que a análise espacial pudesse avançar”.

Continua Milton Santos, afirmando que “o tempo seja definido em um contexto propriamente geográfico e não num contexto geométrico e que seja considerado objetivamente e não subjetivamente”(SANTOS, 1978 p. 211). O autor segue analisando o tempo como um conceito capaz de ser medido, e chama a atenção que esta palavra – medido – não é sinônimo de quantificação, rígida e imutável, mas de existência empírica.

Na História da Humanidade, cada fração do espaço contém sua fração de tempo e de técnicas. Essas técnicas podem ser localizadas no tempo, que são na verdade a história dos instrumentos e meios de trabalhos postos à disposição do homem. Como afirma Santos, esses novos instrumentos ou meio de trabalho, tornam-se uma ação ao que se poderia referir como uma certidão de nascimento ou data de origem (SANTOS, 1994a). Essa circunstância nos apresentaria o “tempo do lugar”, o conjunto de territorialidades próprias de cada ponto do espaço que é permitida pelo conjunto de técnicas existentes. Com essas premissas podemos interpretar as técnicas que diferem nos países chamados de “Primeiro Mundo” e os outros. A acumulação das técnicas determinadas num lugar nos define e nos diferencia. Assim, as diferenças dos instrumentos de trabalho, têm implicações em suas relações e com os outros conteúdos da economia.

A posição relativa de cada lugar é determinada em grande parte pela função das técnicas que são meios do trabalho, o que constitui um elemento de explicação da sociedade. Porém a história das técnicas, por si só, não resolve as situações sociais, mas implica em seus conteúdos, mudanças de arranjos organizacionais de funções de uma forma de existir.

Essa “base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares. Diacronia e sincronia são ambas possíveis de explicação em termos de técnica, ainda que nada se possa entender sem que se conheçam e avaliem as respectivas formas de organização” (SANTOS, 1994, p. 66).

Isto explica que o espaço nos países pobres é pontual e descontínuo. Os tempos da técnica determinam o espaço, assim a história urbana se apresenta nas formas que são a materialidade do tempo. Essas formas e o tempo nos permitem compreender a cidade e o urbano.

Essas categorias de análises, muitas vezes envolvem outras categorias, como os conceitos de paisagem, ou lugar, mas que de forma direta ou indireta perpassam ou atravessam outra categoria, a de território que é, segundo Milton Santos, a base material do espaço geográfico.

Adentrando na questão territorial, conforme Santos, este se configura como a base material onde as ações sociais, sua interação através de práticas culturais, políticas, sociais e outras classes de relações, produzem entre os grupos sociais e o meio, que acabam por “animar o espaço”. Para citar uma expressão do próprio Milton Santos, constituindo assim a concepção de espaço geográfico.

Sendo, então, essa interação entre grupos humanos, sociedade, e o território que interessa aos estudos das ciências sociais, cabe destacar que as transformações nessa base material, o denominado território, também merece atenção, pois aí se expressam as dinâmicas dessa transformação.

Diversos autores se dedicaram ao estudo do território enquanto objeto de pesquisa. O próprio Milton Santos formula em diferentes momentos de sua produção, a expressão de suas relações com a sociedade, porém o aborda como subsídio material. As suas formulações teóricas, aparecem nas obras “Metrópole Corporativa Fragmentada” de 1990, no “O espaço Dividido” de 1996, e ainda em “Por Uma Outra Globalização”, de 2004.

Na produção carioca, dois autores que destacamos como referências – seguidores de SANTOS - nas teorizações sobre o território: Carlos Walter Porto Gonçalves e Rogério Haesbaert. O primeiro, com uma destacada produção nos estudos vinculados às temáticas dos problemas do meio ambiente, incluindo o estudo dos povos tradicionais. O segundo, se concentra mais em estudos que apresentam o próprio território como protagonista.

Rogério Haesbaert hoje é uma das principais referências, quando tratamos de temas como multiterritorialidades, desterritorialização, identidade territorial, contenção territorial, região e redes regionais.

A origem do termo território vem do latim *territorium*, expressão que se refere a uma área delimitada ou sob uma jurisdição conhecida. O território pode ser explicado como uma porção espacial da qual se conhecem os limites. Limites esses, que na Geografia Política, caracterizam as fronteiras e os diferentes poderes. Nos estudos urbanos e de outros campos da Geografia, estudos migratórios

e populacionais, e ainda de Geografia Econômica, evidenciam a problemática da sociedade e as atividades econômicas, artísticas, culturais e sociais que acontecem nesses lugares.

Nos primórdios da Geografia, tanto no contexto francês La Blache, quanto no alemão, surgem nos escritos de Humboldt, Ratzel, a definição de território que foi substancial para o desenvolvimento da Geografia como conhecimento. Por sua vez, a territorialização é vista como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.

No contexto alemão, a conquista do território se identifica com o conceito de “espaço vital” de forte inclinação militar. A ideia de poder se associa também a militares, à organização corporativa, a conglomerados financeiros, a grupos religiosos, a organizações criminosas, a entidades da sociedade civil organizada, além de grupos sociais espontâneos e às tribos urbanas e associações de bairro.

A ideia de poder associada ao território também é uma variável positiva. Também o poder exercido no território, é base à melhora das condições de vida do grupo social, à implementação de melhorias, de políticas públicas que beneficiam a comunidade em suas necessidades. Não podemos deixar de mencionar exemplos negativos do exercício do poder territorial: as guerras, as disputas de territórios, das facções criminosas e ainda a predominância de grupos sociais em detrimento de outros. Também não podemos esquecer as razões étnico-raciais, religiosas, de gênero e geracionais.

Ao analisar este fenômeno dentro da ótica da ciência geográfica, José Borzacchiello da Silva argumenta:

O percurso científico de seu aperfeiçoamento exigiu sua epistemologia, autorizando assim, sua atualização, propiciando constantes ajustes desta ciência ao processo de criação e recriação espacial. Abordando o sentido das práticas sociais e suas concretudes, permitindo leituras e releituras das paisagens, territórios, lugares, na perspectiva da dinâmica espacial, deixa pouco a pouco sua crença principal livrando-se das exaustivas descrições de regiões e itinerários. Nesta perspectiva a geografia caminha, agora mais rapidamente, em busca de uma concepção, mais científica, suficiente para interpretar a dinâmica social (SILVA, 2009, p. 27).

O que Borzacchiello destaca em suma, é a preocupação latente e contemporânea que a produção geográfica nos apresenta cada vez mais interessada em analisar e explicar eventos e ocorrências espaciais, que se alinham à citação do professor, arquiteto e urbanista Flávio Vilaça, quando afirma:

Nossa preocupação principal é o espaço. Então todos nós, economistas, arquitetos, sociólogos ou geógrafos, das duas uma: ou somos todos geógrafos, porque nossa preocupação é o espaço...para criar um neologismo para quem não quiser ser chamado de geógrafo, somos todos espaçoólogos (VILAÇA, 2003, p 21).

Tanto na contribuição de Vilaça, quanto na reflexão de Borzacchiello, fica evidente que o estudo do espaço, seja ele o vivido, e o geográfico e suas relações – o território – que as interações humanas, permeiam com destaque, as produções geográficas.

Já para Haesbaert (2004), o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. “O território é o chão e mais a população, é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2004b, p. 96). É no lugar que as redes de solidariedade vão se desenvolver, gerar apropriação e permitir a constituição de territórios.

Ao propor a teoria dos “dois circuitos da economia urbana”, Milton Santos, rebate as teorias da economia neoclássica que desconsiderava o papel do espaço. Propõe também, as perspectivas de uma Geografia Crítica de aproximação com a economia, com a sociologia assim como com a arquitetura e o urbanismo (CUSTÓDIO, 2009).

Embora em sua obra “O espaço dividido” (1979.), Santos desenvolva em detalhe a teoria dos “dois circuitos da economia urbana”, em forma sintética sua teoria se apresenta da seguinte maneira:

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústrias de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não “capital intensivo”, pelos serviços não modernos, fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. (SANTOS, 1996, p.40).

Ao propor sua teoria, identificando não só as formas de produção de cada circuito, e também a sua dinâmica de distribuição e consumo dos produtos associados a cada um deles, Santos nos apresenta, também, uma nova relação entre as formas de produção-consumo dentro do ambiente urbano. O autor complementa sua argumentação pontuando:

[...] No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem” (...) onde, “o consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas, quanto ao das minorias desfavorecidas (SANTOS, 1996, p. 42).

A análise realizada pelo autor nos propõe a distribuição dos fixos e seus fluxos existentes no território. Como base nos fluxos materiais e imateriais que circulam no ambiente urbano, esses são estimulados pela intensidade do consumo. O consumo *anima* os lugares e produz novas territorialidades, como nos informa Jeferson Rezende, em seu trabalho “As territorialidades do mercado de luxo em São Paulo: uma atividade milionária” (2014). Como afirma Rezende em seu estudo sobre o artigo de luxo:

Diferentes porções territoriais de análise que vão do bairro quando [...], passando pela escala municipal ao ampliarmos o nosso recorte espacial, e estudarmos os outros pontos comerciais da cidade vinculados a esta atividade comercial e chegando à escala global, quando analisamos as marcas globais presentes no território municipal, conferem à São Paulo o seu grau de internacionalização (REZENDE, 2014, p. 23).

O exemplo citado por Rezende, afirma que a mobilidade do consumidor em relação às suas práticas de consumo, é determinada pela cultura, pelas preferências particulares, pelas classes da sociedade. Mais uma vez usam o território como base material de suas práticas, modificando-o e transformando o território por meio de suas exigências de classe, dando um novo sentido ao espaço. Os fluxos e os fixos se modificam com o tempo, e as circunstâncias, exógenas e endógenas que determinam cada grupo social que coabitam no território.

AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS E DOS BENS DE CONSUMO

Ao refletirmos sobre a formação das territorialidades em uma metrópole como São Paulo, por exemplo, mas, sobretudo, sobre aquelas constituídas em função e para o comércio e consumo de artigos de luxo, lançamos mão de quatro categorias de análise:

A categoria **“Forma”**, quando é possível identificar a partir do meio técnico-científico-informacional, proposto por Milton Santos (2014). O comércio e os serviços de luxo intensificaram sua produção e consumo na modernidade. Na cidade de São Paulo, as formas sempre resultam de **“Processos”** desde finais do século XIX até os dias atuais e que possibilitaram as paisagens???

Esses processos que determinaram as formas, hoje desenvolvem **“Funções”** cujos espaços serviram de base territorial para a realização das atividades comerciais, especialmente de um consumo muito especializado.

Finalmente, a **“Estrutura”** é a responsável pelos resultados das formas, dos processos e de seus conteúdos. Estes, os conteúdos, são produtos das diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo.

O processo de reprodução do capital, agora sob nova ótica e a otimização na obtenção da *mais-valia* por parte das empresas, que pode ser sintetizada pelo ciclo: **Consumo - Produção - Consumo**

Esta alteração no ciclo produtivo, e por conseguinte, na dinâmica de consumo, produzirá novas formas de aquisição de bens e serviços. Também possibilitará transformações espaciais, reconfigurando a base material, o território, para o pleno desenvolvimento das atividades próprias dos consumidores.

Nos círculos acadêmicos dedicados aos debates sobre comércio e consumo, cada vez mais observamos a associação da Teoria dos *Dois Circuitos da Economia* proposta por Santos (2004).

Santos (2004) inicia suas explanações – dos circuitos econômicos - refletindo sobre os processos de modernização tecnológica e sua influência decorrentes na economia. Quando o autor afirma que há “a necessidade de uma periodização da história para conhecer a existência de modernizações sucessivas quando se quer limitar a utilização, (...) de palavras que se tornam vagas, cujos significados devem ser inseparáveis de sua datação e localização”, suas ideias incluem a análise do consumo dos artigos do luxo. (SANTOS, 2008, p.30).

Nossos interesses se sintetizam no Circuito Superior, contudo, o autor nos deixa muito claro nas primeiras páginas de sua obra que, embora possamos analisar determinados objetos a partir da ótica de um ou outro circuito, os mesmos estão interligados e agem mutuamente dando assim unidade e forma aos processos e conteúdos do sistema econômico e sociocultural de uma cidade, região ou nação.

Começaremos definindo qual é o conteúdo do que afirma ser o Circuito Superior da Economia. Esse é constituído “pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1996, p. 81).

O autor nos apresenta uma compartimentação das atividades ligadas ao circuito superior em 3 (três) esferas, aclarando que existem as:

Atividades puras - onde podemos caracterizar “a indústria urbana moderna, o comércio e os serviços modernos”. São considerados puros porque “são ao mesmo tempo atividades específicas da cidade e do Circuito Superior”.

Atividades impuras - as indústrias de exportação, assim como o comércio de exportação, são consideradas atividades impuras, porque “se estão instaladas nas cidades para se beneficiar das vantagens locais, o essencial de seu interesse é manipulado fora da cidade, para onde vão seus outputs”.

Atividades mistas – “o banco poderia ser incluído nesta classificação, como traço de união entre as atividades modernas da cidade e as cidades maiores do país e do exterior”. Também poderíamos enquadrar os “atacadistas e transportadores pelo fato da dupla ligação em suas atividades” (SANTOS, 1996, p. 81).

A partir desta tipificação podemos assumir que a indústria de bens de luxo – que alguns autores chamam de “mercado de luxo” (sobretudo os brasileiros) – trata-se de uma atividade **mista**.

Considerando a posição de Santos sobre o Circuito Superior da economia, o autor faz importantes considerações que cabe frisar:

I) *“A existência de formas mistas não afeta em nada a definição dos circuitos, visto que o comportamento de cada uma dessas atividades é em qualquer caso correlativo ao conjunto das características dos dois circuitos”.*

II) *“Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo”.*

III) *“A definição não é rígida. No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito. O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas”.*

IV) (...) *“as atividades (...) do circuito superior estão baseadas nas diferenças de tecnologias e de organização” (em relação ao circuito inferior), que “utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia ‘capital intensivo’, dispondo de “um potencial de criação considerável” (SANTOS, 1996, p.81)*

Depois de ter desenvolvido os conteúdos do Circuito Superior, Santos destaca que *“uma boa parte dos empregos”* desses são criados nas *“cidades ou regiões mais desenvolvidas do exterior e do país”*. E segue afirmando que o circuito superior é o responsável por uma importante parcela de empregos oferecidos a estrangeiros, o que vai variar exclusivamente em função dos níveis de modernidade e industrialização da nação em questão. Observamos em distintos departamentos das organizações que atuam na indústria de bens de luxo, a presença de estrangeiros, em cargos gerenciais, em departamentos administrativos internos, que expatriam funcionários de outros locais. Ainda atuando na linha de frente da marca, nas lojas que comercializam os produtos da marca em questão, que em muitas das vezes oferece esse *“plus”* aos seus clientes para melhorar a sua experiência de compras.

Santos continua destacando que: *“no circuito superior as atividades realizadas localmente vão integrar-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior”*, uma vez que neste circuito segundo a ideia defendida pelo autor é de que costumeiramente o circuito superior *“busca essa articulação fora da cidade e de sua região”*, o que possibilita às firmas que se coligam à esta esfera econômica a possibilidade de realização de lucros em territórios outros que não aqueles onde mantém seus *headquarters*. (SANTOS, 1996, p.81 2004).

Por fim, Santos costura suas considerações sobre as características inerentes ao Circuito Superior da Economia (urbana), analisando o quadro social que se desenvolve dentro dos parâmetros estabelecidos por sua teoria.

Nas últimas décadas assistimos a um avanço na ascensão dos estratos sociais na pirâmide social brasileira. O aumento no número de indivíduos com titulação de nível superior, denota que há uma melhor formação da população e um maior preparo para ingresso no mercado de trabalho, sobretudo oriundos dos estratos médios da sociedade. Conseqüentemente há um crescimento nas cidades, de profissionais liberais, - em muitos casos provinham de famílias humildes - e à base de seus esforços construíram um patrimônio considerável.

Entre os consumidores de artigos de luxo, e entre aqueles que ingressam nesse universo, assumem essa carga simbólica, como os perfumes importados, uma prática comum entre os nossos consumidores.

As teorias propostas por Santos, redefinindo os circuitos econômicos, procuram interpretar os espaços e as paisagens das cidades dos países chamados “subdesenvolvidos”. A quantidade de indivíduos que vivem no desemprego, participando da pobreza que determina o circuito inferior contra os bairros que apresentam a riqueza dos inseridos no circuito superior.

UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

A globalização provocou grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas, ideológicas e culturais. Este processo, em andamento no âmbito internacional, implica em novas modalidades de mobilidade de pessoas, do capital e da produção em diferentes partes do mundo. No fim do século XX os avanços da ciência viabilizaram a produção de um sistema técnico de presença planetária (SANTOS, 2004b).

Atualmente esse processo globalizante combina um número cada vez maior de atividades através das fronteiras e das tecnologias de informação. Santos (2004a) sinaliza que a globalização apresenta cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Enquanto processo, se manifesta como o ápice da internacionalização do mundo capitalista, produzindo contradições globais e regionais. Porém, há uma outra globalização possível, aquela que parte dos lugares e dos territórios, com enfoque na solidariedade e nas redes.

Enquanto as redes funcionais estão voltadas para a eficácia do sistema econômico capitalista, as de solidariedade encontram-se em sintonia com as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante (HAESBAERT, 2006). Redes territoriais e redes de relações sociais se inter cruzam na escala do lugar.

O processo de globalização está marcado, ainda, por interações econômicas e culturais cujas regras são estabelecidas pelos atores com mais recursos, a quem, portanto, o debate sobre novas

regras não está em seu campo de interesses. A expansão desses modos de interação tem sido realizada por meio das tecnologias atuais de informação, que se desenvolveram enormemente nas últimas décadas, apesar de ainda não serem acessíveis a todas as camadas sociais na mesma intensidade.

Essas novas técnicas trazem consigo elementos outros que tendem a ser absorvidos ou não pelas diversas culturas em complexos movimentos de dominação e resistência, que contrapõem a massificação a uma cultura popular (CANCLINI, 2000). Tal saber do povo, à medida que se apropria de recursos informacionais mais acessíveis, ocupa, contudo, seu lugar nesse cenário, como “uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa” (SANTOS, 2004, p. 144). A partir da contraposição de forças (centro-periferia; norte e sul) e da organização pelo pleito de interesses coletivos, os pobres têm demonstrado a importância de seu papel na construção e escrita de outras histórias – heterogêneas.

O protagonismo nessa escrita, embora pareça descolado da realidade – pois, como se sabe, à narrativa hegemônica não interessa outras narrativas – é justificado pelas contradições presentes no próprio sistema atual, e pelo fato de ele mesmo ser datado. Segundo Boff (2017), nenhum sistema é eterno e atemporal, antes, carregam em si a contradição de serem fechados ao mesmo tempo em que abertos: fechados por uma “lógica interna, que se autorregula” (BOFF, 2017, p. 67), porém não herméticos (abertos), justamente porque compostos de uma cadeia de relações entre seres e seu meio, o que viabiliza sua renovação.

Nessa nova forma de globalização, Santos afirma que o Norte será atravessado por países em desenvolvimento, para, então, se construir uma sociedade plural, com o predomínio do saber empírico sobre o letrado, erguida a partir das bases, em que se situará no centro das relações, o ser humano e não mais o dinheiro.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Edição comemorativa – 20 anos)

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CUSTÓDIO, Vanderli. Geografia e interdisciplinaridade: um posicionamento. *In*: LEMOS, Amalia Inês Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia**: tradições e perspectivas: interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. 1. ed. São Paulo: CLACSO/ Editora Expressão Popular. 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio

de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Jeferson Hugo Pacheco de. **As territorialidades do comércio de luxo em São Paulo: uma atividade milionária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: a crítica da Geografia a uma Geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2004 [1990, 1. ed.].

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

SANTOS, Milton. **De la totalidad al lugar**. Barcelona: Oikus-Tasu, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 1996 [1979, 1. ed.].

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1994b. 145 p. (Estados Urbanos, 6).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2008. 308 p.

SILVA, José Borzacchiello da. Geografia e interdisciplinaridade. *In*: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia: tradições e perspectivas: interdisciplinaridade, meio ambiente e representações**. 1. ed. São Paulo: CLACSO/ Editora Expressão Popular. 2009.

VILLAÇA, Flávio. Um ângulo de síntese: a análise do espaço. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A; GALVÃO, A. C. (Orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

CAPÍ TULO 07

GLOBALIZAÇÃO E CULTURAS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO DE HORTOLÂNDIA/SP

Gabriela Guimarães³⁴

Gabriele Maniezo³⁵

Kelly Monteiro³⁶

Luiz Roberto de Almeida³⁷

“A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela vida em sua totalidade. Toda vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de vida” (BUBER, 2012, p. 34).

DIÁLOGOS E ENCONTROS

O diálogo é o ponto de partida para este trabalho. Que propõe alinhar pontos de encontro, a partir dos quais trajetórias particulares de pesquisa, produção acadêmica e artística, experimentem conectar-se, entre si, e a autores que consideramos essenciais para o debate que se tece daqui em diante. Para este exercício, partimos do contato com a experiência a que convida o projeto “Passadeira – Pintando tramas sobre seres e espaços”, exposição de arte plástica e visual, criada em 2021, pela artista e pesquisadora Gabriela Castilho Guimarães, uma das autoras também deste capítulo.



Figura 1: Identidade visual da Exposição “Passadeira - Pintando tramas sobre seres e espaços”.

³⁴ Mestranda pelo Programa de Doutorado em Integração da América Latina - Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. E-mail: gabicguimaraes@gmail.com

³⁵ Mestranda pelo Programa de Mestrado em Integração da América Latina - Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e do Programa Estudos Latino-Americanos da Universidade de Amsterdam. E-mail: gabrielemaniezo@gmail.com

³⁶ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Diversitas Núcleo de Estudos das Diversidades e Conflitos da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: lilakell@gmail.com

³⁷ Doutorando e Mestre pelo Programa de Doutorado em Integração da América Latina - Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. E-mail: luiz.rob@gmail.com

Passadeira é um projeto que nasce de dentro para fora, da experiência pessoal da artista e de sua vivência em um novo território. Propõe-se ferramenta para investigação do significado de pertencimento, construção de chão mais firme, um canal para principiar outras relações, humanas ou destes com o chão em que pisam.

Neste texto, entrelaçam-se múltiplas perspectivas a respeito do referido trabalho artístico, do ponto de vista de quem o concebeu, aos colegas que nele mergulharam enquanto espectadores, procurando relacioná-lo aos seus próprios referenciais, de todos em conjunto, pensando possíveis conexões das temáticas que identificamos com as que suscitam importantes pensadores da cultura na América Latina especialmente Milton Santos e Néstor García Canclini.

Canclini (2007) argumenta que a globalização em si não pode ser um objeto de pesquisa porque seria um objeto fugidio e não trabalhável. Contudo, ela pode ser descrita por meio de narrações e metáforas. Portanto, além da análise das estatísticas e dos textos conceituais, o autor defende a importância da investigação das metáforas e das narrativas, incluídas aqui as imagens, que também narram. Trata-se de um argumento que o autor apresenta de forma teórica e prática porque ele constrói parte de sua análise sobre a globalização a partir de produções artísticas que lhe servem de objeto. Canclini (2007, p. 48) diz ainda que são os artistas, “especialistas em narrativas e metáforas”, a quem devemos consultar sobre os diversos aspectos da vida social, incluídos aqui os efeitos da globalização.

Essa alegação do autor se apresenta, portanto, como uma visão tanto teórica quanto metodológica a partir da proposta de investigar as problemáticas, que serão expostas posteriormente neste trabalho, com base no encontro com a atriz campinense Aldenir Carlota, que tinha 27 anos na data da entrevista, a também atriz mineira Thairine Barbosa, 23 anos, a sacerdotisa e chefe de cozinha carioca Eleonora Aparecida Alves, Mãe Eleonora, 58 anos, e o artista plástico e ceramista baiano Juracy Monteiro dos Santos, Jura do Pote, 55 anos. Todos os artistas que residem atualmente na cidade de Hortolândia, região metropolitana de Campinas, interior do estado de São Paulo.



Figura 2: Pessoas entrevistadas na Exposição “Passadeira - Pintando tramas sobre seres e espaços”.

Foi com base na abertura ao diálogo ou, como também defende o teólogo e “filósofo do diálogo” Martin Buber (2014), no “movimento básico dialógico [que] consiste no voltar-se-para-o-outro” (p. 56), que precisa vir de ambos os sujeitos, no caso aqui tanto da pesquisadora quanto dos artistas entrevistados, que as entrevistas puderam se consagrar num verdadeiro encontro. Um encontro que, segundo a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina (2000), por se tratar de uma abertura ao diálogo, pressupõe também uma abertura ao afeto, ao deixar-se afetar pelo outro, de forma que ambos saem alterados. “Tanto um como o outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo” (MEDINA, 2000, p. 07).

Diante dessa perspectiva de compreensão do mundo partilhada por esses autores, assim como do sociólogo Milton Santos e do filósofo e sociólogo Edgar Morin, sob a perspectiva de uma Epistemologia da Complexidade, é que se pretende investigar e discutir as problemáticas da globalização narradas pelas manifestações culturais e artísticas presentes no projeto “Passadeira – Pintando tramas sobre seres e espaços”.

OLHAR PARA O MOVIMENTO, CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS A PARTIR DO COTIDIANO

Fato curioso, é que uma das motivações do entusiasmo de Milton Santos pela Geografia se deu por conta do interesse pelo movimento, perspectiva que encontra ressonância no trabalho artístico em questão, a partir do prisma e análise dos encontros que esses movimentos provocam. Nessa direção, é possível verificar que o Projeto Passadeira buscou retratar como se estabeleceram relações entre pessoas e um lugar, e narrar em obras realizadas em superfície têxtil, os vínculos – estabelecidos ou rompidos – como frutos de significativos deslocamentos.

Na mesma lógica verifica-se, ainda, a congruência no interesse em partir da observação do cotidiano para pesquisar e criar, assim como coloca Milton Santos (filme *Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá*), ao falar sobre o que chamou passagem de “alienação” a uma “nova consciência”, tendo esta última sido criada a partir da impossibilidade de a maioria consumir os valores do Ocidente globalizado, o que acreditava, levaria a que a história universal passasse a ser a da humanidade comum e não apenas a dos dominadores. (TENDLER, Silvio, Canal crabastos. *Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá. Youtube*, 06 de jun. de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>).

Ainda em convergência com essa abordagem, está o que o autor propõe como caminho para a globalização, qual seja, repensar questões como, por exemplo, os usos dos meios técnicos utilizados

antes apenas pela cultura de massas, agora pela cultura popular, nesse caso ilustrada pelo fato de que a referida exposição se dá em ambiente digital. Além de aglomerações de múltiplas diversidades nos mesmos espaços, e a construção de uma nova narrativa, que inclua de fato a todos e propicie que uma nova história seja escrita.

A exposição de arte plástica e visual em estudo estreou em maio de 2021 e é um trabalho artístico composto por elementos em áudio, audiovisuais e visuais, em que a artista se coloca no papel de conectora e, a partir de suas obras, faz-se canal para levar histórias de pessoas comuns a outras pessoas comuns. Com base no entendimento de que o conhecimento se faz nos *links* que estabelecemos, e de que isso é possível através da escolha por um enfoque interdisciplinar, proposta presente também nos autores com quem se busca aqui dialogar.



Figura 3: Obras para a Exposição "Passadeira - Pintando tramas sobre seres e espaços", São Paulo, 2021.

Assim como coloca Canclini (2007), tendo em vista o aspecto da fragmentação e de contar as histórias das coisas aos demais, levando em conta o sentido de comparação em relação ao diferente, destaca-se que a referida abordagem, dialoga da mesma forma, com o pensador Edgard Morin (2009), ao suscitar nos sujeitos a noção do complexo, da alteridade, da composição de um coletivo a partir das diversidades e do contato com o outro.

Passadeira convida à reflexão, ao olhar para o próximo com atenção e entusiasmo, é ainda, um caso em que se pode observar como a experiência de transmissão de mensagens e sensações de uma produção artística totalmente pautada no fazer manual, hoje encontra a possibilidade de comunicar o que pretende em ambientes digitais, algo que dialoga com o que Milton Santos (2003) aborda acerca da dimensão temporal e cognoscibilidade do planeta.

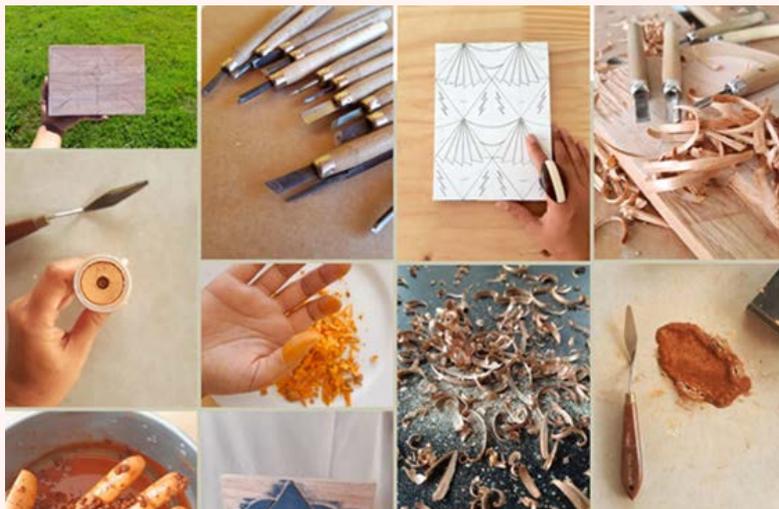


Figura 4: Processos de gravação de matrizes e confecção de tintas naturais (vegetais e minerais).

A obra de Milton Santos (2003) aqui usada como referência, é uma reflexão sobre o presente, mas que projeta mensagens para o futuro. A referida exposição também prescinde desse movimento e abordagem da dimensão temporal, especialmente quanto ao olhar para o passado.

Santos (2003) faz reflexões a respeito do tempo, e apresenta apontamentos e colocações como: na globalização é possível ter conhecimento instantâneo do acontecer do outro, ou ainda “A ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade.” (SANTOS, 2003, p. 14)

Sobre isso, ele se pergunta e nos pergunta: quem realmente goza do privilégio de aproveitar a fluidez do tempo, dada a rapidez e dinamismo trazidos pela globalização? Nesse mesmo sentido, questionamo-nos a respeito de quem consegue acessar a exposição Passadeira em formato *online*? Atentando para o que o autor coloca como “papel despótico da informação”, caracterizado pelo fato de que seu controle e utilização são disponíveis apenas a atores hegemônicos.



Figura 5: Obra “Vendaval de Axé” e sua matriz gravada em madeira com a técnica de Block Printing.

Tanto Canclini (2007) quanto Santos (2003) abordam conteúdos que concernem à realização de pesquisas a partir de objetos, matéria que também nos interessa articular, dada a análise elaborada a partir do contato com uma produção artística expressa em artigos dessa natureza, que neste texto propomos.

O sentido que têm as coisas, isto é, seu verdadeiro valor, é o fundamento da correta interpretação de tudo o que existe. Sem isso, corremos o risco de não ultrapassar uma interpretação coisicista de algo que é muito mais que uma simples coisa, como os objetos da história. Estes estão sempre mudando de significado, com o movimento das sociedades e por intermédio das ações humanas sempre renovadas. (SANTOS, 2003, p. 16)

Os principais cuidados que os pensadores apontam a respeito de trabalhos que tenham na investigação de objetos o seu ponto-de-partida, são os de que não se deve olhá-los apenas como objetos, descontextualizados das dinâmicas sociais dos tempos em que foram fabricados e usados, compreende-se que o mesmo se aplica à análise da Exposição Passadeira, bem como a estudos que incluam peças que componham acervos museológicos.

Em síntese, a política cultural e de pesquisa relacionada ao patrimônio não tem porque reduzir sua tarefa ao resgate de objetos “autênticos” de uma sociedade. Mais importante é considerar os processos e sua representatividade sociocultural. Para reconstruir a verossimilhança histórica e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente. Necessário realizar ruptura com o realismo ingênuo que a epistemologia realizou há tempos. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas. Museus e políticas patrimoniais tornam elegíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos ou evocamos. (CANCLINI, 2003, p. 202).

GLOBALIZAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E RITUALIDADE

Em sua obra *A Globalização Imaginada*, Canclini (2007) argumenta que “por mais que queiramos restringir nossas pesquisas a um bairro ou a uma cidade [...] chegará um momento em que [...] teremos de nos perguntar sobre a forma como estão mudando as estruturas globalizantes e os processos de integração supranacional” (p. 34). Ou seja, ele defende que não é possível ignorar essas estruturas durante nossas investigações porque elas estão condicionando nossa pesquisa, queiramos ou não.

Santos (2003), por sua vez, propõe uma interpretação multidisciplinar do mundo contemporâneo, em que realça o papel da ideologia na produção da história e mostra os limites do seu discurso frente à realidade vivida pela maioria das nações. O autor trata da globalização como fábula (o mundo tal qual nos fazem vê-lo), como perversidade (o mundo tal qual realmente é) e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária (o mundo como poderia ser), mas a ênfase central do livro vem da convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual.

Ele apresenta duas categorias de análise apontadas como pilares, em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo. As tiranias do Dinheiro e da Informação são produzidas pela concentração do capital e do poder, e têm hoje uma unidade técnica e uma convergência de normas sem precedentes na história do capitalismo:

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. (SANTOS, 2003, p. 38-39).

“Eu morei em Campinas até os meus 17 anos. Eu nunca tinha saído de Campinas pra nada. Eu morava na região do Campo Grande. Eu cresci acreditando que aquilo era o mundo. O mundo inteiro acontecia dentro daquele pequeno território” (Aldenir Carlota, 2021). Campo Grande é um distrito do município de Campinas que fica a 15 km do centro e é considerado um distrito periférico, não somente pela distância, mas por conta de outras características, incluindo esta que Santos (2003) menciona no parágrafo acima.

O autor afirma ainda que a informação, da forma como é divulgada no mundo globalizado, não pode ser considerada veraz, uma vez que é intermediada pelas grandes empresas de mídia. Essas grandes e poucas empresas são responsáveis por intermediar o processo comunicativo no mundo, decidindo quais informações e de que forma elas serão difundidas.

Ao mesmo tempo, horizontalidades e verticalidades constituem outros dois processos que atam essa complexidade social, segundo o autor. As verticalidades referem-se aos entrelaçamentos hierárquicos, hegemônicos e interdependentes que ligam o mundo ao lugar. As horizontalidades constituem o espaço da proximidade, da coparticipação, do cotidiano, onde a cooperação ainda não foi quebrada pela competitividade, prevalecendo a solidariedade orgânica no lugar e no território. Ambos os processos instituem arranjos geográficos que imprimem dialéticas na alma do lugar, no meio dos homens e da sociedade.

A partir desses conceitos, podemos olhar a exposição artística Passadeira enquanto materialização das formas através das quais expressamos identidades como grupos sociais ao longo do tempo, como “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 1989). São o saber fazer, o falar, o ritual, a ancestralidade e a espiritualidade. São culturas e expressões ligadas ao lugar em que ela se desenvolve e às exigências específicas impostas ao grupo social pelo dia-a-dia, que tem nos seus saberes e práticas, formas de consolidação de suas tradições e inovações. “Essa roupa que eu tô usando é da Criolê. Porque nós deixamos de estar dentro de um terreiro para irmos pra fora, pra questionar, pra militar. E aí nós

temos que ter nossas roupas, mas que tem a identidade porque ela é uma moda identitária. Aqui dentro desse terreiro, e fora também, eu sou uma autoridade religiosa, então, eu tenho que estar como uma autoridade e as pessoas me reconhecerem” (Mãe Eleonora, 2021).

A prática artística é fonte produtora de saberes, competências e programas de comportamento, Morin (2009) a considera como um patrimônio informacional, pois organiza a experiência humana. De acordo com o autor, a cultura abrange os conhecimentos acumulados por gerações sobre o ambiente, o clima, as plantas, os animais, as técnicas do corpo, as técnicas de fabricação e de manejo dos artefatos, as crenças, a visão de mundo, em que se retempera e se regenera a comunidade.

Santos (2003) aponta como a globalização coloca as culturas populares em um beco: atender aos imperativos das grandes multinacionais, desse mercado longínquo e até certo ponto, abstrato, ou se resignar a ser o popular, o outro. Assim, ao mesmo tempo, as culturas populares são localizadas e desterritorializadas. O lugar, portanto, não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, “isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, em simultâneo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (SANTOS, 2003, p. 114).

A geografia de uma metrópole como Campinas passa pelo constante processo de urbanização, abrindo mão da natureza para o “desenvolvimento” de modo a reenquadrar formas de mercantilização das terras.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994, p. 15).

A lógica da eliminação do outro perpassa esse metabolismo urbano. De acordo com a citação acima é possível pensar numa relação de colonização territorial em que os corpos dos que estão às margens sejam mercantilizados numa demanda de desvalorização social.

O território usado envolve todos os atores e todos os aspectos e, por isso, é sinônimo de espaço banal (SANTOS; SILVEIRA; SOUZA, 1994), espaço de todas as existências. A história se produz com todas as empresas, em todas as instituições, em todos os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de sua força desigual.

Nas últimas décadas, o peso ideológico do mercado externo na vida política nacional tem orientado e legitimado a transferência de dinheiro público e social para a construção de sistemas de engenharia, para a produção moderna e para a organização do comércio exterior. Desse modo, o território

passa a ser regulado pelo mercado o que é, na verdade, uma regulação advinda da microeconomia das grandes empresas. É isso o que permite entrever um mapa com regiões do mandar, regiões do fazer e regiões desprezadas.

O encontro com os artistas entrevistados em Hortolândia mostra como eles buscam significar ou ressignificar sua relação com o território por meio das manifestações artísticas, sejam o teatro, a moda, a comida, ou qualquer outra expressão criativa. A Arte, que também é cultura, está igualmente numa estrutura de produção de cultura globalizada.

Se pensarmos nos impactos da globalização na produção artística, percebemos que, longe de ter existido uma uniformização (aplicando aqui a ideia do imperialismo cultural), o que se verificou foi a constituição de dois processos ambivalentes: de um lado, a internalização de práticas locais; por outro lado, a acentuação de particularismos e ritualidades. Em paralelo à massificação, verificamos o surgimento e fortalecimento de movimentos regionais ou nacionais em defesa de ritualidades. Uma forma de resistência cultural, desta vez através da arte, como aponta Hall (2003):

Juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização existe a proliferação subalterna da diferença. Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, culturalmente, as coisas parecem mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das diferenças (HALL, 2013, p. 60).

Para Santos (2003, p. 143), “um esquema grosseiro, a partir de uma classificação arbitrária, mostraria, em toda a parte, a presença e a influência de uma cultura de massas buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular; mas também, e paralelamente, às reações desta cultura popular”. Ou seja, em um primeiro momento, as práticas artísticas são atingidas pelo empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades.

Sem dúvida, o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e à expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural. Porém, essa conquista, mais ou menos eficaz segundo os lugares e as sociedades, jamais é completa, pois, encontra a resistência da cultura preexistente. Constituem-se, assim, formas mistas sincréticas, dentre as quais, oferecida como espetáculo, uma cultura popular domesticada associando um fundo genuíno a formas exóticas que incluem novas técnicas. Efetivamente, a questão da escassez aparece outra vez como central:

Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade (SANTOS, 2003, p. 143-144).

O elo entre a cultura hegemônica e as culturas subalternas possui uma dinâmica que pode ser encontrada na passagem do popular para o massivo na historicidade social latino-americana. O longo processo de enculturação – em que o Estado-nação forçou a homogeneização de usos, costumes, línguas e rituais e transferiu o poder da comunidade para o centro – foi essencial para a unificação política da pluralidade cultural que caracteriza o seio do continente, requisito este para o estabelecimento de um mercado (MARTÍN-BARBERO, 1987). O autor ainda afirma que “não se pode entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar a sua experiência, pois, em contraste com o que ocorre na cultura culta, cuja chave está na obra, para aquela outra a chave se acha na percepção e no uso” (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 72).

A ritualidade permite pensar a modelagem dos ritmos que imprimimos ao viver cotidiano. Essa ritualidade, a que nós todos nos submetemos e ajudamos a criar, está vinculada ao triunfo da apresentação sobre a significação de modo que a simbolização do espaço (o lugar), a importância imediata dele em nossas vidas, é atravessada pela fantasia da apresentação e, assim, a ritualidade instituída pela técnica dificulta a interlocução ao nos oferecer a trama engendradora para discussão e suas resoluções prévias. A marca desse ritual mediado pelos signos é a aceleração porque os signos estão a serviço do consumo.

As ritualidades cotidianas organizadas com base no uso dos meios técnicos comunicacionais contribuem igualmente para definir as identidades do receptor, definições (móveis e transitórias) de si mesmo e de pertencimento coletivo. A socialidade ou sociabilidade concerne às relações sociais, ao indivíduo/sujeito e seus múltiplos pertencimentos identitários com base em referentes individuais, de gênero, etnia e geração estruturados a partir de uma posição de classe. A compreensão da socialidade exige uma formação teórica tão ampla que parece reforçar nosso argumento acerca da necessidade de teorias especializadas para entender o processo de recepção e, por conseguinte, a impossibilidade de capturar, teórica e empiricamente, o processo inteiro de comunicação.

Mas é na transformação das localidades, em vez de no aumento da mobilidade, que o processo de globalização tem a sua maior expressão. “Vir pra Hortolândia me trouxe liberdade pelo fato de me conhecer como pessoa. Quando você se afasta um pouco da sua questão parental e você vai viver uma experiência com amigos, mesmo que se tornem família, você se solta das suas amarras, você se liberta de muitas coisas, do próprio patriarcado mesmo, que fica ali em cima o tempo inteiro te observando, te doutrinando” (Aldenir Carlota, 2021). E o que o Milton Santos (2003) apresenta é que nesse processo, o papel do lugar é mais determinante. Então, ele diz serem os lugares que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e *geografizado*, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, das quais são formas particulares. (SAN-

TOS, 2003). “Eu tenho muito forte comigo essa coisa de Minas. Não sei se é porque eu saí de Minas e vim pra São Paulo, mas eu tenho a coisa do mineiro, de Minas” (Thairine Barbosa, 2021).

O autor aponta como a vida local é a vasta ordem da existência social humana que ocupa a maior parte do tempo e do espaço. A experiência que é mais verdadeiramente global é talvez a da experiência da localidade sendo penetrada pelo global. Segundo Santos (2003), a expressão cidadão do mundo torna-se mais um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Canclini (2007) vai salientar que:

Para além das narrativas fáceis de homogeneização absoluta ou de resistência local, a globalização nos confronta com a possibilidade de descobrir fragmentos de outras culturas, embora não todas, e retrabalhar o que imaginávamos como nosso nas interações e acordos com os outros, embora nunca com todos. Assim, a oposição não é mais entre global e local, entendendo o global como a subordinação geral a um único estereótipo cultural e entendendo o local como uma simples diferença. A diferença não aparece como a compartimentação de culturas separadas, mas como um diálogo com aqueles com quem estamos em conflito ou com quem buscamos alianças (CANCLINI, 2007, p. 95).

Nessas buscas, Sennett (2012, p.10), compreende “a cooperação como uma habilidade que requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, mas o processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades, e não raro leva a consequências destrutivas”. O estudo da cooperação que o autor faz, desenvolve-se por uma série de estudos de casos concretos e por pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas e políticas, dialogando com esses saberes no intuito de compreender a cooperação a partir de várias perspectivas. Cooperar é realizar com destreza as “habilidades sociais” sérias, as chamadas “habilidades dialógicas”: “ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil”.

E é aí que entra o “poder” da ritualidade. Para ele, o ritual é apresentado como “uma forma especial encontrada pelo animal social humano para organizar as trocas equilibradas, rituais por nós inventados, rituais impregnados de paixão quando se tornam performances habilidosas.” (SENNETT, 2012, p. 159). É também através dos rituais que exercitamos o que ele denomina “diplomacia cotidiana”: conversas de reforma postas em prática, o autor discorre sobre o que chama “diplomacia cotidiana”, a saber: “[...] a arte de interagir com pessoas das quais discordamos, das quais talvez não gostemos ou que não entendemos; as técnicas nesse sentido têm a ver com práticas de performance”. “Por que o pote é de barro? Quando eu ponho esse pote na cabeça, aqui tá a minha **ancestralidade**. Porque eu nasci, cresci e, até pouco tempo, a minha casa era de barro, minha casa não era de alvenaria” (Jura do Pote, 2021).

IGUALDADE OU DIFERENÇA?

Por fim, nos questionamos: é possível construir um estar juntos a partir das diferenças? Ou seja, um caminho possível diante de tudo que foi apresentado até aqui seria a defesa da igualdade dentro de uma identidade humana que abarca a todos, ou a afirmação das diferenças e a busca de como construir uma sociedade global a partir dessas diferenças? Canclini (2007), diz que:

[...] não penso que, hoje, a opção central seja entre defender a identidade ou nos globalizar. Os estudos mais esclarecedores do processo globalizador não são os que apontam para uma revisão das questões identitárias isoladas, mas os que propiciam a compreensão do que podemos fazer e ser com os outros, de como encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade. [...] negamo-nos a reduzi-lo à oposição global/local. [...] trata-se de indagar se é possível instituir sujeitos em estruturas sociais ampliadas (CANCLINI, 2007, p. 28).

Nos parece que a diferença não é o problema, mas sim exatamente o ponto de partida na construção de um caminho possível nas estruturas globalizadas e globalizantes. É necessário refletir sobre como os diversos marcadores sociais, regionais e identitários, de uma forma geral, são produzidos por essas estruturas e, a partir de então, podem ser ressignificados de forma a valorizar a diferença justamente como o maior benefício da sociedade global.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Social Space and Symbolic Power*. **Sociological Theory**, vol. 7, no. 1, [American Sociological Association, Wiley, Sage Publications, Inc.], 1989, p. 14–25. DOI <https://doi.org/10.2307/202060>.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva: 2014.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- GUIMARÃES, Gabriela Castilho. **Passadeira: pintando tramas sobre seres e espaços**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.ateliergabicastilho.com.br/>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 480 p.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- MORIN, Edgard. **Educar na era planetária**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. De. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **Juntos**: rituales, placeres y políticas de cooperación. Barcelona: Anagrama, 2012.

